



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

20 21

APRESENTAÇÃO



A Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina – SCPREV foi criada pelo Decreto nº 553/2015, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Estado de Santa Catarina, de suas autarquias e fundações, incluídos os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas.

A SCPREV é uma entidade fechada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Possui uma estrutura organizacional composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, nos termos da Lei Complementar nº 661, de 2 de dezembro de 2015, e oferece:

- I) o Plano de Benefícios de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina, denominado PLANO SCPREV, aos servidores estaduais desde 1º de fevereiro de 2017; e
- II) o Plano de Benefícios de Previdência Complementar SCPREV MAIS, destinado a servidores municipais e empregados de empresas públicas de controle acionário do Estado de Santa Catarina, desde 27 de abril de 2021.

O Relatório Anual de Informações apresentado a seguir refere-se ao exercício de 2021 e é parte do compromisso da Entidade com a transparência e o relacionamento com seus participantes e patrocinadores. Publicado anualmente, o documento apresenta informações sobre a gestão, resultados operacionais e impactos econômicos, em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 32, de 4 de dezembro de 2019.

MENSAGEM DA DIRETORIA



Ao longo dos cinco anos de atividades desde sua fundação, a SCPREV consolidou-se como uma entidade confiável, com crescimento contínuo e sustentável – características importantes para uma fundação que trabalha projetando e administrando o futuro das pessoas. Especialmente em 2021, alguns fatores – internos e externos – contribuíram para reforçar a imagem de responsabilidade, modernidade e transparência que a SCPREV teve desde o início.

Internamente, a criação da Coordenadoria de Controle Interno e Gestão de Riscos foi um passo muito importante para fortalecer todo o sistema de Governança já representado pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. A Política de Comunicação estabeleceu diretrizes que facilitaram o relacionamento da entidade tanto com seus Patrocinadores quanto com Participantes e potenciais participantes.

Do mesmo modo, as assessorias de Investimentos e de Seguridade ofereceram às áreas afins importantes suportes tanto nas atividades diárias quanto no desenvolvimento de melhoria dos processos, sempre na busca do melhor caminho possível para Participantes, Patrocinadores e Entidade.

Externamente, a SCPREV foi parte essencial na aprovação do PLC 25/2021, que criou o Benefício Especial de incentivo à adesão patrocinada ao Regime de Previdência Complementar, conhecido como BEP. Concebido e exaustivamente debatido e trabalhado por vários anos, o BEP talvez seja o farol a iluminar o caminho da SCPREV em direção ao horizonte almejado por toda entidade de previdência: o ponto de equilíbrio.

As dificuldades geradas pela pandemia de Covid-19 em 2020 permaneceram em 2021. Porém, a competência, a criatividade e o profissionalismo da equipe não deixaram que a qualidade dos serviços prestados pela SCPREV caísse. O resultado foi o aumento no número de participantes – com a manutenção de um altíssimo percentual de permanência no Plano – que pela primeira vez ultrapassou a marca de 1.000 ativos e gerou um patrimônio de R\$ 47,6 milhões.

Por fim, com serenidade e alegria, podemos dizer que mais uma vez nossa entidade superou os desafios que lhe foram impostos e encerrou 2021 mais robusta e revigorada do que nunca e pronta para alçar voos mais altos e duradouros, mas sempre com a segurança de quem tem onde se firmar.

GOVERNANÇA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A SCPREV possui uma estrutura funcional voltada para a gestão eficiente da Entidade, composta pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva. Além dos órgãos estatutariamente constituídos, a SCPREV conta com uma equipe técnica capacitada para o desenvolvimento das atividades inerentes a previdência complementar nas suas mais diversas áreas.

Conselho Deliberativo



Indicados
Patrocinadores



Eleitos
Participantes e Assistidos

Conselho Fiscal



Indicados
Patrocinadores



Eleitos
Participantes e Assistidos

Diretoria Executiva



Nomeados pelo Conselho
Deliberativo

PATROCINADORES

Atualmente o único patrocinador da SCPREV é o Estado de Santa Catarina, por meio do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas.

A Entidade, por meio da Lei Complementar nº 697/2017, também foi autorizada a administrar Planos de Previdência Complementar aos municípios catarinenses e, por meio da Lei Complementar nº 711/2017, administrar Planos de Benefícios das Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Subsidiárias em que o Estado de Santa Catarina detenha, direta ou indiretamente, o controle societário.



CONSELHO DELIBERATIVO

Órgão máximo da estrutura organizacional da SCPREV. É responsável pela definição da política geral de administração da SCPREV e de seus planos de benefícios previdenciários complementares. É composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes dos Patrocinadores e 3 (três) membros eleitos diretamente pelos Participantes.

Em dezembro de 2021, foi dado início ao processo eleitoral para escolha de dois representantes dos Participantes no Conselho Deliberativo.

Composição do Conselho Deliberativo da SCPREV em 2021:

Representantes Indicados pelo Patrocinador

Titular – José Nei Alberton Ascari – TCE/SC

Titular – Luiz Antônio Dacol – Poder Executivo

Suplente – Renata de Arruda Fett Largura – Poder Executivo

Titular – Abel Antunes de Mello – MPSC

Suplente – Maria Luíza Silva Valério – MPSC

Representantes Eleitos pelos participantes

Titular – Décio Augusto Bacedo de Vargas

Titular – Dijalma Antônio da Silva

Titular – Vitor Senna de Faria

CONSELHO FISCAL

Órgão responsável por supervisionar a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. É composto por 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) representantes dos Patrocinadores do Plano e outros 2 (dois) membros eleitos diretamente pelos Participantes.

Em dezembro de 2021, foi dado início ao processo eleitoral para escolha de um representante dos Participantes no Conselho Fiscal.

Composição do Conselho Fiscal da SCPREV em 2021:

Representantes Indicados pelo Patrocinador

Titular – Carlos Alberto de Lima Souza – Poder Legislativo

Titular – Romano José Enzweiler – Poder Judiciário

Suplente – Eduardo Cardoso Silva – Poder Judiciário

Representantes Eleitos pelos participantes

Titular – César Barreto Spillere da Silva (até 03/2021)

Suplente – Charles Goudinho Vieira (titular a partir de 04/2021)

Titular – Thaís Carrier Mendonça

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral da SCPREV, ao qual compete propor e executar as diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Conforme disposto no Estatuto da SCPREV, o Diretor-Presidente é nomeado pelo Conselho Deliberativo dentre profissionais com experiência na área de previdência indicados por cada um dos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Os demais diretores são nomeados livremente pelo Conselho Deliberativo.

De acordo com o Estatuto da SCPREV, a Diretoria Executiva pode ser formada por até quatro membros. No entanto, em observância aos princípios que regem a Administração Pública, em especial o da economicidade, apenas duas posições estão ocupadas – a de Diretor-Presidente e a de Diretor de Investimentos. O Diretor-Presidente acumula as funções de Diretor Administrativo e Diretor de Segurança.

Célio Peres | Diretor-Presidente

Carlos Augusto Alperstedt Neto | Diretor de Investimentos

COMUNICAÇÃO



Com o intuito de fortalecer a área de Comunicação da SCPREV, foi criado o cargo de Assessor Especial de Gestão Estratégica, que, além de outras atribuições, tem foco na área de comunicação para fortalecer os mecanismos de transparência e relacionamento.

O início dos trabalhos da assessoria priorizou o relacionamento com os municípios catarinenses com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – que tinham prazo constitucional até 12 de novembro de 2021 para pôr em funcionamento seu Regime de Previdência Complementar (RPC). A SCPREV montou uma estratégia de aproximação e assinatura de um protocolo de intenções que previa desde assessoria na elaboração do Projeto de Lei e na montagem do RPC municipal até a assinatura de convênio para que a SCPREV administrasse o referido regime.

Com a decisão do Tribunal de Contas do Estado de exigir um processo seletivo para escolha da EFPC que administraria os RPCs municipais, a SCPREV viu-se prejudicada pelos critérios estabelecidos – baseados em Nota Técnica da Associação de Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) –, contra os quais a Entidade recorreu. Até o fim do ano, a SCPREV entrou com pedido de impugnação de todos os editais baseados na Nota Técnica.

Divulgação do Plano SCPREV

Ao longo do ano, consultores e profissionais da Entidade fizeram diversas apresentações do Plano SCPREV a servidores, principalmente em solenidades de posse e em cursos de formação.

Benefício Especial

A SCPREV teve papel fundamental na elaboração do PLC que criou o Benefício Especial (BEP) de incentivo à adesão patrocinada ao Regime de Previdência Complementar (RPC/SC). Durante a tramitação do PLC na Assembleia Legislativa, a SCPREV montou um Plano de Ação e promoveu diversos encontros com os patrocinadores e entidades de classe para divulgar o BEP. O PLC foi aprovado no fim de dezembro.

SCPREV comemorou quatro anos fortalecida

A passagem dos quatro anos de início do oferecimento do Plano SCPREV aos servidores estaduais marcou também a solidez da Fundação no segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Novas áreas – como a Coordenadoria de Controle Interno e Gestão de Riscos e a Assessoria Especial de Gestão Estratégica – contribuíram para aumentar a transparência e fortalecer todo o sistema de Governança.

Alteração do Estatuto SCPREV

O Estatuto da SCPREV passou por alterações para adequá-lo a novas realidades vividas pela Entidade, bem como às normas legais – leis complementares 108 e 109, ambas de 2001, e Resolução CNPC nº 40, de 30 de março de 2021.

Participação no 11º Encontro de Previdência Complementar Região Sul

Para aperfeiçoamento e atualização da equipe, a Diretoria Executiva proporcionou a todos os colaboradores a participação integral no evento, que teve como tema a “Tecnologia das Digitais” e trouxe questões referentes a um mundo cada vez mais digital, suas oportunidades e desafios.

Plano SCPREV MAIS tem regulamento aprovado pela Previc

O regulamento do Plano SCPREV MAIS – voltado à administração de RPCs municipais catarinenses e para empresas das quais o Estado de Santa Catarina é controlador – foi aprovado pela Previc em 2021.

Podcast “Falando Sobre o Futuro com a SCPREV”

Dentro da intenção de tornar a SCPREV cada vez mais transparente, levando ao participante informações de seu interesse, a Entidade criou o podcast “Falando sobre o futuro com a SCPREV”. Nesses podcasts, seus dirigentes e funcionários comentam assuntos como Política de Investimentos, Seguridade e Benefício Especial. A ação faz parte de uma estratégia da área de Comunicação da Entidade.

Melhorias na Área do Participante

Alterações promovidas na Área do Participante com base no que dispõe a Resolução CNPC nº 32, de 4 de dezembro de 2019, aumentam a transparência e estimulam a cultura previdenciária. Destaque para as mudanças que deixaram o extrato de conta individual mais detalhado e para a publicação de um simulador que permite ao participante ter uma projeção sempre atualizada de seus benefícios futuros.

SCPREV participa do 42º Congresso Brasileiro de Previdência Privada

Com o objetivo de proporcionar um intercâmbio de conhecimentos e um aprimoramento dos profissionais que atuam na SCPREV, a Diretoria Executiva e dois membros do Conselho Deliberativo participaram do 42º Congresso Brasileiro de Previdência Privada, promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). Foram quatro dias de intensa programação, com o tema “Atitude à prova de futuro #liderprotagonista”.

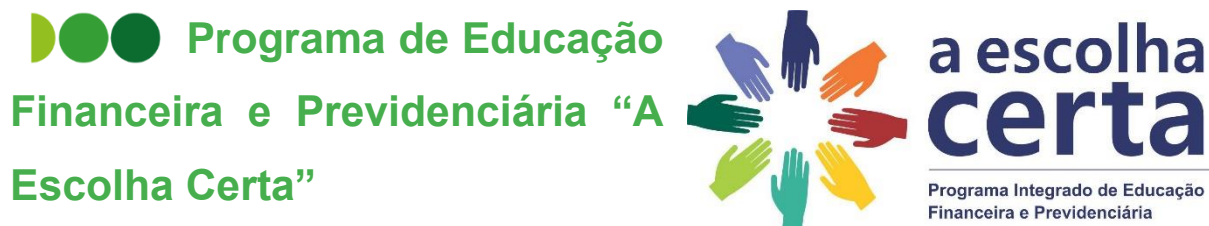
O Congresso, que acontece anualmente, é um importante ambiente de discussão de temas atuais, que promove a reflexão sobre as perspectivas e os desafios que marcam o setor previdenciário no país. Nessa edição, foram 70 palestras de 110 especialistas das mais diversas áreas e 4.500 participantes on-line.

Diretor-Presidente da SCPREV é eleito presidente da ASCPrev

Em mais uma mostra de fortalecimento e prestígio da Entidade, o Diretor-Presidente da SCPREV, Célio Peres, foi o escolhido para presidir a Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar – ASCPrev no biênio 2022-2023.

Abertura do processo eleitoral para renovação dos conselhos Deliberativo e Fiscal

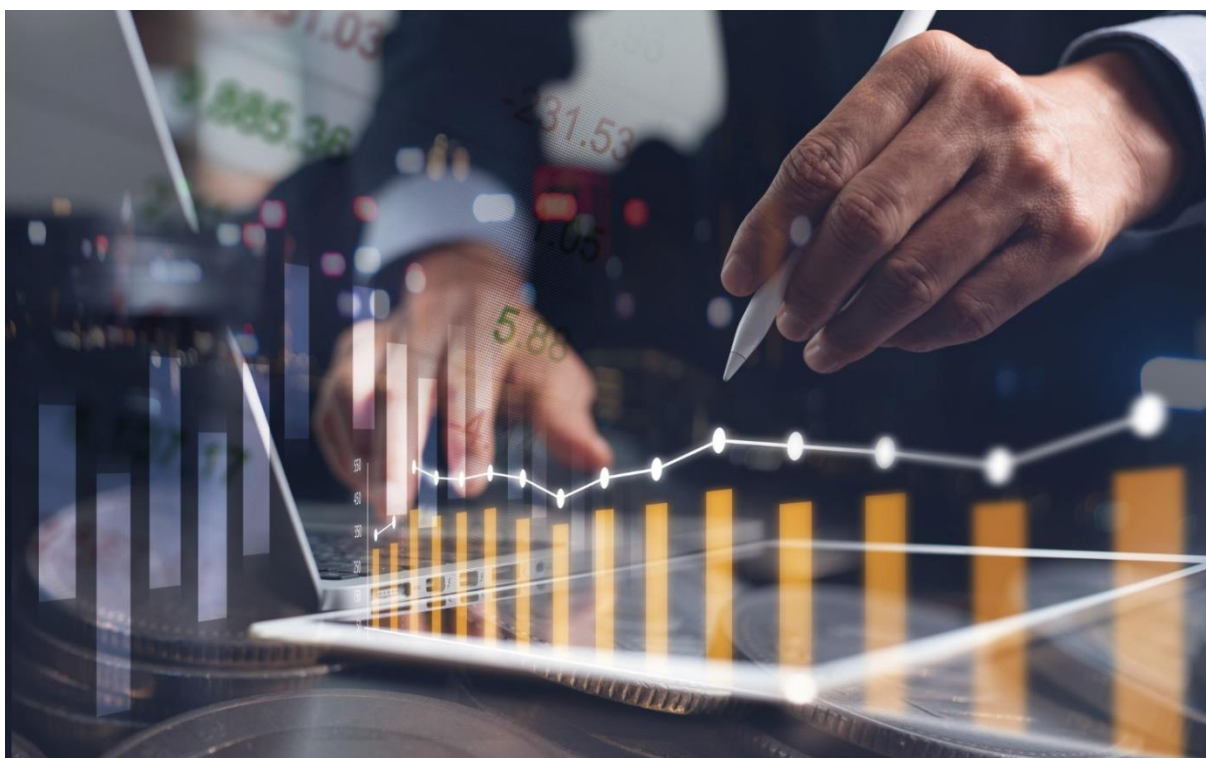
Em dezembro de 2021, a SCPREV formou Comissão Eleitoral e deu início ao processo de escolha de representantes dos participantes nos conselhos Deliberativo (duas vagas) e Fiscal (uma vaga). Todo o processo prezou pela transparência, com informações publicadas no site e ferramentas de comunicação entre a Comissão, os participantes e candidatos.



“A Escolha Certa” é um programa integrado de educação financeira e previdenciária, planejado e executado pelas 14 entidades fechadas de previdência complementar de Santa Catarina, que, por meio da ASCPrev, desenvolvem uma série de ações visando difundir os conceitos da previdência complementar e de finanças. A oferta deste programa teve início em 2008, com o objetivo de atender a Recomendação nº 1/2008 do então Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), que dispõe sobre as ações de educação previdenciária no âmbito do regime de previdência complementar.

Entre as ações e campanhas do programa “A Escolha Certa” apoiadas pela SCPREV em 2021, destaque para a publicação do Ebook Dia do Aposentado, com dicas para uma boa qualidade de vida após a aposentadoria; a série #finançasnolimite, com orientações para uma boa educação financeira e previdenciária; e o game Trilha Certa, que testou os conhecimentos previdenciários e financeiros dos participantes das entidades e distribuiu muitos prêmios.

INVESTIMENTOS



A SCPREV realiza a alocação dos investimentos internamente. Todas as decisões afetas à área são tomadas dentro de um processo de governança que envolve o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva, com apoio de um agente externo de consultoria – a Aditus Consultoria Financeira – a qual presta assessoria para mais de 100 Entidades Fechadas de Previdência Complementar no território brasileiro. Todo o processo de investimentos ocorre de acordo com a Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001, e com a Resolução CMN nº 4661, de 25 de maio de 2018.

O modelo decisório adotado visa garantir a legitimidade e, principalmente, fortalecer todo o processo de Governança à guisa das melhores práticas em investimentos. Neste processo, a ciência das decisões e a capacidade técnica dos envolvidos é ponto fundamental para a construção de uma entidade forte, saudável e transparente.

CONJUNTURA ECONÔMICA DO ANO DE 2021

O ano de 2021 começou com aumento no número de casos de Covid-19 tanto na Europa quanto nas Américas do Norte e do Sul devido ao surto da variante Delta, e em

especial no Brasil, com o agravamento do número de casos pela variante Gamma P1, a cepa de Manaus.

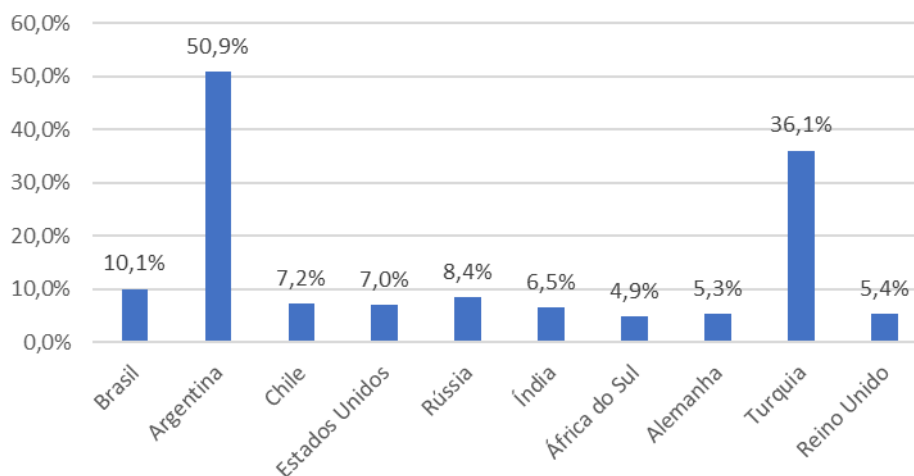
Por um lado, o primeiro trimestre de 2021 teve a continuidade da redução da atividade econômica em virtude da volta da política de restrições de mobilidade da população. Por outro lado, os países começaram, a partir de janeiro de 2021, o processo de vacinação, o qual foi responsável pela reabertura das economias a partir do segundo trimestre desse ano.

Durante o primeiro semestre do ano, o Brasil manteve a política de auxílios emergenciais até o mês de junho. Na economia americana de forma especial, a injeção de liquidez alcançou patamares nunca vistos antes. A emissão de dólares feita pelo tesouro dos Estados Unidos e a compra de títulos do mercado financeiro pelo banco central americano, o Federal Reserve (FED), fez fizeram com que 30% da massa de dólares circulando na economia mundial em toda história tivessem como origem apenas os últimos dois anos – 2020 e 2021.

As políticas dos cheques pelos correios do governo Biden – em que cada membro de uma família americana tinha direito a receber um valor de cerca de US\$ 1.400,00 – gerou, ao longo dos meses de maio a outubro, uma forte distorção no mercado de trabalho. Houve forte redução da procura por emprego e uma grande demanda por parte das empresas, resultando em disparada de aumentos de salários e pressão inflacionária causada por maior demanda da população por produtos, e maior custo das empresas devido aos gastos salariais. Todas essas medidas utilizadas pelos governos e pelos seus respectivos bancos centrais tiveram como objetivo sustentar o crescimento econômico que foi prejudicado em 2020 pela pandemia do Coronavírus.

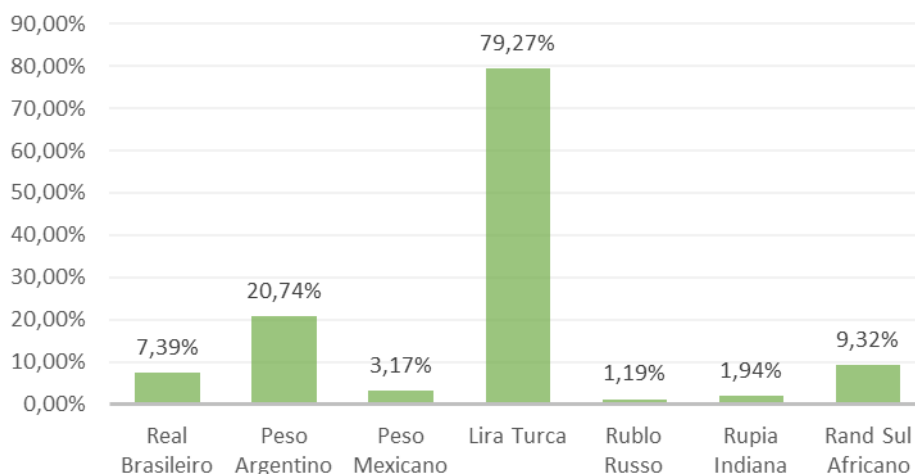
As políticas de aumento de gastos públicos, restrição da produção das empresas e a redução da oferta pelos lockdowns ao longo de 2020/2021, junto com a injeção de liquidez na economia das principais nações do globo, causaram aumento do preço da energia e dos combustíveis em todo mundo, resultando na maior pressão inflacionária global dos últimos 40 anos. Países como Estados Unidos e Alemanha registraram a maior taxa de inflação desde 1982. O Brasil chegou a 10,06% de inflação em 2021, o maior número desde 2015, ano em que o IPCA atingiu a taxa de 10,67%. Em quase todas as economias mundiais, o salto na taxa de inflação em 2021 foi o maior registrado em anos.

Inflação 2021



Com exceção do remimbi chinês – sobre o qual o dólar teve uma depreciação de 2,6% em 2021 – o dólar avançou sua cotação sobre as moedas dos principais países emergentes, em especial no caso brasileiro, o que contribuiu também para alimentar a inflação de custos do país, onde o principal indicador para a chamada inflação “da porta da fábrica” é o IGP-M, que carrega 60% dos indicadores do atacado em sua base de cálculo.

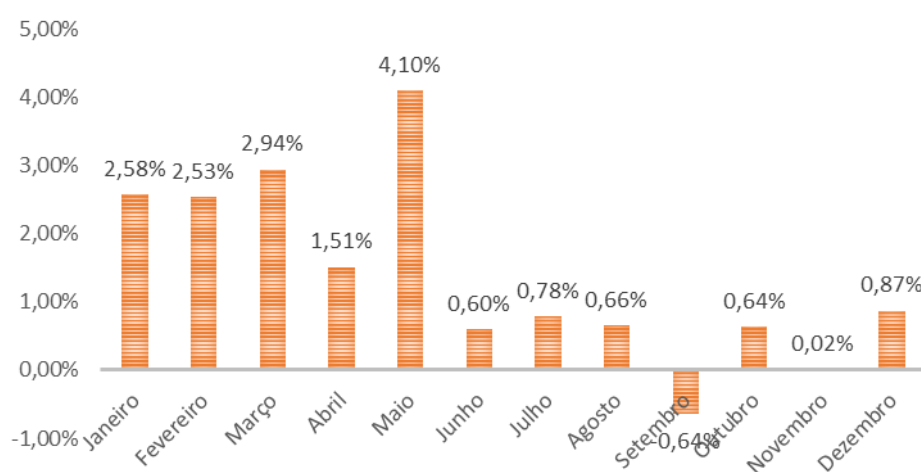
Valorização do Dólar em 2021



O IGP-M começou 2021 com maiores pressões inflacionárias, trazendo ainda o carrego do ano de 2020 pela redução da oferta de uma série de insumos, o que aumentou os custos das cadeias produtivas devido às políticas de restrições de produção e mobilidade. Um dos responsáveis por esse aumento foi o valor dos combustíveis, que em média no Brasil teve um aumento de 46% em 2021. Essa inflação dos combustíveis foi alimentada pelo aumento da taxa de câmbio ao longo do ano e pelo aumento do preço do barril de petróleo Brent, que

em 2021 apresentou uma elevação de 51,54% no seu valor, começando o ano cotado a US\$ 51,59 e terminando o ano em US\$ 78,18. Esse aumento no preço do barril do petróleo foi influenciado pelas reduções de incentivos à produção de energia de combustível fóssil – com o objetivo de, aos poucos, mudar a matriz energética para fontes ESG – nos países, além da própria redução de oferta de petróleo causada pelas restrições impostas pela pandemia do Coronavírus. Tudo isso, conjugado, causou o descasamento de oferta e demanda de petróleo. Dessa maneira, por todos os motivos listados, o IGP-M encerrou 2021 com uma alta de 17,78%.

IGP-M MENSAL 2021



O aumento da inflação em praticamente todos os países do globo fez com que os rendimentos reais entrassem em patamares negativos. A maior parte dos bancos centrais continuaram com as políticas de afrouxamento monetário, deixando suas taxas de juros em patamares abaixo do juro neutro como forma de aquecer a economia com a finalidade de recuperar as perdas causadas em 2020. Entretanto, a política de forte afrouxamento monetário prolongou a consequência dos juros reais negativos nas principais nações do globo. O Brasil, em todos os meses, esteve com seu referencial de juros para a renda fixa abaixo do valor oficial da inflação do país medido pelo IPCA.

Mês	IPCA	CDI	Juros Real
Jan/2021	0,25%	0,15%	-0,10%
Fev/2021	0,86%	0,13%	-0,72%
Mar/2021	0,93%	0,20%	-0,72%
Abr/2021	0,31%	0,21%	-0,10%
Mai/2021	0,83%	0,27%	-0,56%
Jun/2021	0,53%	0,30%	-0,23%

Jul/2021	0,96%	0,36%	-0,59%
Ago/2021	0,87%	0,42%	-0,45%
Set/2021	1,16%	0,44%	-0,71%
Out/2021	1,25%	0,48%	-0,76%
Nov/2021	0,95%	0,59%	-0,36%
Dez/2021	0,73%	0,76%	0,03%
Acumulado	10,06%	4,40%	-5,14%

Com os dados do IPCA vindo em elevados patamares desde o segundo semestre de 2020, o Banco Central iniciou sua política de aperto monetário com a finalidade de controle inflacionário e ancoragem das expectativas para os anos seguintes. A taxa Selic iniciou o ano de 2021 ao valor de 2% a.a. e encerrou em dezembro no valor de 9,25% a.a. Entre as maiores economias do globo, o Banco Central do Brasil foi o que apresentou o maior comportamento de combate à inflação, e à medida que as expectativas de inflação foram aumentando, a autoridade monetária correspondeu em maior velocidade no aumento da taxa de juros. Em vista disso, o Brasil foi o país que promoveu o maior aumento de taxa de juros em 2021 – logo, o banco central brasileiro adiantou-se em relação aos demais na política de controle inflacionário.

Nos países desenvolvidos, o ano de 2021 ainda foi marcado pelos fortes estímulos monetários e comportamento mais brando no combate à inflação dos bancos centrais. Na Europa e nos Estados Unidos, os respectivos bancos centrais continuaram até o final de 2021 com a política monetária de compra de títulos e manutenção de patamares altamente estimulantes da taxa de juros como forma de garantir a alta liquidez em suas economias. Esses fatores contribuíram para o forte aumento da taxa de inflação nesses países – resultando nos maiores aumentos de preços anuais registrados nas últimas décadas – e essa injeção de liquidez contribuiu para o bom desempenho dos seus ativos de renda variável.

DESEMPENHO DOS ÍNDICES DE RENDA VARIÁVEL EM 2021

MSCI World	29,01%
MSCI Europe	22,15%
S&P 500	36,26%
Dow Jones	30,31%
DAX	14,76%

No final de 2021, os Estados Unidos fecharam o ano com uma alta de preços de 7,0%, a maior desde 1982, a Zona do Euro registrou a maior inflação da história da moeda continental e a Inglaterra contabilizou uma inflação de 5,4%, a maior dos últimos 30 anos, os bancos centrais dos países desenvolvidos se posicionaram para iniciar o processo de reduzir as compras dos títulos. Assim, começaria de forma gradual a retirada de estímulos monetários usados para o combate à pandemia – ao final do ano, o objetivo das autoridades monetárias seria o controle inflacionário em suas nações.

O ano de 2021 para a economia brasileira foi marcado pela alta volatilidade e aumento de instabilidade vindos principalmente pelos ruídos políticos. Não ocorreu em 2021 o avanço de reformas estruturais que reduziriam o gasto público, como a reforma administrativa, ou que abririam espaço para redução e simplificação de impostos, como a reforma tributária. Além disso, o não avanço de privatizações das maiores estatais, a PEC dos precatórios, os constantes avanços do governo para aumentar as despesas além do teto de gastos e a própria mudança na regra do teto de gastos – alterando o indexador para a inflação corrente do país – criaram um ambiente hostil para os investidores.

O movimento em 2021 foi de retirada de ativos de risco alocados no Brasil, o que fez com que o Ibovespa tivesse o pior desempenho entre os principais índices das principais bolsas do mundo, e junto com esse movimento, uma depreciação do real brasileiro.

O dólar iniciou 2021 cotado a R\$ 5,19 e chegou a atingir a menor cotação no ano em 25/06 – valor de R\$ 4,92, com uma depreciação da moeda americana de 4,65%. A partir dessa data, o dólar teve uma alta de 13,41%, fechando 2021 em R\$ 5,57. Logo, ao longo do ano a moeda americana registrou alta de 7,39%.

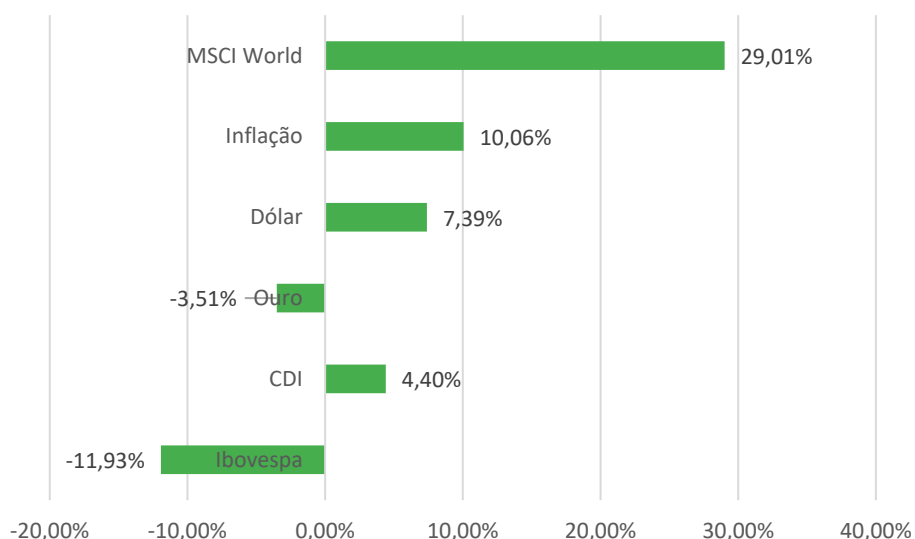
Já o índice Ibovespa iniciou 2021 em 119.017,24 pontos e atingiu sua maior cotação em 07/06 – quando chegou à pontuação máxima histórica de fechamento de 130.776,27 pontos, uma valorização de 9,88%. No entanto, a partir do segundo semestre, os ruídos vindos da política e os problemas com contas públicas e manutenção do teto de gastos fizeram o índice Ibovespa encerrar o ano a 104.822,44 queda de 19,85% do topo histórico e de 11,93% em 2021.

PERFORMANCE E CAPITALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Conforme apresenta o gráfico abaixo, o ano de 2021 foi marcado pela valorização dos ativos no exterior, que tiveram um bom desempenho por conta da injeção de liquidez nas

economias desenvolvidas. Os ativos no Brasil atrelados à renda fixa tiveram um desempenho abaixo da inflação, que se manteve pressionada ao longo de todo o ano, além da performance ruim da renda variável brasileira – que foi muito influenciada de forma negativa pelos ruídos políticos de 2021.

Gráfico 3 – Retorno dos Investimentos em 2021



O PLANO SCPREV apresentou, em 2021, uma rentabilidade de 3,78% a.a. O resultado corresponde a uma taxa real negativa de 5,71% a.a. abaixo do IPCA, enquanto o esperado era alcançar IPCA + 3,83% a.a., de acordo com a estrutura a termo da taxa de juros determinada pela Previc.

Dado que os investimentos permaneceram, em média, 68% concentrados em fundos de renda fixa com perfil de baixo risco, e em 2021 a correção da política monetária veio após a aceleração inflacionária iniciada em 2020, além da baixa performance dos fundos de multimercado e da performance negativa da renda variável brasileira, o PLANO SCPREV auferiu rentabilidade comparativa ao CDI na ordem de 86%. É importante destacar que o resultado do PLANO SCPREV esteve acima da mediana das rentabilidades das demais entidades fechadas de previdência complementar.

 **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS****DIRETRIZES GERAIS**

Conforme Resolução CMN nº 4661, de 2018, a Política de Investimentos deve conter os limites definidos para cada classe de ativos e o objetivo de rentabilidade também para cada classe de ativos.

ELENCO DE ATIVOS

Para formação da carteira do PLANO SCPREV, será utilizada ampla gama de categorias da indústria de fundos, nomeadamente Fundos de Investimentos oriundos do segmento de Renda Fixa e de Renda Variável, conforme o Capítulo V, Seção I, Art. 21 e Art. 22 da Resolução CMN 4661/2018; Fundos Estruturados FI/FIC Participações, FI/FIC Empresas Emergentes, FI/FIC Multimercado no Art. 22; FI/FIC Imobiliário determinados no Art. 24, e; Fundos de Investimento no Exterior de acordo com o Art. 26.

O objetivo desta proposta de carteira é dar continuidade ao processo de acumulação do PLANO SCPREV e, ao mesmo tempo em que garante versatilidade, proporciona mobilidade aos gestores da Entidade. Para tanto, nesta fase, todas as aplicações serão efetuadas por meio de fundos de investimentos cujas cotas estejam devidamente vinculadas a uma plataforma de registro, depósito, negociação e liquidação de ativos. A SCPREV utiliza a CETIP de forma a atender a Resolução CMN nº 4661, de 2018, Art. 16. Assim, torna-se possível a verificação diária da cota do fundo, a composição da carteira de investimentos e o acesso aos relatórios de risco e de desempenho dos fundos escolhidos.

Acentua-se, dessa forma, que a SCPREV busca alcançar rentabilidade nos investimentos sem desconsiderar a segurança no processo de investimento ao mesmo tempo em que mantém a liquidez e a transparência com os ativos da Entidade.

META DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

O *benchmark* por classe de ativo é a medida esperada de rentabilidade para cada uma das classes de ativos. Este funciona como um indicador da rentabilidade a ser perseguida e na prática serve como um instrumento de avaliação de risco relativo. Para os segmentos disponíveis ao investimento, relacionamos os respectivos benchmarks no quadro 2:

Quadro 2 – Benchmarks por segmento

Segmento de Aplicação	Índice de Referência de Rentabilidade
Plano SCPREV	IPCA + 3,83% a.a.
1. Renda Fixa	IPCA + 2,47% a.a.
2. Renda Variável	IBOVESPA
3. Estruturados (Multimercado)	IFMM
4. Investimentos no Exterior	MSCI World (BRL)

LIMITES POR SEGMENTO

No segmento de Renda Fixa, o limite permitido pela Resolução CMN nº 4661/2018 é de 100% dos recursos. A SCPREV pretendia manter como alocação objetivo o nível de 67,71% no segmento de Renda Fixa, aplicando exclusivamente em Fundos de Investimento. No segmento de Renda Variável, embora o limite permitido pela Resolução seja de 70% dos recursos, a SCPREV realizou como alocação objetivo 7,29% dos recursos. No segmento de Estruturados, o limite permitido pela Resolução é de 15% dos recursos – e a SCPREV alocou o valor de 15%. Por fim, no segmento de Investimentos Exterior, em que o limite permitido pela Resolução é de 10%, a SCPREV alocou 10% dos recursos. Em linhas gerais, esta alocação é mais restritiva do que os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4661/2018. Quadro 3 – Alocação e limites da Política de Investimentos 2021 do PLANO SCPREV:

Segmento de Aplicação	Limite Legal	Aplicação Objetivo	Limite Superior	Limite Inferior	Índice de Referência de Rentabilidade
1. Renda Fixa	100%	67,71%	100%	35%	IPCA + 2,47% a.a.
2. Renda Variável	70%	7,29%	30%	0%	IBOVESPA
3. Estruturados (Multimercado)	20%	15,00%	15%	0%	IFMM
4. Investimentos no Exterior	10%	10,00%	10%	0%	MSCI World (BRL)

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A SCPREV manteve uma postura conservadora na carteira de investimentos, perfil indicado e pertinente a uma entidade em fase de acumulação. A característica nascente da SCPREV remete ao zelo e à observância à exposição do risco durante as etapas iniciais de vida.

De forma geral, os investimentos em 2021 seguiram uma estratégia semelhante de diversificação de portfólio quando comparado ao ano de 2020. A estratégia para 2021 teve redução de alocação em Renda Fixa de 73,39% para 67,71% e redução de participação em fundos de Renda Variável de 10,40% para 7,29%, aumento na alocação de 6,22% em Investimentos no Exterior para 10% de participação e aumento de 10% para 15% a exposição em Fundos Multimercados.

O ano de 2021 foi marcado pela aceleração da taxa de inflação e a corrida do Banco Central do Brasil na correção da política monetária para o controle inflacionário. À medida que os dados de inflação mensal eram divulgados, a curva de juros do país era atualizada, com o mercado precificando maiores aberturas na curva de juros. Esses movimentos prejudicaram as aplicações em renda fixa, trazendo para uma situação de juros reais negativos e rentabilidades negativas, principalmente nos fundos de investimentos em títulos de renda fixa de longo prazo.

A alocação total em Renda Fixa apresentou uma rentabilidade em 12 meses de 3,24%, sendo afetada pelas alterações na curva de juros causadas pela aceleração inflacionária e o risco fiscal do país, o que impactou nos rendimentos dos títulos atrelados à inflação e aos de renda fixa com taxas prefixadas. O benchmark para o total de Renda Fixa foi de 12,78% (IPCA + 2,47%). A rentabilidade do fundo de Renda Variável fechou em 12 meses com -10,98%, acima do benchmark Ibovespa, que encerrou 2021 em queda de -11,93%. Já para os fundos Estruturados, a rentabilidade em 12 meses no ano de 2021 fechou em -1,73%, enquanto o seu benchmark IFMM encerrou 2021 com alta de 2,67%. E o total de investimentos no Exterior teve uma alta de 29,62%, acima do benchmark MSCI, que fechou 2021 com alta de 29,01%.



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Nos quadros a seguir, é possível observar o desenvolvimento do patrimônio do plano.

Quadro 4 – Demonstrativo mensal dos investimentos do Plano SCPREV:

Renda Fixa

MÊS	Bradesco Inst RF IMA-B 5			BB Previdenciário RF IMA-B 5+			BB Prev Rf Ref CDI PERFIL		
	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%
jan/21	8.263.217,01	-0,02%	41,2	3.445.112,44	0,08%	17,2	4.039.783,51	0,17%	20,2
fev/21	8.649.976,94	-0,79%	44,3	3.574.872,94	0,05%	18,3	2.817.259,35	0,10%	14,4
mar/21	9.035.976,29	0,09%	44,3	3.753.351,84	0,10%	18,4	2.988.099,63	0,24%	14,6
abr/21	9.282.320,50	0,94%	43,8	2.293.444,47	0,11%	10,8	2.943.286,78	0,20%	13,9
mai/21	9.654.628,56	0,60%	43,8	2.420.745,03	0,19%	11,0	3.041.878,40	0,28%	13,8
jun/21	9.790.583,94	-0,14%	43,0	2.054.392,27	0,22%	9,0	3.479.557,87	0,33%	15,3
jul/21	10.247.320,67	-0,02%	43,5	2.175.815,28	0,25%	9,2	3.376.720,61	0,39%	14,3
ago/21	10.817.222,05	0,08%	44,4	2.195.737,52	0,30%	9,0	3.443.276,66	0,45%	14,1
set/21	11.081.757,65	0,95%	44,1	2.211.935,35	0,35%	8,8	3.621.984,78	0,46%	14,4
out/21	11.474.223,28	-1,30%	44,5	1.964.640,31	-4,04%	7,6	3.840.228,23	0,49%	14,9
nov/21	12.295.781,32	2,47%	45,0	1.933.537,43	4,44%	7,1	4.036.193,01	0,63%	14,8
dez/21	12.390.505,25	0,77%	41,9	1.927.224,57	-0,33%	6,5	4.380.496,06	0,80%	14,8

Renda Fixa

MÊS	BB Previdenciário RF IMA-B 5 LP			Bradesco Inst RF Créd Priv		
	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%
jan/21	-	0,10%	0,0	4.298.652,24	0,19%	21,4
fev/21	-	-0,61%	0,0	4.468.202,25	0,22%	22,9
mar/21	-	0,32%	0,0	4.619.492,08	0,32%	22,6
abr/21	1.836.098,90	0,87%	8,7	4.861.197,71	0,35%	22,9
mai/21	1.848.679,54	0,69%	8,4	5.062.357,67	0,33%	23,0
jun/21	2.334.942,65	-0,19%	10,2	5.132.474,34	0,39%	22,5
jul/21	2.335.469,95	0,02%	9,9	5.407.727,82	0,48%	23,0
ago/21	2.337.889,38	0,10%	9,6	5.570.865,31	0,70%	22,9
set/21	2.465.810,97	0,98%	9,8	5.733.247,84	0,66%	22,8
out/21	2.584.071,26	-1,27%	10,0	5.941.911,26	0,58%	23,0
nov/21	2.828.143,86	2,47%	10,4	6.203.310,12	0,61%	22,7
dez/21	4.174.668,92	0,76%	14,1	6.709.141,32	0,79%	22,7

Estruturados

MÊS	Bradesco FIM Ômega			Bradesco FIM Aloc Dinâmica			Bradesco FIM Alpha			Bradesco Macro Institucional		
	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%
jan/21	1.391.590,67	-0,46%	51,8	1.292.631,63	-0,26%	48,2	-	-1,65%	0,0	-	-0,07%	0,0
fev/21	2.235.311,43	-0,95%	52,0	-	-0,38%	0,0	635.155,82	-1,45%	14,8	1.428.985,42	-0,67%	33,2
mar/21	2.240.924,04	0,25%	49,5	-	-0,30%	0,0	637.799,85	0,42%	14,1	1.647.965,77	0,25%	36,4
abr/21	2.257.715,64	0,75%	47,4	-	0,25%	0,0	641.562,85	0,59%	13,5	1.864.283,18	0,66%	39,1
mai/21	2.271.523,68	0,61%	45,8	-	0,59%	0,0	649.802,39	1,28%	13,1	2.036.984,10	0,37%	41,1
jun/21	2.254.682,07	-0,74%	44,8	-	-0,20%	0,0	644.972,19	-0,74%	12,8	2.131.283,70	-0,27%	42,4
jul/21	2.226.942,60	-1,23%	42,6	-	-0,40%	0,0	735.316,46	-1,38%	14,1	2.270.010,89	-0,41%	43,4
ago/21	2.218.848,25	-0,36%	41,1	-	0,16%	0,0	734.724,55	-0,08%	13,6	2.443.509,47	0,14%	45,3
set/21	2.342.813,94	-0,72%	42,0	-	0,09%	0,0	733.525,03	-0,16%	13,2	2.497.805,39	-0,03%	44,8
out/21	2.369.759,23	-2,98%	41,5	-	-0,17%	0,0	729.353,51	-0,57%	12,8	2.608.188,52	-1,17%	45,7
nov/21	2.450.802,57	3,42%	39,9	-	0,70%	0,0	735.414,05	0,83%	12,0	2.950.325,80	1,00%	48,1
dez/21	2.416.219,02	-1,41%	36,9	-	1,00%	0,0	743.952,27	1,16%	11,4	3.392.540,15	1,23%	51,8

Renda Variável

MÊS	BB Ações Valor			BB Ações ETF			Itaú Ibov Index		
	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%
jan/21	976.330,13	-5,59%	43,7	1.257.883,11	-3,43%	56,3	-	-3,33%	0,0
fev/21	739.564,53	-5,03%	36,4	1.292.749,02	-3,11%	63,6	-	-4,38%	0,0
mar/21	828.106,78	8,63%	36,6	1.435.782,98	5,39%	63,4	-	6,01%	0,0
abr/21	847.350,30	2,32%	36,6	1.470.904,33	2,45%	63,4	-	1,93%	0,0
mai/21	895.559,07	5,69%	36,8	1.538.239,68	4,23%	63,2	-	6,16%	0,0
jun/21	888.626,09	-0,77%	36,8	1.526.437,36	-0,77%	63,2	-	0,46%	0,0
jul/21	920.379,94	-2,32%	36,9	1.575.603,27	-3,17%	63,1	-	-3,94%	0,0
ago/21	932.950,62	-1,81%	36,2	-	-2,47%	0,0	1.642.817,61	-1,73%	63,8
set/21	1.003.951,84	-2,52%	35,7	-	-6,72%	0,0	1.809.846,84	-6,59%	64,3
out/21	955.759,67	-5,56%	36,2	-	-7,46%	0,0	1.687.807,94	-6,74%	63,8
nov/21	1.076.064,55	-0,96%	37,7	-	-0,63%	0,0	1.779.455,55	-1,62%	62,3
dez/21	1.168.779,77	3,83%	37,0	-	1,00%	0,0	1.990.134,03	2,75%	63,0

Investimentos no Exterior

MÊS	BB MM Schroder IE			BNP ACCESS Companies USA IE			BB AÇÕES NORDEA IE		
	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%	R\$	Rentab.	T%
jan/21	1.646.925,71	5,28%	61,1	348.485,98	3,98%	12,9	700.527,59	6,05%	26,0
fev/21	1.734.697,32	5,33%	58,4	360.701,09	3,51%	12,1	877.378,04	3,32%	29,5
mar/21	1.798.782,87	3,69%	58,1	366.982,24	1,74%	11,9	930.248,53	4,50%	30,0
abr/21	1.825.404,90	1,48%	57,9	374.127,07	1,88%	11,9	951.242,40	0,36%	30,2
mai/21	1.796.265,98	-1,60%	55,6	358.177,65	-4,20%	11,1	1.078.340,50	-2,62%	33,4
jun/21	1.776.429,06	-3,35%	52,1	361.836,28	1,02%	10,6	1.273.854,46	-3,94%	37,3
jul/21	1.866.458,24	5,07%	51,4	391.001,41	8,06%	10,8	1.374.152,57	7,87%	37,8
ago/21	1.898.111,93	1,70%	51,1	406.068,27	3,85%	10,9	1.413.424,29	2,86%	38,0
set/21	1.954.002,66	2,94%	51,7	406.766,75	0,17%	10,8	1.417.648,35	0,30%	37,5
out/21	2.117.974,41	6,25%	51,7	451.083,03	10,90%	11,0	1.527.083,12	7,72%	37,3
nov/21	2.086.881,86	-1,47%	51,0	451.098,67	0,00%	11,0	1.555.171,50	1,84%	38,0
dez/21	2.333.978,66	2,39%	53,5	450.592,20	-0,11%	10,3	1.574.541,15	1,25%	36,1

BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B 5 Longo Prazo – CNPJ: 03.543.447/0001-03

BB Previdenciário Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo Perfil Longo Prazo – CNPJ: 13.077.418/0001-49

Bradesco Institucional Renda Fixa Crédito Privado – CNPJ: 13.401.238/0001-70

BB Previdenciário IMA-B5+ – CNPJ: 13.327.340/0001-73

Bradesco FIC FI Multimercado Alocação Dinâmica - CNPJ: 13.902.266/0001-71

Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Ômega – CNPJ: 35.847.960/0001-76

BB Previdenciário Ações Valor FIC FIA – CNPJ: 29.258.294/0001-38

BB Ações Alocação ETF – CNPJ: 06.251.554/0001-48

BB MM Schroder IE – CNPJ: 17.431.816/0001-72

BNP Access USA – CNPJ: 11.147.668/0001-82

BB Ações NORDEA IE – CNPJ: 28.578.936/0001-13

Bradesco FIC FIM Alocação Alpha – CNPJ: 37.310.314/0001-09

Bradesco FIC FIM Macro Institucional – CNPJ: 21.287.421/0001-15

Bradesco Institucional FI RF IMA-B 5 – CNPJ: 20.216.216/0001-04

Itaú Vertice Ibovespa Index FICFIA – CNPJ: 17.412.528/0001-70

SEGURIDADE



O Plano SCPREV, aprovado pela PREVIC em 30 de setembro de 2016, conta com seis patrocinadores: Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Poder Executivo e Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Neste caso, podem aderir ao Plano de Benefícios apenas os servidores públicos de cargo efetivo vinculados a um destes patrocinadores.

Abaixo demonstramos o quantitativo de participantes do Plano, no qual pode-se observar que a retomada ainda restrita de novos concursos e posses no Estado, devido à situação de emergência causada pela pandemia de Covid-19, impacta diretamente na quantidade de adesões ao Plano. Porém, a SCPREV finaliza o ano de 2021 com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei Complementar 25/2021, que cria o Benefício Especial de incentivo à migração para o Regime de Previdência Complementar para servidores públicos efetivos que não possuem atualmente seus benefícios no RPPS limitados ao valor do teto do RGPS. A expectativa é de que a entrada em vigor da lei resultante desse PLC acarretará numa quantidade significativa de novas adesões.

ADESÕES

A Entidade está em constante crescimento e no ano de 2021 recebeu um total de 169 novas adesões ao Plano SCPREV. Deste total, 164 aderiram como Participantes Patrocinados, sendo 155 na forma de adesão automática aplicada pelo Decreto nº 1.552, de 27 de março de 2018, e 9 como solicitações de migração do regime previdenciário em que estavam enquadrados para a nova regra previdenciária, limitando seus benefícios no RPPS ao valor do Teto do RPGS, conforme disposto na tabela a seguir:

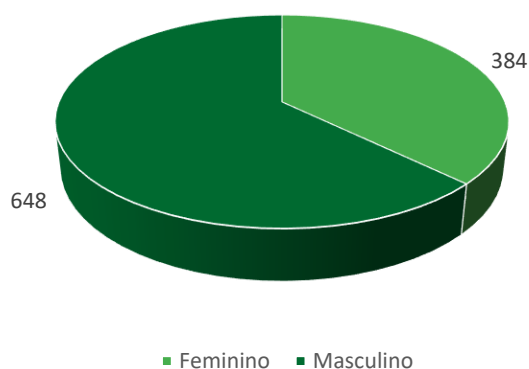
Órgão	Adesão Automática	Migração
Executivo	79	3
Tribunal de Justiça	69	2
Ministério Público	3	1
Defensoria Pública	4	3
Assembleia Legislativa	0	0
Tribunal de Contas	0	0
TOTAL	155	9

Destacamos que das 164 adesões patrocinadas de servidores, neste período, também houve cinco adesões na condição de Participantes Facultativos.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A característica do Plano SCPREV é ser composto somente por participantes ativos. Em dezembro de 2021, esse número era de 1.032, não apresentando participantes em gozo de benefício. A idade média é de 35 anos e 63% pertencem ao sexo masculino, conforme gráfico a seguir:

Distribuição de participantes por sexo



Além dos 1.032 participantes ativos, o Plano SCPREV possui ainda 40 participantes que optaram por cancelar a inscrição, mas que não estão elegíveis aos institutos previstos no Regulamento por ainda estarem vinculados ao patrocinador. Desta forma, permanecem com os recursos no Plano.

Também pode ser observada a divisão de participantes pelas categorias dispostas no Regulamento:

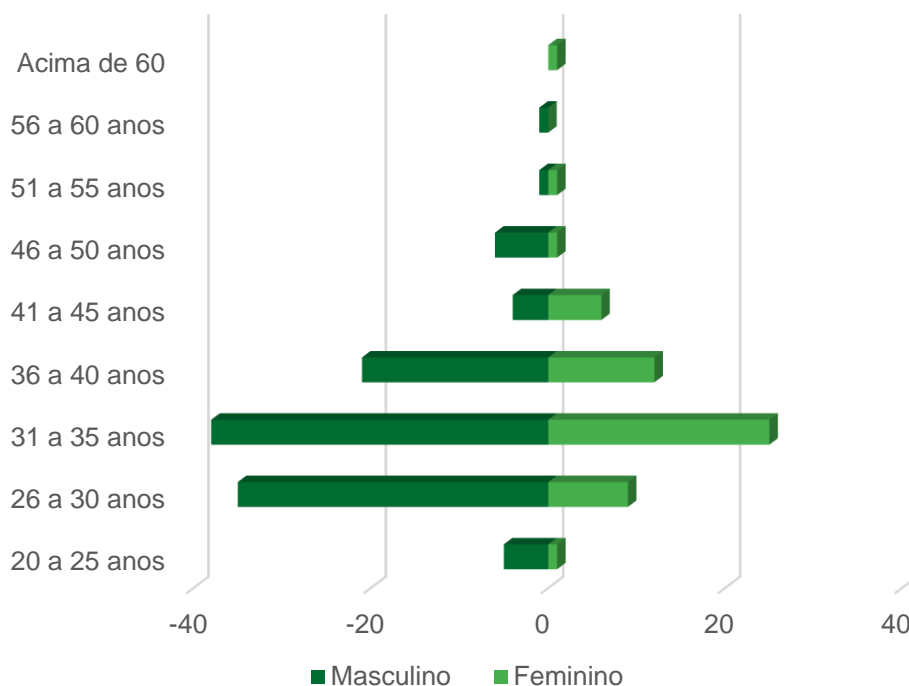
Categoria	Feminino	Masculino	Total
Patrocinados	338	572	910
Facultativos	37	66	103
BPD	9	9	18
Autopatrocinado	0	2	2

A tabela acima demonstra que a maioria dos participantes está na categoria Patrocinado. Destacamos que ao longo do ano de 2021 houve um aumento também de enquadrados na categoria de Participantes Facultativos. Esse cenário ocorre pela relação direta entre duas variáveis: o reajuste anual no valor do Teto do RGPS e a falta de reajuste na remuneração de algumas categorias de servidores públicos. Com isso, muitos participantes acabaram se enquadrando na remuneração abaixo do valor do teto do RGPS, e por esta ser condição no Plano SCPREV para ser um Participante Patrocinado, os participantes acabam tendo sua categoria alterada para Participante Facultativo.

EVASÕES

Ao final de dezembro de 2021, o Plano SCPREV apresentou uma retenção total de 89% em relação às adesões acumuladas. Ao longo do ano, 82 participantes cancelaram a inscrição no Plano, sendo 20 pelo rompimento do vínculo com o Estado, por meio de exoneração. Houve outros 23 cancelamentos de participantes que ainda possuem reserva no Plano e não estão elegíveis aos institutos previdenciários. Foram computados também 38 cancelamentos de inscrições automáticas e um por inadimplência, o que pode demonstrar uma visão imediatista dos servidores e pouco interesse no longo prazo. Esses números estão detalhados a seguir:

Evasões de participantes em 2021



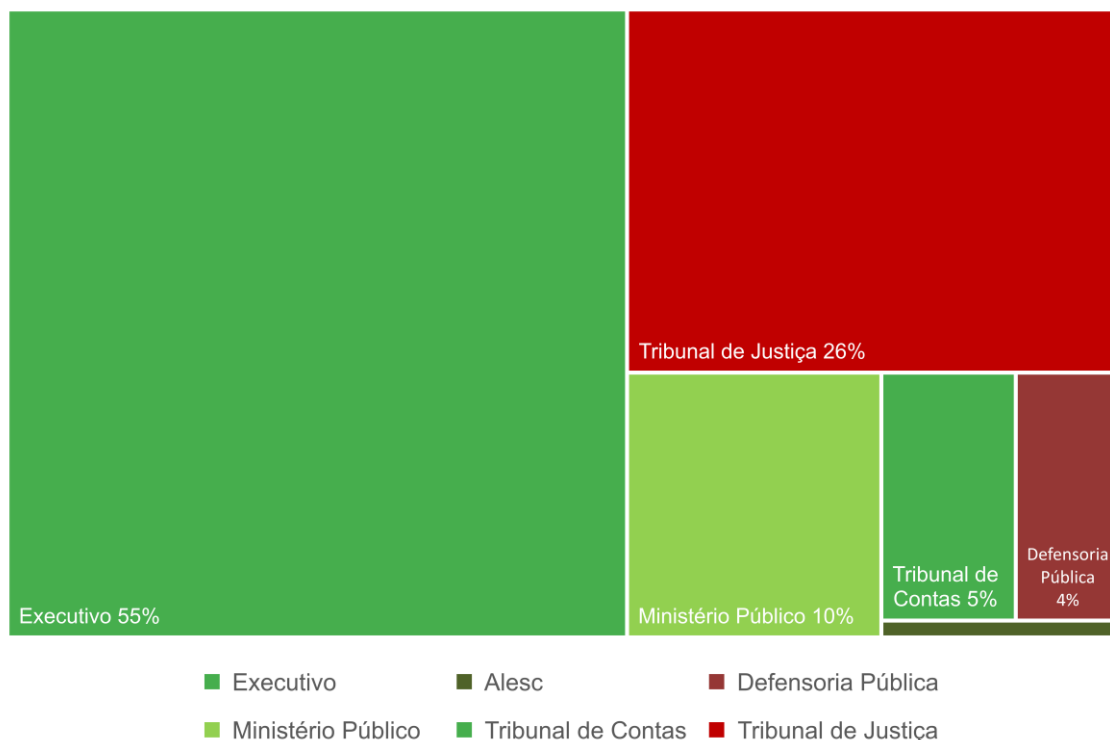
No acumulado desde o início do Plano temos 167 cancelamentos – 56 do sexo feminino e 111 do sexo masculino. Pode-se observar também que houve uma quantidade maior de cancelamentos entre o sexo masculino na faixa etária dos 26 aos 35 anos. Entre o sexo feminino os cancelamentos ocorreram de forma mais significativa na faixa dos 31 aos 35 anos de idade.

Dentre os principais motivos está o rompimento de vínculo com o patrocinador ao serem chamados para assumir cargos em outro ente público. Outro motivo de cancelamento é o aparente desinteresse dos servidores em previdência, o que nos possibilita identificar uma necessidade de liquidez imediata ou até mesmo pelo aspecto cultural de despreocupação com o longo prazo.

PATROCINADORES

A distribuição dos participantes ativos* nos seis patrocinadores que compõem o Plano SCPREV finalizou o ano com a seguinte disposição:

Percentual de participantes por patrocinador



**Considerado a quantidade acumulada até 31/12/2021*

O poder Executivo contabilizou 82 adesões de participantes ao longo de 2021, e o Tribunal de Justiça, outras 71.

A proporção entre os totais deve-se à grandeza de cada patrocinador e à quantidade de nomeações de cargos públicos por meio dos concursos, pois estas influenciam diretamente nas adesões automáticas ao Plano. Alguns destes patrocinadores não realizaram concurso público após a instituição do novo regime previdenciário no Estado de Santa Catarina – que já limita os benefícios previdenciários ao valor do teto do RGPS – não havendo, dessa forma, adesões em quantidades significativas.

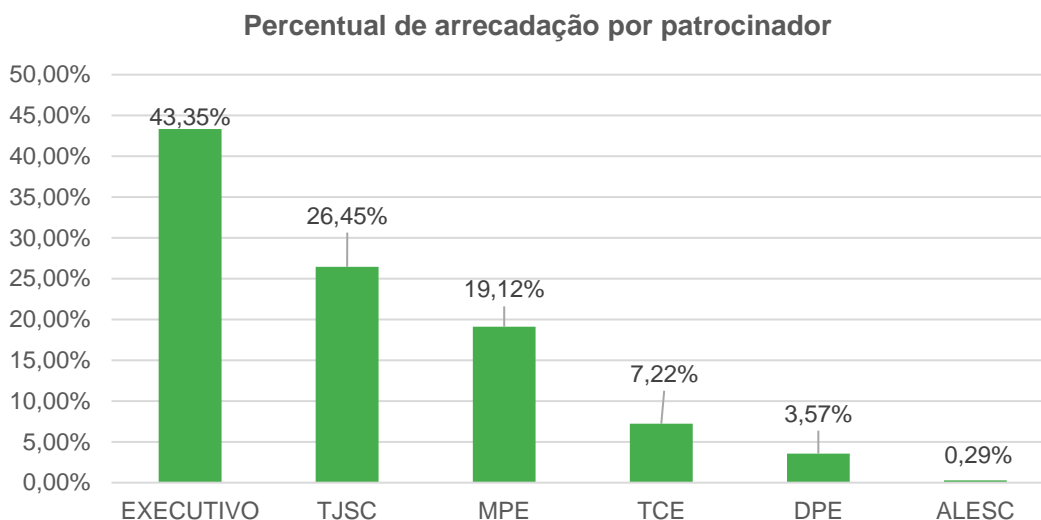
ARRECADAÇÃO

Durante 2021, o Plano SCPREV teve um aumento de 11% na arrecadação total se comparado a 2020, sendo distribuída de forma majoritária pela Contribuição Normal, realizadas pelos participantes e patrocinadores do Plano. Abaixo demonstramos também a

relação entre os pagamentos realizados na forma de Resgates e Portabilidades ao longo do ano em comparação com o total arrecadado. Veja no quadro abaixo:

Eventos	Percentual	Soma de Valor (R\$)
Contribuição Normal	96,5%	R\$ 16.976.480,38
Contribuição Complementar de Risco	3,4%	R\$ 591.903,35
Contribuição Adicional	1,3%	R\$ 236.831,06
Recursos Portados	0,8%	R\$ 133.576,57
Contribuição Facultativa do Participante (aporte)	0,3%	R\$ 58.660,00
Pagamento de Resgate	-0,3%	-R\$ 49.494,04
Pagamento de Portabilidade	-2,0%	-R\$ 358.259,31
Total Geral		R\$ 17.589.698,01

Se considerarmos a contribuição dos participantes ativos no Plano, segregados por patrocinador, na arrecadação anual* a disposição dos percentuais de participação entre os patrocinadores é a seguinte:



*Considerando os valores recebidos entre 01/2021 e 12/2021

Um dado interessante nestes dois últimos gráficos tem como base o valor médio de contribuição por participante. Entre os dois maiores patrocinadores – Executivo e Tribunal de Justiça – há uma grande disparidade nessa cifra. Enquanto no Executivo é de R\$ 1.025,33, no Tribunal de Justiça cada um contribui, em média, R\$ 1.345,00. O resultado é que o Executivo, mesmo contando com 55% do total de participantes, contribui com 43,35% da arrecadação. Já o Tribunal de Justiça, que reúne 26% da massa de participantes, é responsável por 26,45% do arrecadado pelo Plano SCPREV.

PARCELA ADICIONAL DE RISCO

O Plano SCPREV dispõe de Parcela Adicional de Risco que pode ser contratada com a seguradora terceirizada a fim de aumentar a proteção para o participante em caso de Invalidez Total e Permanente e para os dependentes em caso de Morte do titular do Plano.

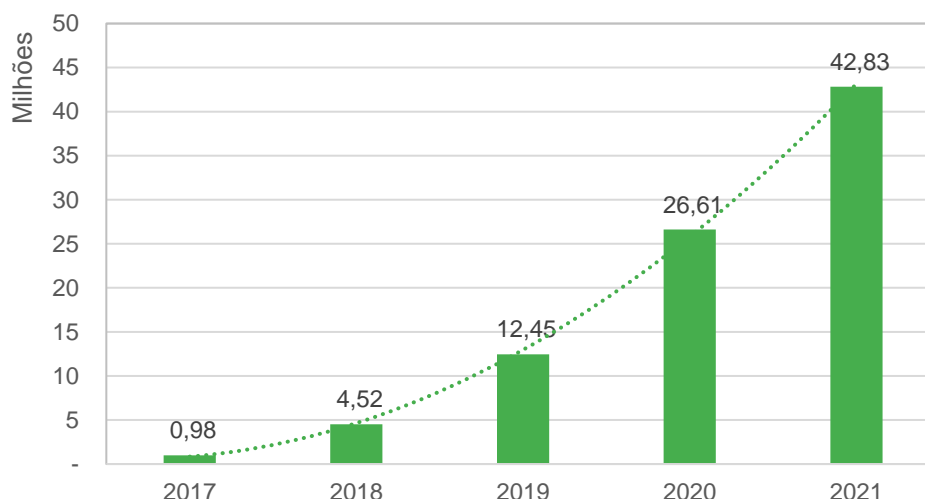
Dos 1.032 participantes ativos no Plano, 175 contrataram a Parcela Adicional de Risco. Na comparação com a arrecadação total de contribuição no ano de 2021, esse valor corresponde a 3,4%. Lembrando que a SCPREV intermedeia a contratação das coberturas de risco entre o participante e a seguradora. Na tabela a seguir, pode-se observar a média neste ano, para o Capital Segurado e Prêmios contratados pelos participantes:

Tipo de sinistro	Quantidade	Média do Capital Segurado	Média do Prêmio
Invalidez Total e Permanente	172	R\$ 1.436.854,35	R\$ 201,72
Morte	90	R\$ 996.374,46	R\$ 169,44

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O Patrimônio de Cobertura do Plano SCPREV totalizava R\$ 42.834.054,21 em dezembro de 2021, o que significou um crescimento de 60,95% em relação a dezembro de 2020, quando este valor era de R\$ 26.613.882,19.

Evolução do Patrimônio



Conforme gráfico, o Patrimônio de Cobertura está aumentando significativamente desde o início do Plano.

ADMINISTRAÇÃO



GESTÃO OPERACIONAL

Nos dois últimos anos, impulsionados pelo impacto da pandemia da COVID-19 no Brasil, muitos processos antes realizados presencialmente com registros e controles físicos foram adaptados ao âmbito digital em todas as áreas da Entidade. Sendo assim, a SCPREV estabeleceu, por meio da publicação de Portaria nº 01, de 31 de maio de 2021, as diretrizes quanto à realização de trabalho remoto nos regimes de execução parcial ou integral na Entidade.

O segundo semestre de 2021 foi de retomada presencial das atividades e de manutenção das rotinas que tiveram resultados produtivos, dando continuidade à estratégia da administração sem papel como forma de melhoria e automatização dos processos internos.

Concomitante ao alinhamento da Entidade para mudanças na rotina operacional, voltado para a transformação digital, encontra-se a adaptação à nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com vigência a partir de 18 de

setembro de 2020, com as sanções administrativas exigidas a partir de 1º de agosto de 2021 nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Com o início de vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) a SCPREV se deparou com o desafio de aprimorar os processos de forma eletrônica e, ao mesmo tempo, criar os limites possíveis para garantir maior segurança às informações que circulam. Com êxito e constante transformação, a SCPREV realizou adaptações na rotina operacional, conferindo maior controle no acesso às informações e garantindo o sigilo no tratamento dos dados sensíveis sob a responsabilidade da SCPREV.

Destaca-se também a aprovação e publicação das políticas institucionais de Gestão de Riscos e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, decorrentes, respectivamente, da Resolução-CD nº 47, de 4 de junho de 2021, e Resolução-CD nº 52, de 26 de outubro de 2021. A Política de Gestão de Riscos definiu os objetivos, conceitos, princípios, diretrizes e responsabilidades para o sistema de gestão de riscos da SCPREV, que, por sua vez, visa fortalecer a governança, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Entidade. Já a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo visa estabelecer diretrizes para prevenir e evitar quaisquer práticas ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, por meio de sua estrutura organizacional e de governança, de suas atividades e procedimentos orientados pela transparência e confiança no cumprimento de normas, leis e regulamentação vigentes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura da SCPREV sofreu algumas alterações em 2021 decorrentes da aprovação, pelo Conselho Deliberativo, do Plano de Estrutura Organizacional, por meio da Resolução-CD nº 45, de 26 fevereiro de 2021.

O Plano de Estrutura Organizacional é resultado de um estudo que leva em consideração o ponto de equilíbrio e a estrutura da Entidade nos primeiros anos de funcionamento, bem como da projeção futura a partir dos novos ingressos de membros e servidores disponíveis junto aos patrocinadores.

Os cargos das diretorias de Seguridade e de Administração mantiveram-se não providos, com suas atribuições acumuladas pelo Diretor-Presidente.

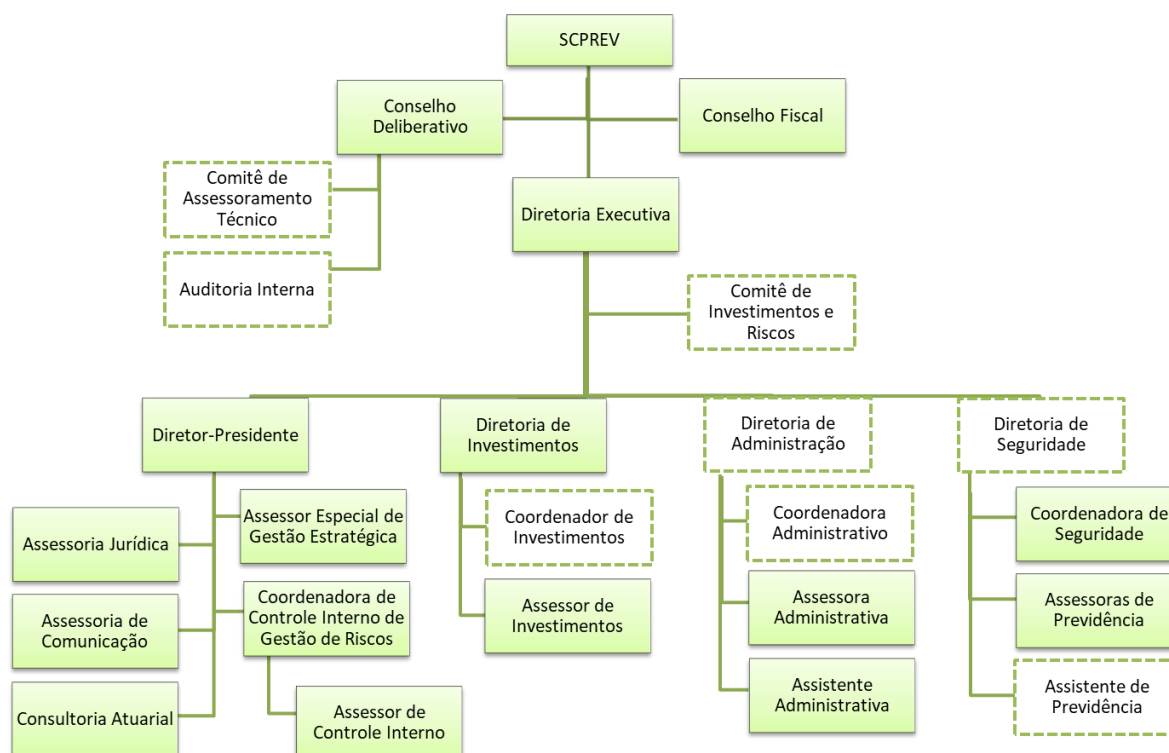
Sob a estrutura do Gabinete da Presidência foram admitidos os empregos em comissão de Coordenador de Controle Interno e Gestão de Riscos – a fim de atender às demandas legais e de gestão de riscos da Entidade – e Assessor Especial de Gestão Estratégica, com o intuito de aperfeiçoar a relação da SCPREV com os participantes e patrocinadores.

A Diretoria de Investimentos conta com o apoio de assessoria financeira terceirizada na condução de processos decisórios relativos a sua área, atuando com transparência e impessoalidade. Dessa forma, auxilia a SCPREV na busca das melhores práticas de governança.

Com o aumento da demanda das atividades realizadas pelo setor, bem como da responsabilidade decorrente do aumento dos recursos a serem administrados pela Entidade, foi realizada admissão de emprego em comissão para Assessor de Investimentos.

Os serviços técnicos de consultoria atuarial, assessoria de comunicação e consultoria jurídica são executados por empresas/consultórios especializadas e terceirizados.

Diante do exposto, a estrutura da SCPREV passou a ter a seguinte configuração:



Observação: As posições com cargos pontilhados são cargos não providos.



LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Comissão Permanente de Licitação da SCPREV, de acordo com a LC nº 661/2015, observa os princípios que regem a administração pública, respeitando a legislação federal sobre licitações e contratos.

Neste ano, a SCPREV, por meio desta Comissão, realizou contratações para atender às demandas administrativas, sendo que as modalidades empregadas foram: dois pregões eletrônicos – um deles realizado pela Secretaria da Administração do Estado de Santa Catarina; duas contratações por inexigibilidade de licitação; oito dispensas de licitação; e doze aditivos.

As contratações realizadas no ano de 2021 são as relacionadas a seguir:

Objeto de Contratação	Tipo	Empresa Contratada	Vigência Início	Vigência Fim
Sistema de Gestão	1º Aditivo	Senior Solution Consultoria em Informática LTDA	12/12/2021	11/12/2022
Seguro de Benefício	4º Aditivo	Icatu Seguros S.A	30/01/2021	29/01/2022
Assessoria Jurídica	2º Aditivo	Ulisses Figueiredo e Catapan Advogados Associados	07/10/2021	06/10/2022
Consultoria Financeira	5º Aditivo	Aditus Consultoria Financeira LTDA	01/02/2021	31/01/2023
Consultoria Contábil	Contrato	Pasqualetto, Rosa e Prattes - PRP Soluções Contábeis LTDA - EPP	16/11/2021	15/11/2022
Operadora de Plano de Saúde	2º Aditivo	Unimed Grande Florianópolis	01/12/2021	31/11/2022
Serviço de Limpeza	1º Aditivo	Triângulo Administração e Serviços LTDA.	02/01/2021	01/01/2022
Serviços de Comunicação	1º Aditivo	Frente Comunicação LTDA	22/07/2021	31/12/2021
Auditoria Independente	1º Aditivo	Exacto Auditoria S/S	11/12/2021	10/12/2022
Serviço de Tecnologia	Contrato	Centro de Informática e Automação de SC - CIASC	01/01/2021	31/12/2021
Locação de Imóvel	4º Aditivo	Dalton Andrade Imóveis	17/07/2021	16/07/2022
Sapude Ocupacional	3º Aditivo	Saúde & Trabalho Assessoria Clínica e Ergonomia S/S Ltda	01/11/2021	31/10/2022
Assessoria Jurídica	1º Aditivo	Castelan Póvoas & Cabral Advogados Associados	08/07/2021	07/07/2022
Consultoria Atuarial	Contrato	Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial LTDA.	03/05/2021	02/05/2022
Compra material de informática	Contrato	Prodatainfo Informática LTDA	18/05/2021	17/05/2022
Regulação LGPD	1º Aditivo	Vilela Veiga, Meneghel & Zappellini Advogados Associados	28/12/2021	27/12/2022
Provedor de e-mail	1º Aditivo	Endurance Group Brasil Hosp de Sites LTDA.	04/06/2021	03/06/2022
Telefonia Móvel	Contrato	CLARO S/A	01/03/2021	28/02/2023
Serviço de Tecnologia da Informação	Contrato	Ahpta Technology	15/03/2021	14/03/2022
Assinatura Eletrônica	Contrato	ClickSign	22/07/2021	21/07/2022

Reforma Sede	Contrato	David Marceneiro	06/08/2021	05/08/2022
Reforma Sede	Contrato	Sérgio Vidros e Esquadrias	25/08/2021	24/08/2022
Software de Investimentos	Contrato	Paramita Tecnologia Consultoria Financeira LTDA.	28/09/2021	27/09/2022
Reforma Sede	Contrato	Escritolândia Comércio de Móveis e Equipamentos	01/10/2021	31/09/2022
Auxílio alimentação e refeição	Contrato	Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.	01/10/2021	30/09/2022

AUDITORIA INDEPENDENTE

Ainda em 2021, a SCPREV contratou serviços de auditoria para as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2020. A contratação atende à exigência de conformidade da Entidade com as normas estabelecidas para a previdência complementar.

Assim, em harmonia com a Lei Complementar Federal nº 109/2001, a SCPREV manteve atualizada sua contabilidade, de acordo com as instruções do órgão regulador e fiscalizador, consolidando a posição do plano de benefícios que administra e executa, bem como submeteu suas contas a Auditoria Independente.

Os documentos apreciados pela Auditoria Independente estão publicados em forma de anexo a este documento.

INFORMAÇÕES SEGREGADAS DAS DESPESAS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – EXERCÍCIO 2021

DESPESAS DO PGA	PREVISTO	REALIZADO
DESPESAS	(3.627.281,74)	(2.982.134,18)
ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	(3.627.281,74)	(2.982.134,18)
PESSOAL E ENCARGOS	(2.104.330,66)	(1.996.216,41)
CONSELHEIROS	(485.473,64)	(471.785,96)
CONSELHO DELIBERATIVO	(291.284,18)	(277.344,21)
CONSELHO FISCAL	(194.189,46)	(194.441,75)
DIRIGENTES	(714.844,71)	(742.277,50)
DIRIGENTES CONTRATADOS	(325.641,96)	(333.598,72)
DIRIGENTES CEDIDOS	(389.202,75)	(408.678,78)
PESSOAL PRÓPRIO	(867.823,20)	(766.933,93)

ESTAGIÁRIOS/JOVENS APRENDIZES	(36.189,11)	(15.219,02)
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(53.475,83)	(9.691,86)
CONSELHEIROS	(25.119,03)	(1.995,32)
DIRIGENTES	(9.000,00)	(4.178,32)
PESSOAL PRÓPRIO/CEDIDO	(19.356,80)	(3.518,22)
VIAGENS E ESTÁDIAS	(41.200,00)	(2.421,71)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(923.661,59)	(678.769,79)
SERVIÇOS ATUARIAIS	(84.000,00)	(59.800,00)
SERVIÇOS CONTÁBEIS	(119.442,17)	(121.081,16)
SERVIÇOS JURÍDICOS	(39.091,54)	(39.220,72)
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	(485.541,29)	(317.012,37)
GESTÃO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	(66.000,00)	(24.704,00)
AUDITORIA CONTÁBIL	(8.715,68)	(8.700,00)
SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS	(44.304,19)	(46.493,36)
SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	(46.566,72)	(42.466,18)
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	(30.000,00)	(19.292,00)
DESPESAS GERAIS	(454.489,16)	(175.969,11)
OUTROS SERVIÇOS	(56.422,88)	(30.396,44)
CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS	(21.051,78)	(14.583,72)
CORREIOS E CARTÓRIOS	(6.000,00)	(1.225,72)
SERVIÇOS GRÁFICOS E ENCADENAÇÕES	(2.400,00)	(10.180,83)
DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	(7.686,94)	(1.271,04)
ALUGUÉIS DE MÁQUINAS E IMPRESSORAS	(3.000,00)	(2.429,13)
ASSINATURA JORNAIS E REVISTAS	(5.400,00)	(706,00)
INFRAESTRUTURA	(147.027,84)	(131.751,39)
ENERGIA ELÉTRICA	(7.943,42)	(4.416,36)
ALUGUEL E CONDOMÍNIO	(121.864,98)	(119.036,93)
MANUTENÇÃO/REPAROS/REFORMAS	(13.239,04)	(8.243,10)
TELEFONIA MOVEL	(3.980,40)	(55,00)
MATERIAL DE EXPEDIENTE	(79.598,51)	(9.971,41)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(1.747,48)	(3.712,05)
COPA E COZINHA	(8.083,31)	(3.735,29)
EQUIP. SUPRIMENTOS INFORMÁTICA	(65.862,24)	(2.524,07)
DESPESAS FINANCEIRAS	(3.600,00)	(3.849,87)
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(0,00)	(49.680,12)
TRIBUTOS	(167.839,93)	(69.385,18)
PIS	(22.919,80)	(9.384,39)
COFINS	(141.045,13)	(57.750,13)
TAFIC	(3.875,00)	(1.875,00)
OUTRAS DESPESAS TRIBUTOS	(0,00)	(375,66)

REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	(50.124,50)	(1.457,82)
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	-	60.708,90
FLUXO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	-	83.575,23
FLUXO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	(22.866,33)
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	-	1.562.707,07
REVERSÃO DE FUNDOS	-	1.562.707,07

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Em cumprimento ao estabelecido no item XI do art. 30 da Instrução Previc nº31/2020 e no art. 9º da Resolução CNPC nº30/2018, apresenta-se a seguir os objetivos e critérios utilizados para constituição e reversão dos fundos previdenciais. Estas informações deveriam estar contempladas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que seguem em forma de anexo a este documento.

I. Fundo de Recursos não Resgatados (FRnR):

a. Finalidade: cobertura de eventuais insuficiências em quaisquer outros fundos, desde que recomendada e justificada por parecer atuarial e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade;

b. Fonte de custeio: saldos remanescentes verificados em Contas Individuais dos Participantes que se desvincularam do Plano; saldos remanescentes de Assistidos cujos benefícios vierem a se extinguir pela inexistência de Beneficiários e que não sejam reivindicados por eventuais herdeiros legais; recursos não contemplados no direito do Participante que perdeu o vínculo funcional e optou pelo instituto do Resgate, previsto na Seção III do Capítulo IX do Regulamento.

c. Eventos ou riscos associados: não há eventos ou riscos associados.

d. Reversão de valores: esse Fundo tem como característica a reversão de valores para quaisquer outros fundos, desde que recomendada e justificada por parecer atuarial e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, para atender as necessidades de cobertura de eventuais insuficiências.

II. Fundo de Oscilação de Riscos (FOR):

a. Finalidade: dar cobertura a possíveis impactos decorrentes de desequilíbrios atuariais do Benefício por Sobrevivência do Assistido (BSA), estruturado na modalidade de Benefício Definido. Dessa forma, será destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas nas avaliações atuariais, bem como minimizar os impactos

decorrentes da mudança de taxa de custeio desse benefício motivada pela alteração da massa de participantes.

b. Fonte de custeio: Constituído a partir de contribuições normais vertidas pelos participantes e pelos patrocinadores, de acordo com o Plano de Custeio Anual.


c. Eventos ou riscos associados: por ser uma massa de participantes em expansão, as características do grupo ainda estão em constante mudança, gerando possíveis oscilações no custeio do Benefício de Sobrevivência do Assistido (BSA). Associado a isso, por se tratar de um benefício de extenso prazo até sua concessão, o custeio é mais sensível às mudanças econômicas, financeiras e demográficas.


III. Fundo de Oscilação da Inscrição Automática (FIA): A partir de 11/2021, após análises e esclarecimentos realizados pelos contadores responsáveis pelo PLANO SCPREV, o FIA deixou de ser constituído uma vez que ele tem seu efeito já refletido diretamente no cálculo da cota patrimonial do Plano, seja ele positivo ou negativo. Sendo assim, concluiu-se que, não havia necessidade de manutenção de Fundo Previdencial para este tipo de movimentação financeira, sendo seu controle necessário apenas para o acompanhamento e gestão da Entidade sobre as devoluções que devem ser realizadas mensalmente.

Em atendimento ao artigo 12 da Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, os indicadores de gestão para acompanhamento e controle das despesas administrativas estão publicados no Anexo IX – Indicadores de Gestão.




FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 (48) 3664-5313

 (48) 98863-9161

 www.scprev.com.br

 atendimento@scprev.com.br

 Rua Emílio Blum, nº 131 Torre B - Sala 506 | Centro - Florianópolis/SC

**ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E
NOTAS EXPLICATIVAS**



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SCPREV

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Florianópolis, 31 de dezembro de 2021.



I - BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício 2021	Exercício 2020	PASSIVO	Exercício 2021	Exercício 2020
REALIZÁVEL	47.810	29.446	EXIGÍVEL OPERACIONAL	16.298	12.701
Gestão Previdencial	2	1	Gestão Previdencial	415	361
Gestão Administrativa	213	197	Gestão Administrativa	15.883	12.340
Investimentos	47.595	29.248			
Fundos de Investimentos	47.595	29.248	PATRIMÔNIO SOCIAL	31.642	16.871
			Patrimônio de Cobertura do Plano	42.834	26.614
			Provisões Matemáticas	42.834	26.614
			Benefícios a Conceder	42.834	26.614
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	130	126	Fundos	(11.192)	(9.743)
Imobilizado	58	14	Fundos Previdenciais	405	292
Intangível	72	112	Fundos Administrativos	(11.597)	(10.035)
TOTAL DO ATIVO	47.940	29.572	TOTAL DO PASIVO	47.940	29.572

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CÉLIO PERES
Diretor Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15



II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS

(Consolidado)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	16.871	12.631	33,57%
1. Adições	19.574	16.956	15,44%
(+) Contribuições Previdenciais	16.669	13.882	20,08%
(+) Portabilidade	134	900	-85,16%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.351	852	58,59%
(+) Receitas Administrativas	1.360	1.322	2,89%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	61	-	-
2. Deduções	(4.803)	(12.716)	-62,23%
(-) Resgates	(50)	(13)	292,83%
(-) Portabilidade	(358)	(32)	1028,67%
(-) Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(1.401)	(1.129)	-
(-) Outras Deduções	(11)	(6)	95,70%
(-) Despesas Administrativas	(2.982)	(11.523)	-74,12%
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios _ Gestão Administrativa	(1)	-	-
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(14)	-100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	14.771	4.240	248,40%
(+/-) Provisões Matemáticas	16.220	14.053	15,42%
(+/-) Superávit/(Deficit) Técnico do Exercício	-	112	-100,00%
(+/-) Fundos Previdenciais	113	290	-61,03%
(+/-) Fundos Administrativos	(1.562)	(10.215)	-84,71%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4+5)	31.642	16.871	87,56%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CÉLIO PERES
 Diretor Presidente
 CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
 Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
 CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
 Diretor de Investimentos
 CPF: 560.505.269-15



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO SCPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	26.906	12.449	116,13%
	1. Adições	19.358	16.642	16,32%
(+)	Contribuições	17.872	14.890	20,03%
(+)	Portabilidade	134	900	-85,11%
(+)	Reversão de Fundo Administrativo	1	-	-
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.351	852	58,62%
	2. Deduções	(3.025)	(2.185)	38,44%
(-)	Resgates	(50)	(13)	284,62%
(-)	Portabilidade	(358)	(32)	1018,75%
(-)	Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(1.401)	(1.129)	24,09%
(-)	Custeio Administrativo	(1.205)	(1.006)	19,78%
(-)	Outras Destinações	(11)	(5)	120,00%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	16.333	14.457	12,98%
(+/-)	Provisões Matemáticas	16.220	14.054	15,41%
(+/-)	Fundos Previdenciais	113	291	-61,17%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	112	-100,00%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	43.239	26.906	60,70%
	C) Fundos Não Previdenciais	(1.562)	(10.216)	-84,71%
(+/-)	Fundos Administrativo	(1.562)	(10.216)	-84,71%

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

CÉLIO PERES
Diretor Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15



IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO SCPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
1. Ativos	43.654	27.266	60,10%
Recebíveis Previdencial	2	-	0,00%
Investimento	43.652	27.266	60,10%
Fundos de Investimento	43.652	27.266	60,10%
2. Obrigações	(415)	(361)	14,95%
Operacional	(415)	(361)	14,95%
5. Ativo Líquido (1-2)	43.239	26.905	60,71%
Provisões Matemáticas	42.834	26.613	60,95%
Fundos Previdenciais	405	292	38,86%

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

CÉLIO PERES
 Diretor Presidente
 CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
 Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
 CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
 Diretor de Investimentos
 CPF: 560.505.269-15



V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	(10.035)	181	-5644,20%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.420	1.320	7,58%
1.1 Receitas	1.420	1.320	7,58%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.205	1.006	19,78%
Receitas Diretas	154	114	34,97%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	61	-	-
Outras Receitas	-	200	-100,00%
2. Despesas Administrativas	(2.981)	(11.522)	-74,13%
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(2.981)	(2.557)	16,58%
Pessoal e Encargos	(1.996)	(1.786)	11,76%
Treinamentos / congressos e seminários	(10)	(9)	8,76%
Viagens e estadias	(2)	(2)	0,00%
Serviços de terceiros	(674)	(521)	29,48%
Despesas gerais	(180)	(134)	34,39%
Depreciações e amortizações	(50)	(42)	17,69%
Tributos	(69)	(63)	9,69%
2.6 Outras Despesas	-	(8.965)	-100,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(1)	-	0,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(14)	-100,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.562)	(10.216)	-84,71%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.562)	(10.216)	-84,71%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	(11.597)	(10.035)	15,57%

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

CÉLIO PERES
Diretor Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15



VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO SCPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+3+4)	43.654	27.267	60,10%
1. Provisões Matemáticas	42.834	26.614	60,94%
1.2. Benefício a Conceder	42.834	26.614	60,94%
Contribuição Definida	37.983	23.678	60,41%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	17.423	10.566	64,90%
Saldo de contas - parcela participantes	20.560	13.112	56,80%
Benefício Definido	4.851	2.936	65,21%
3. Fundos	405	292	38,67%
3.1. Fundos Previdenciais	405	292	38,67%
4. Exigível Operacional	415	361	15,03%
4.1. Gestão Previdencial	415	361	15,03%

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

CÉLIO PERES
 Diretor Presidente
 CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
 Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
 CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
 Diretor de Investimentos
 CPF: 560.505.269-15



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV, instituída pela Lei Complementar nº 661, de 02/12/2015 (publicada no DOE nº 20.197, de 03/12/2015), e criada pelo DECRETO nº 553 de 18/12/2015 (publicada no DOE nº 20.209, de 31/12/2015), aprovada sua constituição e autorizado seu funcionamento por meio da Portaria nº 141, de 31/03/2016 da Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – DITEC/PREVIC (publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 01/04/2016), é uma entidade fechada de previdência complementar - EFPC, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Economia, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Subsecretaria de Gestão da Previdência e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, bem como de resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

A SCPREV é organizada sob a forma de fundação, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina. Tem como finalidade administrar e executar plano de benefícios de caráter previdenciário complementar, estruturados na modalidade de contribuição definida, nos termos das Leis Complementares federais nos 108 e 109, ambas de 29/05/2001.

A estrutura organizacional da SCPREV é constituída pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas composições e responsabilidades estão definidas em seu Estatuto, observado o disposto nos arts. 8º a 23º da Lei Complementar Federal nº 108, de 2001.

A SCPREV atualmente administra um único plano previdenciário, Plano de Benefícios de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina, denominado PLANO SCPREV, o qual foi aprovado pela Portaria nº 29, de 29/09/2016, da Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – DITEC/PREVIC (publicada no Diário Oficial da União nº 189, 30/09/2016), inscrito sob o nº 2016.0015-18 no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB.

Os recursos de que a SCPREV administra, para o cumprimento de seus objetivos, são constituídos por contribuições de suas patrocinadoras e seus participantes, bem como de rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições. As aplicações financeiras obedecem às regras fixadas pela



Resolução CMN nº 4661, de 25/05/2018, publicada no Diário Oficial da União de 29/05/2018, e suas alterações.

Para a SCPREV iniciar suas atividades, está sendo realizado aportes mensais de recursos pelo Patrocinador sob a forma de adiantamento de contribuições futuras, com o objetivo de atender à cobertura das despesas administrativas e dos benefícios de risco. A compensação dos referidos aportes será disciplinada por ato do chefe do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, e deverá ocorrer somente a partir do momento em que as receitas próprias do Plano de Gestão Administrativa da SCPREV forem suficientes para cobrir de modo integral suas despesas administrativas.

A SCPREV aplica os recursos dos aportes mensais de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis.

São observadas as seguintes normas:

Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a qual revogou a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, a qual revogou a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores. Para o cumprimento da comparabilidade dos exercícios de 2021 e 2020 foi realizada a adequação das demonstrações financeiras de 2020 (vide nota 12).

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC, reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdências, administrativa e o



fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que, comparativamente, a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos demonstra além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

I - Gestão Previdencial: registra e controla as contribuições, benefícios e os institutos de portabilidade, resgate, benefício proporcional diferido e autopatrocínio.

II - Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de Benefícios.

III - Investimentos: registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Conforme determinado no anexo III da Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Normativa Previc nº 44 de 23 de novembro de 2021, os modelos das demonstrações contábeis, consolidadas e por planos a serem elaboradas pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC e encaminhadas à PREVIC, são os seguintes, referentes ao exercício social:

I - Balanço Patrimonial - Consolidado comparativo com o exercício anterior;

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS - Consolidada comparativa com o exercício anterior;

III - Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;

IV - Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL - comparativa com exercício anterior;

V - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - (consolidada) comparativa com o exercício anterior;

VI – Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA – (Facultativa) - comparativa com o exercício anterior;



VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT - comparativa com exercício anterior.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação estão resumidas a seguir:

a) Ativo Realizável

I - Gestão Previdencial: representa os recursos a receber do Plano de Benefícios, relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente, e registrado pelo regime de caixa, conforme determina o art.10 Normas Gerais da Resolução nº 43 de 06/08/2021.

II - Gestão Administrativa: representa os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos, e também as sobras de Recursos do PGA que compõe o Fundo Administrativo.

III - Investimentos: regido pelas diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados em consonância com a legislação em vigor.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, utilizamos os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428/2013, que estabelece a mensuração do valor justo utilizamos os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428/2013, que estabelece a mensuração do valor justo.

Os Fundos de Investimentos são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

4. GESTÃO PREVIDENCIAL

CUSTEIO – O Custeio do PLANO SCPREV determina que os Participantes ao aderirem ao Plano, possam escolher a alíquota de contribuição, incidente sobre o salário de participação, observado o percentual mínimo definido no referido plano de custeio e na legislação estadual. Essas contribuições serão destinadas as contas específicas conforme regulamento do Plano. O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado



pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidos ou deduzidos do fluxo de investimentos e da cobertura de despesas administrativas. Esses valores estão apresentados nos demonstrativos II e III os quais são referentes às mutações do Patrimônio Social e do Ativo Líquido do Plano de Benefícios.

R\$ mil

Descrição	2021	2020	Variação
1. Adições	19.358	16.642	15,71%
(+) Contribuições Previdenciais	16.605	14.661	13,25%
(+) Contribuição de Riscos Terceirizados	1.401	1.129	24,09%
(+) Reversão do Fundo Administrativo	1	-	-
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos	1.351	852	58,62%
2. Deduções	(3.025)	(2.185)	54,37%
(-) Benefícios	(419)	(50)	738%
(-) Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(1.401)	(1.129)	24,09%
(-) Taxa de Carregamento	(1.205)	(1.006)	19,78%
= Resultado do Plano	16.333	14.457	12,98%

De acordo com a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2021, implantou-se, a partir de 2021, uma nova planificação contábil para as EFPC – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com contas específicas para as contribuições de riscos terceirizados e valores revertidos ao plano do Fundo Administrativo. Nas deduções foi criada a conta específica de repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados.

5. GESTÃO DE INVESTIMENTO

A gestão dos ativos financeiros da entidade tem como objetivo buscar os resultados necessários de forma a cumprir suas obrigações previdenciárias e operacionais. A composição patrimonial da carteira de investimentos em 31 de dezembro 2021 e 2020, estava registrada contabilmente conforme demonstrado no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS



Valores em R\$ mil

CONSOLIDADO	Exercícios Findos em	
	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de Investimentos Consolidado	47.595	29.248
Fundos de Investimentos PB	43.653	27.266
Bradesco FI RF REF DI Premium - 6130	-	10.271
BB Previd RF IMA-B 5+	1.927	-
BB Previd Perfil	4.380	5.240
BB Previd RF IMAB 5-6130	-	986
Bradesco Inst FI RF Cred Privado - 6130	6.709	2.701
Bradesco Inst FIC FI RF IMA-B	-	850
Bradesco Inst FIC FI RF IMA-B5	12.390	-
BB PREVID RF IMA-B 5 LP	4.175	-
BB Previd Ações	1.169	1.234
BB Ações Alocação ETF	-	1.544
Fdo.de Invest.- Itaú Ibov Index Fic Fia	1.990	-
Bradesco Fim Macro Inst.	3.393	-
Bradesco Fic Fim Omega	2.416	1.398
Bradesco Fic Fim Alocação Alpha	744	-
Multimercado-Bradesco Alloc	-	1.296
BB Multimercado Schroder FI	2.334	1.564
BNP Acess Companies USA IE	451	182
BB Ações Nordea	1.575	-
Fundos de Investimentos PGA	3.942	1.982
BB Previd RF IRF-M 1	-	989
BB Previd Perfil	2.248	989
BB Previd Fluxo	4	4
BB Previd RF – IMA B5	1.075	-
BB Previd RF IMAB 5+	112	-
BB Previd MM Alocação	217	-
BB Ações Alocação ETF IE	70	-
Bb rf lp Global IE	216	-

Obs: PB (Plano de Benefícios) e PGA (Plano de Gestão Administrativa)

Os investimentos estavam lastreados, exclusivamente, em cotas de fundos de investimentos classificados no segmento de renda fixa, renda variável, fundo multimercado, fundo multimercado estruturado e fundo no exterior, o montante em 2021 é de R\$ 47,595 milhões (R\$ 29,248 milhões em 2020).

Para a precificação dos ativos financeiros, a SCPREV adotou a marcação a mercado, seguindo os procedimentos acordados pelos gestores dos fundos de investimento conforme demonstrado no quadro acima. A metodologia utilizada pela instituição financeira está detalhada no seu Manual de Precificação de Ativos e foi disponibilizada à Entidade. Este Manual está baseado no código de Auto Regulação para Fundos de Investimentos e nas diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA.



DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE GESTÃO

Títulos e Valores Mobiliários	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31/12/2021	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31/12/2020
R\$ mil						
Fundos de Investimentos						
Fundo Aberto		47.595	47.595		29.248	29.248
Sub Total		47.595	47.595		29.248	29.248
Total		47.595	47.595		29.248	29.248

A carteira de investimentos refere-se:

I – Plano de Gestão Administrativa – PGA, proveniente do aporte de recursos do Estado de Santa Catarina, da taxa de carregamento do PLANO SCPREV; e

II – PLANO SCPREV, contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes do PLANO SCPREV.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte emissora de um ativo financeiro não honre com suas obrigações.

A Entidade limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em ativos com baixa classificação de risco, por intermédio exclusivo de fundos de investimentos ou fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento, conforme determina a política de investimentos elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo, antes do início do exercício a que se referir, conforme determina a Resolução CVM nº 4661/18 e o art.30 da instrução nº 31/2020.



QUADRO COM CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS COM O RISCO DE CRÉDITO – PLANO SCPREV

Por Tipo		Por Faixa		Por Indexador	
Debêntures	56,9%	Faixa 1	72,7%	CDI	99,1%
Créd Priv Financeiro	35,7%	Faixa 2	22,5%	IGP-M	0,2%
FIDCs	5,5%	Faixa 3	4,5%	IPCA	0,3%
Créd Priv Não Financeiro	1,2%	Faixa 4	0,0%	Selic	0,5%
Cotas de Fundos	0,7%	Faixa 5	0,1%	Outros	0,0%
Outros	0,0%	Faixa 6	0,1%		
		ND	0,2%		

QUADRO COM CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS COM O RISCO DE CRÉDITO – PGA

Por Tipo		Por Faixa		Por Indexador	
Créd Priv Financ	68,0%	Faixa 1	92,2%	CDI	100,0%
Debêntures	31,1%	Faixa 2	5,2%	IGP-M	0,0%
Créd Priv Não Financ	0,8%	Faixa 3	1,5%	IPCA	0,0%
Cota de Fundos	0,1%	Faixa 4	0,0%	Selic	0,0%
FIDCs	0,0%	Faixa 5	0,2%	Outros	0,0%
Outros	0,0%	Faixa 6	0,2%		

	ND	0,7%
--	-----------	------

FAIXAS DE RATING (REFERÊNCIA):

Fitch	S&P	Moody's	Austin	Liberum	LF	SR	Rating Padrão	Faixa
AAA (bra)	brAAA	Aaa.br	AAA	AAA	AAA	brAAA	AAA	1
AA+ (bra)	brAA+	AA+.br	AA+	AA+	AA+	brAA+	AA+	2
AA (bra)	brAA	AA.br	AA	AA	AA	brAA	AA	
AA- (bra)	brAA-	AA-.br	AA-	AA-	AA-	brAA-	AA-	
A+ (bra)	brA+	A+.br	A+	A+	A+	brA+	A+	3
A (bra)	brA	A.br	A	A	A	brA	A	
A- (bra)	brA-	A-.br	A-	A-	A-	brA-	A-	
BBB+ (bra)	brBBB+	BBB+.br	BBB+	BBB+	BBB+	brBBB+	BBB+	4
BBB (bra)	brBBB	BBB.br	BBB	BBB	BBB	brBBB	BBB	
BBB- (bra)	brBBB-	BBB-.br	BBB-	BBB-	BBB-	brBBB-	BBB-	
BB+ (bra)	brBB+	BB+.br	BB+	BB+	BB+	brBB+	BB+	5
BB (bra)	brBB	BB.br	BB	BB	BB	brBB	BB	
BB- (bra)	brBB-	BB-.br	BB-	BB-	BB-	brBB-	BB-	
B+ (bra)	brB+	B+.br	B+	B+	B+	brB+	B+	6
B (bra)	brB	B.br	B	B	B	brB	B	
B- (bra)	brB-	B-.br	B-	B-	B-	brB-	B-	
CCC(bra)	brCCC+ brCCC brCCC-	CCC+.br CCC.br CCC-.br	CCC	CCC		brCCC	CCC	7
CC(bra)	brCC	CC.br	CC	CC		brCC		8
C(bra)	brC	C.br	C	C	C	brC		
DDD(bra)	R		D	D	D	brD	D	
DD(bra)	SD							8
D(bra)	D							
RD								
SEM RATING								9

Fonte: Aditus Consultoria Financeira

Da análise das informações acima, é possível observar que os Planos administrados pela Entidade aplicam majoritariamente em fundos de investimento, cujos ativos carregam títulos com elevado grau de investimento. Essa decisão, definida na política de investimentos dos Planos, auxilia no controle do risco de crédito.



6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Representa os bens necessários ao funcionamento da entidade, demonstrados ao custo de aquisição, subtraída a depreciação e/ou amortização acumulada, calculado pelo método linear. A seguir a estrutura do permanente com as devidas taxas:

R\$ mil Descrição	Tx. Anual Deprec. Amort.	Exercícios Findos em			
		31/12/2021		31/12/2020	
		Vlr. de Custo	Deprec./ Amortiz.	Vlr. Residual	Vlr. de Custo
Imobilizado e Intangível					
Ativo Imobilizado		76	(18)	58	15
Móveis e Utensílios	10%	8	(3)	5	6
Computadores e Periféricos	20%	62	(12)	50	5
Equipamentos de refrigeração	10%	6	(3)	3	4
Ativo Intangível		221	(149)	72	112
Software	20%	221	(149)	72	112
Total do Imobilizado e Intangível		297	(167)	130	127

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional está subdividido em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão de Investimentos, e registra as obrigações decorrentes das operações da Entidade.

7.1 Gestão Previdencial – estão registrados os compromissos a pagar referentes ao pagamento de impostos retidos dos benefícios pagos, contribuições recebidas a maior e repasses a seguradora referente aos benefícios de risco, conforme descrito no quadro abaixo:

PLANO

R\$ mil Descrição	Valores em R\$mil	
	Exercícios Findos em 31/12/2021	31/12/2020
Gestão Previdencial	415	361
Valores a Repassar Risco		
Terceirizado (a)	203	164
Contribuição para Custeio		
(b)	212	197
Total	415	361



- a) Repasse Icatu Seguros S/A: refere-se ao valor arrecadado para a contribuição de risco a ser repassado para a seguradora.
- b) Contribuição para Custeio: refere-se a taxa de carregamento a ser repassada para o plano de gestão administrativa.

7.2 - Gestão Administrativa – PGA estão registrados os compromissos a pagar, pertinentes a administração do respectivo Plano e também o adiantamento de contribuições futuras realizadas pelo patrocinador, conforme descrito no quadro abaixo:

PLANO

R\$ mil	Valores em R\$mil	
	Exercícios Findos em	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gestão Administrativa		
Pessoal e Encargos		
(a)	130	109
Fornecedores		
(b)	44	31
Retenções a Recolher		
(c)	36	29
Antecipação de Contribuições de Patrocinadores (d)	15.648	12.148
Creditos em Garantia		
(e)	23	23
Valores a repassar ao plano		
(f)	2	1
		12.34
Total Gestão Administrativa	15.883	1

- a) Pessoal e Encargos: na rubrica pessoal e encargos foram registrados os valores referentes ao provisionamento de encargos sociais e provisões de férias equivalentes a R\$ 130 mil em 31/12/2021 (R\$ 109 mil em 31/12/2020).
- b) Fornecedores: na rubrica fornecedores foram registrados os provisionamentos das notas fiscais de serviços referentes ao período no valor de R\$ 44 mil em 31/12/2021 (R\$ 31 mil em 31/12/2020).
- c) Retenções a Recolher: na rubrica retenções a recolher foram registrados os valores referentes aos impostos retidos na fonte e de PIS/COFINS equivalentes a R\$ 36 mil em 31/12/2021 (R\$ 29 mil em 31/12/2020).



d) Antecipação de Contribuições de Patrocinadores:

I – Adiantamento de Contribuição – Patrocinador: Com o objetivo de propiciar o início das operações da SCPREV, o art. 29 da Lei 661/2015 autorizou, no ato da criação dessa entidade, o Estado de Santa Catarina a aportar recursos financeiros a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial da Fundação, *litteris*:

“Art. 29. Para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, o Estado aportará recursos na SCPREV até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), destinados à cobertura das despesas administrativas e dos benefícios de risco, a título de adiantamento de contribuições futuras”.

Destaca-se que esse adiantamento de contribuições, previsto na Lei 661/2015, detém caráter de obrigação legal (passivo) para a SCPREV, não sendo possível o seu registro como Dotação Inicial, sendo classificado como empréstimo a pagar ao patrocinador do PGA, pois o mesmo deve ser devolvido. Também não está classificado como Receitas Antecipadas, pois a antecipação é do Patrocinador e não do Plano de Benefícios, sendo que o Plano não possui o registro na conta do Realizável Custeio Administrativo Antecipado.

“§ 1º A compensação dos recursos referidos no caput deste artigo será disciplinada por ato do Chefe do Poder Executivo e deverá ocorrer somente a partir do momento em que as receitas próprias da SCPREV forem suficientes para cobrir de modo integral suas despesas administrativas.”

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 202, § 3º, há vedação de aporte de recursos da União à entidade de previdência privada, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

Em atendimento ao art. 29 da Lei 661/2015, durante o exercício de 2021 foram realizados aportes no valor total de R\$ 3.500.000,00.

Até dezembro de 2020 a SCPREV escriturava o resultado do PGA na conta 419 - OUTRAS RECEITAS em contrapartida à conta 2.1.2.9.01.03 (-) UTILIZAÇÃO FONTE DE CUSTEIO. Esse era o único procedimento contábil que permitia validar o balancete para envio ao órgão fiscalizador, já que até



dezembro de 2019, a regra de consistência impedia e invalidava o resultado negativo no Balancete do PGA.

A reclassificação da conta operacional retificadora para o Fundo Administrativo descoberto ocorreu em 2020 utilizando-se como contrapartida Outras despesas no valor de R\$ 8,965 milhões (vide nota 9).

Desde 2020 o resultado descoberto (negativo) acumulado do PGA da entidade apresenta em dezembro de 2021 o valor do patrimônio líquido negativo de R\$ 11,597 milhões (R\$ 10,035 milhões em 31/12/2020) na conta do Fundo Administrativo conforme demonstrativo abaixo:

R\$ mil Descrição	Exercícios Findos em	
	2021	2020
<u>Antecipação de Contribuição Patrocinador</u>	<u>15.673</u>	<u>12.172</u>
Saldo Adiantamento Contribuições - Patrocinador	15.648	12.148
<u>Outros Valores Operacionais</u>	<u>209</u>	<u>169</u>
<u>Patrimônio Líquido Negativo</u>	<u>(11.597)</u>	<u>(10.035)</u>
Fundo Administrativo descoberto	(11.597)	(10.035)
<u>Total Ativos PGA</u>	<u>4.285</u>	<u>2.306</u>

O Fundo Administrativo Descoberto foi permitido pelo Orgão regulador a partir de janeiro de 2020, tendo o mesmo normatizado pela Instrução Previc nº 31 de 20 de Agosto de 2020.

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

No Plano PLANO SCPREV, o Patrimônio Social é composto pelo Patrimônio de Cobertura do Plano (Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico) acrescido do Fundo Previdencial e do Fundo Administrativo descoberto.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Patrimônio Social do Plano administrado pela SCPREV em 31/12/2021.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
PATRIMÔNIO SOCIAL	1	0
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	42.834	26.614
Provisões Matemáticas	42.834	26.614
Benefícios a Conceder	42.834	26.614
Contribuição Definida	37.983	23.678



Benefício Definido	4.851	2.936
FUNDO		
S	(11.192)	(9.743)
Fundo Previdencial	405	292
Fundo Previdencial	405	292
Fundo Administrativo	(11.597)	(10.035)
Plano de Gestão Administrativa	(11.597)	(10.035)
TOTAL PATRIMÔNIO		
SOCIAL	31.642	16.871

8.1 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Provisões Matemáticas

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

Contribuição Definida: Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Benefício Definido: Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de benefício definido aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

8.2 FUNDO ADMINISTRATIVO

O saldo do Fundo Administrativo deve corresponder, no mínimo, ao Ativo Permanente, conforme determina da Instrução SPC nº 31/2020, e não poderá ser utilizado para a cobertura das despesas administrativas em função da obrigatoriedade de permanência de saldo mínimo equivalente ao registrado



no ativo permanente. Com a permissão do Fundo Administrativo Descoberto essa regra não se aplica as entidades com saldo Descoberto, significando que o Permanete está sendo financiado pelo Estado através do Adiantamento de contribuições, conforme Instrução Previc nº 31 de 20/08/2020, a qual revoga, a partir de 01 de janeiro de 2021, a Instrução SPC nº 34/2009 e suas alterações.

A parcela pertinente ao PLANO SCPREV, registrada ate 2021 na rubrica “Participação no Fundo Administrativo PGA”, por estar na condição descoberta não apresentará valor até se tornar superávitária.

9. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas são custeadas por meio de Taxa de Carregamento, incidente sobre as contribuições previdenciais dos participantes e patrocinadores, com o percentual de 7% aplicada a cada contribuição normal e adicional, provenientes das contribuições previdenciais dos participantes e patrocinadores, conforme determina o regulamento do PLANO SCPREV. Ainda para cobertura das despesas, a entidade adotou contribuições de cobertura de risco conforme valores destacados na nota 4.

Registram receitas da entidade não relacionadas com as contribuições previdenciais e a gestão de investimentos decorrentes da intermediação da cobertura de risco, pagas pela seguradora conforme convênio.

R\$ mil Descrição	Exercícios Findos em	
	31/12/2021	31/12/2020
(a) Fonte de Recursos Adm.	1.360	1.322
Custeio gestão previdencial	1.205	1.006
Receitas diretas	155	114
Outras Receitas	-	200
(b) Despesa Administrativa	(2.982)	(11.522)
Despesas Administrativas	(2.982)	(2.557)
Outras Despesas	-	(8.965)
(c) Reversão de Recursos para o Plano	(1)	-
(d) Fluxo dos Investimentos	61	(14)
(=) Resultado Administrativo	(1.562)	(10.216)



(a) Fontes de Recursos Adm.

Com o Fluxo Administrativo Deficitário (Despesas Administrativas maiores que as fontes de custeio administrativo) a entidade registrou até 2019 a complementação em Outras Receitas. A partir de fevereiro 2020 com a permissão do órgão regulador PREVIC da apuração do resultado administrativo deficitário a entidade não realizou o registro em Outras Receitas, apurando desde janeiro de 2020 o Fundo Administrativo Descoberto.

(b) Despesas Administrativa

Representa as despesas administrativas da entidade, sendo que, para transferir os valores acumulados das outras Exigibilidades, apresentado em conta retificadora, foi realizado em 2020 o registro de R\$ 8,965 milhões em Outras Despesas.

(c) Reversão de Recursos para o Plano

Representa valores repassado do PGA ao Plano SCPREV para cobrir despesas da carteira de investimentos.

(=) Resultado Administrativo

A partir de janeiro de 2020 o órgão regulador PREVIC permitiu a apuração do resultado deficitário. Diante da alteração a entidade transferiu R\$ 8,965 milhões dos valores acumulados, que somado ao resultado deficitário de 2020, constituiu o valor de R\$ 10,216 milhões em 31/12/2021 como resultado administrativo descoberto apresentado na conta contábil Fundo Administrativo Descoberto.

10. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

Os valores referentes ao PIS e à COFINS são calculados mensalmente, de acordo com as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, sobre o somatório das receitas administrativas da Entidade e o resultado das aplicações do Fundo Administrativo, conforme Instrução Normativa SRF nº 1.285 de 13/08/2012.

As EFPC estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), desde janeiro de 2005, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29/12/2004.

A Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar é calculada com base nos recursos garantidores de cada plano de benefício administrado pela Entidade e o seu recolhimento a PREVIC é quadrimestral de acordo com a Instrução MPS/PREVIC nº 03, de 10/10/2012.

11 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a SCPREV não possuía transações em aberto com seus participantes elegíveis



ao Plano de Aposentadorias. Em relação ao Patrocinador, a SCPREV possui parte relacionada com os Patrocinadores do Estado de Santa Catarina referente a adiantamento de contribuições ao Plano de Gestão administrativo:

R\$ mil Descrição	Exercícios Findos em	
	31/12/2021	31/12/2020
Antecipação de Contribuição Patrocinadores	15.648	12.148
Governo do Estado SC	15.648	12.148
Total Partes Relacionadas	15.648	12.148

12 – RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. As demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas do plano previdencial e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras de 2020 reclassificadas, está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021 da seguinte forma: *“Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas”*.

Os principais ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais foram a abertura no DMPS e DMAL nas adições da rubrica contribuições em contribuições, portabilidade, resgate e indenização de Riscos Terceirizados e nas Deduções a abertura da conta de benefícios em benefícios, resgates, portabilidade e Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados. No DPGA a exclusão da abertura das despesas administrativas em Gestão Previdencial e de Investimentos consolidando em Despesas Administrativas do Plano de Benefícios.

13 – LEGISLAÇÃO - NOVOS NORMATIVOS

Em 20 de agosto de 2020 foi divulgada a Instrução Previc nº 31, estabelecendo mudanças na estrutura contábil das Entidades Fechadas de Previdência Complementar com vigência a partir do exercício de 2021. Dentre as principais mudanças estão: i) Reclassificação dos contratos de dívidas com as patrocinadoras que estavam sendo registrados no passivo passarão a ser registrados no ativo; ii) Estrutura de contas de investimentos de forma detalhada com provisão específica para cada grupo de ativos; iii) Padronização



dos contratos de riscos terceirizados; iv) Eliminação da classificação de despesas Previdenciais e Investimentos, Comuns e específicas e Físicas e Jurídicas, dentre outras.

Em 6 de agosto de 2021 foi publicada a Resolução CNPC nº 43 a qual dispõe sobre os procedimentos contábeis das EFPC e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, revogando a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e a Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020.

Em 23 de novembro de 2021 foi publicada a Instrução Previc nº 44, onde trouxe algumas alterações da Instrução Previc nº 31, sendo elas a não obrigatoriedade de envio do relatório circunstanciado sobre controles internos após 60 dias do prazo limite de envio das demonstrações contábeis.

Em 08 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CNPC nº 48, a qual dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo, os critérios e os controles relativos às despesas administrativas pelas EFPC, revogando a resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, tendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

14 – EFEITO DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Durante o ano de 2021, a atividade social e econômica mundial continuou sendo impactada pela disseminação e ameaça do coronavírus (COVID-19). A Entidade tomou medidas para reduzir o risco de exposição dos funcionários, incluindo a restrição de viagens e a instituição de protocolos extensivos ao trabalho remoto. Por meio dessas medidas, buscou minimizar qualquer interrupção aos participantes e operações administrativas.

Embora a SCPREV tenha sofrido o impacto da desaceleração econômica resultante da pandemia global, as perdas relacionadas ao COVID-19 não afetaram significativamente as Demonstrações Contábeis da Entidade para o ano de 2021.

A Administração seguirá observando atentamente o desenvolvimento dessa situação durante o próximo exercício.

15 – EVENTOS SUBSEQUENTES – INFORMAÇÕES EXTRACONTÁBEIS

Em 20 de agosto de 2020 foi divulgada a Instrução PREVIC nº 31, Anexo IV, que estabelece mudanças a partir do mês 01/2022, onde as EFPC devem enviar mensalmente, juntamente com o balancete contábil do período, por meio de sistema disponibilizado pela Previc, as informações extracontábeis de plano de benefícios. As informações do grupamento Extracontábil são para o acompanhamento mensal do Déficit Técnico dos Planos de Benefícios; da consolidação de posições das carteiras próprias e carteiras administradas dos investimentos realizados por meio de fundos de investimentos e de fundos de



investimentos em cotas de fundos de investimentos; do detalhamento contábil dos investimentos imobiliários; do montante de depósitos e títulos que lastreiam operações que exigem margem e garantia no mercado futuro; da precificação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento; do montante de títulos públicos garantidores das operações compromissadas, e também da apuração do nível de dependência de patrocinador.

CÉLIO PERES
Diretor-Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15



Assinaturas do documento



Código para verificação: **90YRQ31W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CELIO PERES (CPF: 654.XXX.759-XX) em 18/02/2022 às 13:18:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:31:05 e válido até 13/07/2118 - 13:31:05.

(Assinatura do sistema)



CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO (CPF: 560.XXX.269-XX) em 18/02/2022 às 13:26:56

Emitido por: "SGP-e", emitido em 12/07/2019 - 19:39:50 e válido até 12/07/2119 - 19:39:50.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQUKVWXzE0NTkzX09GQ180OV8yMDIyXzkwWVJRMzFX> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV OFC 11/2022** e o código **90YRQ31W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**ANEXO II - PARECER DA
AUDITORIA INDEPENDENTE**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV

Rua Emílio Blum, nº131, Torre B, 5º andar, sala 506

88.020-010 Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV**, em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da SCPREV é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, pois que este tem previsão de exigibilidade em data

posterior à emissão do relatório, sendo o relatório de auditoria, inclusive, parte do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da *FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 02 de março de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da *FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV* continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a *FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV*, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da *FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV* são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de março de 2022.

EXACTO AUDITORIA LTDA.
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-030361/O-2
CPF: 224.830.390-49

**ANEXO III - RELATORIO
CIRCUNSTANCIADO DE
AUDITORIA**



016/2022

Porto Alegre, RS, 08 de março de 2022.

À

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV

Rua Emílio Blum, nº131, Torre B, 5º andar, sala 506

88.020-010 Florianópolis/SC

Att. Diretoria

Prezados Senhores,

Em cumprimento ao programa de trabalho estabelecido para o exercício de 2021, procedemos a revisão das práticas contábeis e controles internos da área de contabilidade e de investimento da **SCPREV**, relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, considerando, visando verificar a consistência dos controles internos e adequação dos saldos contábeis. Por ocasião dessa visita procedemos, ainda, a revisão das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

Como resultado, apresentamos o presente **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA**, contendo os exames realizados e as ocorrências levantadas, bem como as recomendações para suas regularizações.

Considerando que os trabalhos de auditoria são realizados mediante a utilização de testes por amostragem, não descartamos a possibilidade de existirem outras ocorrências, além das reveladas durante os nossos trabalhos.

Colocamo-nos à inteira disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente,

EXACTO AUDITORIA LTDA.
CRC/RS 1544DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-030361/O-2
CPF: 224.830.390-49

SUMÁRIO

A - CONTABILIDADE.....	4
1 - LEI COMPLEMENTAR Nº661, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015	4
2 - RECOLHIMENTOS DE PIS E COFINS.....	6
2.1 - Verificação dos Cálculos e Pagamentos	6
2.1.1 - Janeiro/2021	6
2.1.2 - Fevereiro/2021	6
2.1.3 - Março/2021	7
2.1.4 - Abril/2021	7
2.1.5 - Maio/2021	8
2.1.6 - Junho/2021	8
2.1.7 - Julho/2021	9
2.1.8 - Agosto/2021	9
2.1.9 - Setembro/2021	10
2.1.10 - Outubro/2021	10
2.1.11 - Novembro/2021	11
2.1.12 - Dezembro/2021	11
3 - DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF	11
4 - ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES.....	14
4.1 - Verificação do Preenchimento da EFD-Contribuições.....	14
5 - INVESTIMENTOS.....	14
6 - OUTROS EXAMES REALIZADOS.....	15
6.1 - Bancos Conta Movimento.....	15
6.2 - Contas a Receber - Gestão Administrativa	15
6.3 - Ativo Imobilizado	16
6.4 - Intangível	16
6.5 - Contas a Pagar.....	16
6.6 - Retenções a Recolher	17
6.7 - Fundo Administrativo	17
6.8 - Provisões Matemáticas.....	18
B - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	19
1 - ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	19

Exacto Auditoria

Rua Florêncio Ygartua, 53, cj 101, CEP 90.430-010, Porto Alegre, RS Brasil
 Fone: +(55) (51) 3331.2466 / +(55) (51) 99275.1839

PORTO ALEGRE, RS



1.1 - Alocação Estratégica de Investimentos.....	19
1.1.1 - Dezembro/2021	19
1.1.1.1 - SCPREV PLANO CD	19
1.1.1.2 - Plano de Gestão Administrativa – PGA.....	20
1.2 - Demais Limites Analisados	21
1.2.1 - Dezembro/2021	21
1.2.1.1 - SCPREV PLANO CD	21
1.2.1.2 - Plano de Gestão Administrativa – PGA.....	22
1.3 - Risco de Crédito.....	22
1.3.1 - Dezembro/2021	23
1.3.1.1 - SCPREV PLANO CD	23
1.3.1.2 - Plano de Gestão Administrativa - PGA.....	23
2 - RENTABILIDADE	23
2.1 - Rentabilidade Anual 2021.....	23

A - CONTABILIDADE
1 - LEI COMPLEMENTAR Nº661, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

Conforme art. 29, da Lei Complementar nº661, de 2 de dezembro de 2015, do Estado de Santa Catarina, o Estado aportará recursos para a SCPREV até o limite de R\$20.000.000,00 destinados à cobertura das despesas administrativas e dos benefícios de risco, a título de adiantamento de contribuições futuras, conforme transcrito a seguir:

“Art. 29. Para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, o Estado aportará recursos na SCPREV até o limite de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), destinados à cobertura das despesas administrativas e dos benefícios de risco, a título de adiantamento de contribuições futuras.

§ 1º A compensação dos recursos referidos no caput deste artigo será disciplinada por ato do Chefe do Poder Executivo e deverá ocorrer somente a partir do momento em que as receitas próprias da SCPREV forem suficientes para cobrir de modo integral suas despesas administrativas.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para cobertura das despesas referidas no caput deste artigo.”

Conforme resposta à Carta de Circularização enviada pela SCPREV, a Secretaria de Estado da Fazenda/SC informou em 05/01/2022, os pagamentos efetuados pelo Tesouro do Estado a título de adiantamento de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina – SCPREV em 2021, que totalizaram R\$2.500.000,00 (dois milhões quinhentos mil reais).

Conferimos mensalmente os depósitos efetuados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina através dos extratos bancários emitidos pelo Banco do Brasil S/A.

O montante dos adiantamentos de contribuições desde 2016 totalizam, em 31/12/2021, R\$ 15.648.275,00 (quinze milhões seiscentos e quarenta e oito mil duzentos e setenta e cinco reais) conforme demonstrado a seguir:

Adiantamento de Contribuições	R\$
1º Aporte em 20/06/2016	283.325,00
2º Aporte em 30/06/2016	283.325,00
3º Aporte em 01/08/2016	283.325,00
4º Aporte em 05/09/2016	283.325,00
5º Aporte em 30/09/2016	283.325,00
6º Aporte em 31/10/2016	283.325,00
7º Aporte em 30/11/2016	283.325,00
8º Aporte em 24/02/2017	228.000,00
9º Aporte em 31/03/2017	241.200,00



Adiantamento de Contribuições	RS
10º Aporte em 28/04/2017	114.449,00
11º Aporte em 28/04/2017	126.751,00
12º Aporte em 31/05/2017	241.200,00
13º Aporte em 30/06/2017	241.200,00
14º Aporte em 31/07/2017	241.200,00
15º Aporte em 31/08/2017	241.200,00
16º Aporte em 29/09/2017	241.200,00
17º Aporte em 31/10/2017	241.200,00
18º Aporte em 30/11/2017	241.200,00
19º Aporte em 28/12/2017	241.200,00
20º Aporte em 28/03/2018	230.000,00
21º Aporte em 27/04/2018	230.000,00
22º Aporte em 29/05/2018	230.000,00
23º Aporte em 28/06/2018	230.000,00
24º Aporte em 30/07/2018	230.000,00
25º Aporte em 30/08/2018	230.000,00
26º Aporte em 27/09/2018	230.000,00
27º Aporte em 30/10/2018	230.000,00
28º Aporte em 29/11/2018	230.000,00
29º Aporte em 20/12/2018	455.000,00
30º Aporte em 28/02/2019	250.000,00
31º Aporte em 29/03/2019	225.000,00
32º Aporte em 30/04/2019	225.000,00
33º Aporte em 31/05/2019	225.000,00
34º Aporte em 28/06/2019	225.000,00
35º Aporte em 31/07/2019	225.000,00
36º Aporte em 30/08/2019	225.000,00
37º Aporte em 30/09/2019	225.000,00
38º Aporte em 31/10/2019	225.000,00
39º Aporte em 29/11/2019	225.000,00
40º Aporte em 19/12/2019	225.000,00
41º Aporte em 31/01/2020	212.000,00
42º Aporte em 28/02/2020	208.000,00
43º Aporte em 30/03/2020	208.000,00
44º Aporte em 30/04/2020	208.000,00
45º Aporte em 29/05/2020	208.000,00
46º Aporte em 30/06/2020	208.000,00
47º Aporte em 31/07/2020	208.000,00
48º Aporte em 31/08/2020	208.000,00
49º Aporte em 30/09/2020	208.000,00
50º Aporte em 30/10/2020	208.000,00
51º Aporte em 30/11/2020	208.000,00
52º Aporte em 24/12/2020	208.000,00
53º Aporte em 29/01/2021	212.000,00
54º Aporte em 25/02/2021	208.000,00
55º Aporte em 31/03/2021	308.000,00
56º Aporte em 30/04/2021	308.000,00
57º Aporte em 31/05/2021	308.000,00
58º Aporte em 01/07/2021	308.000,00
59º Aporte em 30/07/2021	308.000,00
60º Aporte em 30/08/2021	308.000,00
61º Aporte em 30/09/2021	308.000,00
62º Aporte em 29/10/2021	308.000,00
63º Aporte em 30/11/2021	308.000,00
64º Aporte em 30/11/2021	308.000,00
Total	15.648.275,00

Exacto Auditoria

Rua Florêncio Ygartua, 53, cj 101, CEP 90.430-010, Porto Alegre, RS Brasil
 Fone: +(55) (51) 3331.2466 / +(55) (51) 99275.1839

PORTO ALEGRE, RS



2 - RECOLHIMENTOS DE PIS E COFINS

2.1 - Verificação dos Cálculos e Pagamentos

Conferimos os cálculos das contribuições para o PIS e para a COFINS, relativos aos fatos geradores ocorridos no período de janeiro e dezembro de 2021, e não identificamos divergências, conforme demonstrado a seguir:

2.1.1 - Janeiro/2021

Demonstrativo da Apuração de Jan/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	49.025,01	49.025,01
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	8.533,00	8.533,00
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	-	-
Base de Cálculo		57.558,01	57.558,01
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		374,13	2.302,32
Valor DARF/EFD-Contribuições		374,13	2.302,32
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		374,13	2.302,32
Divergência		-	-

2.1.2 - Fevereiro/2021

Demonstrativo da Apuração de Fev/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	89.259,73	89.259,73
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	8.445,39	8.445,39
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	-	-
Base de Cálculo		97.705,12	97.705,12
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		635,08	3.908,20
Valor DARF/EFD-Contribuições		635,08	3.908,20
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		635,08	3.908,20
Divergência		-	-



2.1.3 - Março/2021

Demonstrativo da Apuração de Mar/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	90.167,09	90.167,09
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	68.673,83	68.673,83
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	593,14	593,14
Base de Cálculo		159.434,06	159.434,06
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		1.036,32	6.377,36
Valor DARF/EFD-Contribuições		1.036,32	6.377,36
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		1.036,32	6.377,36
Divergência		-	-

2.1.4 - Abril/2021

Demonstrativo da Apuração de Abr/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	90.577,35	90.577,35
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	7.603,23	7.603,23
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	336,80	336,80
Base de Cálculo		98.517,38	98.517,38
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		640,36	3.940,70
Valor DARF/EFD-Contribuições		640,36	3.940,70
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		640,36	3.940,70
Divergência		-	-



2.1.5 - Maio/2021

Demonstrativo da Apuração de Mai/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	90.800,18	90.800,18
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	7.581,43	7.581,43
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	1.728,02	1.728,02
Base de Cálculo		100.109,63	100.109,63
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		650,71	4.004,39
Valor DARF/EFD-Contribuições		650,71	4.004,39
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		650,71	4.004,39
Divergência		-	-

2.1.6 - Junho/2021

Demonstrativo da Apuração de Jun/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	91.146,47	91.146,47
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	7.680,86	7.680,86
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	-	-
Base de Cálculo		98.827,33	98.827,33
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		642,38	3.953,09
Valor DARF/EFD-Contribuições		642,38	3.953,09
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		642,38	3.953,09
Divergência		-	-



2.1.7 - Julho/2021

Demonstrativo da Apuração de Jul/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	91.546,21	91.546,21
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	7.603,07	7.603,07
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	7.509,66	7.509,66
Base de Cálculo		106.658,94	106.658,94
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		693,28	4.266,36
Valor DARF/EFD-Contribuições		693,28	4.266,36
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		693,28	4.266,36
Divergência		-	-

2.1.8 - Agosto/2021

Demonstrativo da Apuração de Ago/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	92.387,70	92.387,70
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	7.664,89	7.664,89
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	558,62	558,62
Base de Cálculo		100.611,21	100.611,21
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		653,97	4.024,45
Valor DARF/EFD-Contribuições		653,97	4.024,45
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		653,97	4.024,45
Divergência		-	-



2.1.9 - Setembro/2021

Demonstrativo da Apuração de Set/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	93.208,96	93.208,96
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	7.798,60	7.798,60
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	16.673,33	16.673,33
Base de Cálculo		117.680,89	117.680,89
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		764,93	4.707,24
Valor DARF/EFD-Contribuições		764,93	4.707,24
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		764,93	4.707,24
Divergência		-	-

2.1.10 - Outubro/2021

Demonstrativo da Apuração de Out/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	94.636,09	94.636,09
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	7.877,49	7.877,49
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	-	-
Base de Cálculo		102.513,58	102.513,58
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		666,34	4.100,54
Valor DARF/EFD-Contribuições		666,34	4.100,54
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		666,34	4.100,54
Divergência		-	-



2.1.11 - Novembro/2021

Demonstrativo da Apuração de Nov/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	119.974,36	119.974,36
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	7.915,86	7.915,86
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	34.495,81	34.495,81
Base de Cálculo		162.386,03	162.386,03
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		1.055,51	6.495,44
Valor DARF/EFD-Contribuições		1.055,51	6.495,44
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. DCTF		1.055,51	6.495,44
Divergência		-	-

2.1.12 - Dezembro/2021

Demonstrativo da Apuração de Dez/2021:

Descrição		PIS	COFINS
40101	Gestão Previdencial	212.112,18	212.112,18
40102	Investimentos	-	-
40104	Diretas	7.957,05	7.957,05
40109	Outras Receitas	-	-
405	Fluxo dos Investimentos	21.679,85	21.679,85
Base de Cálculo		241.749,08	241.749,08
Alíquota		0,65%	4,00%
Valor Apurado		1.571,38	9.669,96
Valor EFD-Contribuições		1.571,38	9.669,96
Divergência		-	-
Valor Débito cfe. e-CAC		1.571,38	9.669,96
Divergência		-	-

3 - DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF

Cotejamos os valores informados na DCTF de janeiro a dezembro de 2021, com os comprovantes de arrecadação emitidos através de relatório da Receita Federal do Brasil emitido via Certificado Digital da SCPREV, e verificamos que as informações nas declarações estão de acordo com o relatório de arrecadações, conforme demonstrado a seguir:



Mês/Ano Apuração	Número do Recibo	Tipo	Data de Transmissão
Jan/2021	24.52.95.10.94-19	Original	18/03/2021
Fev/2021	39.82.56.11.49-60	Original	20/04/2021
Mar/2021	01.96.92.78.30-41	Original	17/05/2021
Abr/2021	38.41.28.03.17-51	Original	17/06/2021
Mai/2021	34.12.27.95.22-31	Original	15/07/2021
Jun/2021	03.11.47.77.95-53	Original	16/08/2021
Jul/2021	42.16.02.83.35-99	Original	17/09/2021
Ago/2021	21.18.30.30.57-83	Original	19/10/2021
Set/2021	09.42.98.79.24-92	Original	18/11/2021
Out/2021	13.96.50.30.27-12	Original	17/12/2021
Nov/2021	04.44.32.78.69-80	Original	17/01/2022
Dez/2021	22.72.21.54.52-76	Original	17/02/2022

DCTF					eCAC					Diferença Apurada
Código da Receita	Grupo Tributativo	Período de Apuração	Data de Vencimento	Valor DCTF	Código da Receita	Tipo de Documento	Período de Apuração	Data de Vencimento	Valor eCAC	
0561	IRRF	01/2021	19/02/2021	7.509,13	0561	DARF	01/2021	19/02/2021	7.509,13	-
0561	IRRF	02/2021	19/03/2021	7.509,13	0561	DARF	02/2021	19/03/2021	7.509,13	-
0561	IRRF	03/2021	20/04/2021	8.020,24	0561	DARF	03/2021	20/04/2021	8.020,24	-
0561	IRRF	04/2021	20/05/2021	8.284,45	0561	DARF	04/2021	20/05/2021	8.284,45	-
0561	IRRF	05/2021	18/06/2021	16.425,59	0561	DARF	05/2021	18/06/2021	16.425,59	-
0561	IRRF	06/2021	20/07/2021	12.342,79	0561	DARF	06/2021	20/07/2021	12.342,79	-
0561	IRRF	07/2021	20/08/2021	11.239,23	0561	DARF	07/2021	20/08/2021	11.239,23	-
0561	IRRF	08/2021	20/09/2021	10.691,05	0561	DARF	08/2021	20/09/2021	10.691,05	-
0561	IRRF	09/2021	20/10/2021	11.472,44	0561	DARF	09/2021	20/10/2021	11.472,44	-
0561	IRRF	10/2021	19/11/2021	10.866,86	0561	DARF	10/2021	19/11/2021	10.866,86	-
0561	IRRF	11/2021	20/12/2021	10.730,91	0561	DARF	11/2021	20/12/2021	10.730,91	-
0561	IRRF	12/2021	20/01/2022	18.943,86	0561	DARF	12/2021	20/01/2022	18.943,86	-
0588	IRRF	01/2021	19/02/2021	1.549,54	0588	DARF	01/2021	19/02/2021	1.549,54	-
0588	IRRF	02/2021	19/03/2021	1.549,54	0588	DARF	02/2021	19/03/2021	1.549,54	-
0588	IRRF	03/2021	20/04/2021	1.549,54	0588	DARF	03/2021	20/04/2021	1.549,54	-
0588	IRRF	04/2021	20/05/2021	1.549,54	0588	DARF	04/2021	20/05/2021	1.549,54	-
0588	IRRF	06/2021	20/07/2021	16.297,86	0588	DARF	06/2021	20/07/2021	16.297,86	-
0588	IRRF	07/2021	20/08/2021	2.082,01	0588	DARF	07/2021	20/08/2021	2.082,01	-
0588	IRRF	08/2021	20/09/2021	2.082,01	0588	DARF	08/2021	20/09/2021	2.082,01	-
0588	IRRF	09/2021	20/10/2021	2.082,01	0588	DARF	09/2021	20/10/2021	2.082,01	-
0588	IRRF	10/2021	19/11/2021	2.082,01	0588	DARF	10/2021	19/11/2021	2.082,01	-
0588	IRRF	11/2021	20/12/2021	2.082,01	0588	DARF	11/2021	20/12/2021	2.082,01	-
0588	IRRF	12/2021	20/01/2022	2.082,01	0588	DARF	12/2021	20/01/2022	2.082,01	-
1708	IRRF	01/2021	19/02/2021	212,83	1708	DARF	01/2021	19/02/2021	212,83	-
1708	IRRF	02/2021	19/03/2021	285,72	1708	DARF	02/2021	19/03/2021	285,72	-
1708	IRRF	03/2021	20/04/2021	857,87	1708	DARF	03/2021	20/04/2021	857,87	-
1708	IRRF	04/2021	20/05/2021	602,48	1708	DARF	04/2021	20/05/2021	602,48	-
1708	IRRF	05/2021	18/06/2021	471,98	1708	DARF	05/2021	18/06/2021	471,98	-
1708	IRRF	06/2021	20/07/2021	423,80	1708	DARF	06/2021	20/07/2021	423,80	-
1708	IRRF	07/2021	20/08/2021	453,20	1708	DARF	07/2021	20/08/2021	453,20	-
1708	IRRF	08/2021	20/09/2021	544,35	1708	DARF	08/2021	20/09/2021	544,35	-

Exacto Auditoria

Rua Florêncio Ygartua, 53, cj 101, CEP 90.430-010, Porto Alegre, RS Brasil
 Fone: +(55) (51) 3331.2466 / +(55) (51) 99275.1839

PORTO ALEGRE, RS



DCTF					eCAC					Diferença Apurada
Código da Receita	Grupo Tributo	Período de Apuração	Data de Vencimento	Valor DCTF	Código da Receita	Tipo de Documento	Período de Apuração	Data de Vencimento	Valor eCAC	
1708	IRRF	09/2021	20/10/2021	453,20	1708	DARF	09/2021	20/10/2021	453,20	-
1708	IRRF	10/2021	19/11/2021	1.130,60	1708	DARF	10/2021	19/11/2021	1.130,60	-
1708	IRRF	11/2021	20/12/2021	482,15	1708	DARF	11/2021	20/12/2021	482,15	-
1708	IRRF	12/2021	20/01/2022	549,77	1708	DARF	12/2021	20/01/2022	549,77	-
3223	IRRF	03/2021	20/04/2021	326,09	3223	DARF	03/2021	20/04/2021	326,09	-
3223	IRRF	07/2021	20/08/2021	43,62	3223	DARF	07/2021	20/08/2021	43,62	-
3579	IRRF	02/2021	19/03/2021	543,86	3579	DARF	02/2021	19/03/2021	543,86	-
3579	IRRF	05/2021	18/06/2021	4.859,83	3579	DARF	05/2021	18/06/2021	4.859,83	-
3579	IRRF	07/2021	20/08/2021	11.056,57	3579	DARF	07/2021	20/08/2021	11.056,57	-
4574	PIS/PASEP	01/2021	19/02/2021	374,13	4574	DARF	01/2021	19/02/2021	374,13	-
4574	PIS/PASEP	02/2021	19/03/2021	635,08	4574	DARF	02/2021	19/03/2021	635,08	-
4574	PIS/PASEP	03/2021	20/04/2021	1.036,32	4574	DARF	03/2021	20/04/2021	1.036,32	-
4574	PIS/PASEP	04/2021	20/05/2021	640,36	4574	DARF	04/2021	20/05/2021	640,36	-
4574	PIS/PASEP	05/2021	18/06/2021	650,71	4574	DARF	05/2021	18/06/2021	650,71	-
4574	PIS/PASEP	06/2021	20/07/2021	642,38	4574	DARF	06/2021	20/07/2021	642,38	-
4574	PIS/PASEP	07/2021	20/08/2021	693,28	4574	DARF	07/2021	20/08/2021	693,28	-
4574	PIS/PASEP	08/2021	20/09/2021	653,92	4574	DARF	08/2021	20/09/2021	653,92	-
4574	PIS/PASEP	09/2021	20/10/2021	764,98	4574	DARF	09/2021	20/10/2021	764,98	-
4574	PIS/PASEP	10/2021	19/11/2021	666,34	4574	DARF	10/2021	19/11/2021	666,34	-
4574	PIS/PASEP	11/2021	20/12/2021	1.055,51	4574	DARF	11/2021	20/12/2021	1.055,51	-
4574	PIS/PASEP	12/2021	20/01/2022	1.571,38	4574	DARF	12/2021	20/01/2022	1.571,38	-
5952	CSRF	01/2021	19/02/2021	1.094,80	5952	DARF	01/2021	19/02/2021	1.094,80	-
5952	CSRF	02/2021	19/03/2021	901,50	5952	DARF	02/2021	19/03/2021	901,50	-
5952	CSRF	03/2021	20/04/2021	931,32	5952	DARF	03/2021	20/04/2021	931,32	-
5952	CSRF	04/2021	20/05/2021	3.109,53	5952	DARF	04/2021	20/05/2021	3.109,53	-
5952	CSRF	05/2021	18/06/2021	1.508,72	5952	DARF	05/2021	18/06/2021	1.508,72	-
5952	CSRF	06/2021	20/07/2021	1.573,12	5952	DARF	06/2021	20/07/2021	1.573,12	-
5952	CSRF	07/2021	20/08/2021	1.313,77	5952	DARF	07/2021	20/08/2021	1.313,77	-
5952	CSRF	08/2021	20/09/2021	2.307,01	5952	DARF	08/2021	20/09/2021	2.307,01	-
5952	CSRF	09/2021	20/10/2021	876,55	5952	DARF	09/2021	20/10/2021	876,55	-
5952	CSRF	10/2021	19/11/2021	3.550,44	5952	DARF	10/2021	19/11/2021	3.550,44	-
5952	CSRF	11/2021	20/12/2021	1.540,25	5952	DARF	11/2021	20/12/2021	1.540,25	-
5952	CSRF	12/2021	20/01/2022	1.749,87	5952	DARF	12/2021	20/01/2022	1.749,87	-
7987	COFINS	01/2021	19/02/2021	2.302,32	7987	DARF	01/2021	19/02/2021	2.302,32	-
7987	COFINS	02/2021	19/03/2021	3.908,20	7987	DARF	02/2021	19/03/2021	3.908,20	-
7987	COFINS	03/2021	20/04/2021	6.377,36	7987	DARF	03/2021	20/04/2021	6.377,36	-
7987	COFINS	04/2021	20/05/2021	3.940,70	7987	DARF	04/2021	20/05/2021	3.940,70	-
7987	COFINS	05/2021	18/06/2021	4.004,39	7987	DARF	05/2021	18/06/2021	4.004,39	-
7987	COFINS	06/2021	20/07/2021	3.953,09	7987	DARF	06/2021	20/07/2021	3.953,09	-
7987	COFINS	07/2021	20/08/2021	4.266,36	7987	DARF	07/2021	20/08/2021	4.266,36	-
7987	COFINS	08/2021	20/09/2021	4.024,13	7987	DARF	08/2021	20/09/2021	4.024,13	-
7987	COFINS	09/2021	20/10/2021	4.707,56	7987	DARF	09/2021	20/10/2021	4.707,56	-
7987	COFINS	10/2021	19/11/2021	4.100,54	7987	DARF	10/2021	19/11/2021	4.100,54	-
7987	COFINS	11/2021	20/12/2021	6.495,44	7987	DARF	11/2021	20/12/2021	6.495,44	-
7987	COFINS	12/2021	20/01/2022	9.670,04	7987	DARF	12/2021	20/01/2022	9.670,04	-



4 - ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

4.1 - Verificação do Preenchimento da EFD-Contribuições

Analisamos o preenchimento das EFD's no período de janeiro a dezembro de 2021, identificadas a seguir, referentes ao cálculo do PIS e da COFINS das entidades fechadas de previdência complementar calculados pelo regime cumulativo, e verificamos que a base de cálculo demonstrada e os valores apurados estão de acordo com os valores demonstrados no item 2.1 deste relatório, conforme identificado a seguir:

Mês/Ano Apuração	Número do Recibo	Tipo	Data de Transmissão
Dez/2021	D4.47.1C.3A.09.6E.C5.9B.A5.95.19.B1.4A. D9.30.7D.0F.CC.A2.71-8	Original	09/02/2022

5 - INVESTIMENTOS

Os recursos financeiros da SCPREV estão aplicados nos seguintes fundos de investimento:

Descrição	PB SCPREV	PGA	Total
FUNDOS DE INVESTIMENTO			
RENDA FIXA			
BB PREVIDENCIA RENDA FIXA - FLUXO PGA	-	4.349,99	4.349,99
BB PREVIDENCIA RENDA FIXA - PERFIL PGA	-	2.247.786,21	2.247.786,21
BB PREVIDENCIA RF - IMA B5-VALOR DE MERCADO PGA	-	1.075.438,24	1.075.438,24
BB PREVIDENCIA RENDA FIXA - PERFIL PLANO	4.380.496,06	-	4.380.496,06
BB PREVID RF IMAB 5+	1.927.224,57	111.669,35	2.038.893,92
BRADESCO INSTITUCIONAL FI RF CRED PRIVADO-6130	6.709.141,32	-	6.709.141,32
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5	12.390.505,25	-	12.390.505,25
BB PREVID RF IMA-B 5 LP	4.174.668,92	-	4.174.668,92
AÇÕES			
FDO.DE INVEST.- AÇÕES			
FDO.DE INVEST.- AÇÕES-VL.DE MERCADO	1.168.779,77	-	1.168.779,77
FDO.DE INVEST.- ITAU IBOV INDEX FIC FIA	1.990.134,03	-	1.990.134,03
FUNDO MULTIMERCADO			
BRADESCO FIM MACRO INST.	3.392.540,15	-	3.392.540,15
FUNDO MULTIMERCADO ESTRUTURADO			
BRADESCO FIC FIM OMEGA	2.416.219,02	-	2.416.219,02
BRADESCO FIC FIM ALOCAÇÃO ALPHA	743.952,27	-	743.952,27
BB PREV MM ALOCAÇÃO	-	216.798,47	216.798,47
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADO NO BRASIL			
BB AÇÕES ALOCAÇÃO ETF IE - PGA	-	70.053,58	70.053,58
FUNDO DE INVESTIMENTO - SUFIXO INVESTIMENTO NO EXTERIOR - NÃO EXCLUSIVO			
BB MULTIMERCADO SCHRODER FI	2.333.978,66	-	2.333.978,66
ACCESS USA COMPANIES FIA INVES BNP PARIBAS	450.592,20	-	450.592,20
BB AÇÕES NORDEA	1.574.541,15	-	1.574.541,15
BB RF LP GLOBAL IE - PGA	-	216.206,00	216.206,00
Total	43.652.773,37	3.942.301,84	47.595.075,21



Cotejamos o saldo contábil em 31 de dezembro de 2021 com a resposta à Carta de Circularização, encaminhada em 19 de janeiro de 2022, pelo Banco do Brasil, em 27 de janeiro de 2021, pelo Bradesco Asset Management, e em 18 de janeiro de 2022, pelo Banco BNP Paribas Brasil S/A, verificamos que são correspondentes.

6 - OUTROS EXAMES REALIZADOS

De acordo com o programa de trabalho definido para esta visita, efetuamos a revisão dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021, os quais estão devidamente identificados em nossos papéis de trabalho. A seguir descrevemos os exames realizados e os respectivos resultados:

6.1 - Bancos Conta Movimento

➤ Exames Realizados

Cotejamos o saldo contábil com o extrato bancário apresentado e resposta à circularização.

Descrição	Contábil	Extrato Bancário	Divergência
BANCO DO BRASIL 6130-1	-	-	-
BANCO DO BRASIL 6230-8	-	-	-
Total	-	-	-

➤ Resultados dos Exames

O saldo contábil está de acordo com o extrato bancário emitido em 05/01/2022 e resposta à circularização.

6.2 - Contas a Receber - Gestão Administrativa

➤ Exames Realizados

Analisamos a composição dos saldos das subcontas através do razão contábil e documentação apresentada.

Descrição	Contábil	Extrato Bancário	Divergência
PATROCINADOR	103.883,94	103.883,94	-
PARTICIPANTES	108.272,62	108.272,62	-
Total	212.156,56	212.156,56	-

➤ Resultados dos Exames

Os saldos contábeis possuem composição adequada e apresentam documentação hábil.

6.3 - Ativo Imobilizado

➤ Exames Realizados

Analisamos as aquisições e cálculo das depreciações no exercício de 2021.

➤ Resultados dos Exames

Os bens adquiridos possuem nota fiscal e as depreciações foram calculadas com as seguintes taxas de depreciação:

Descrição	Contábil	Taxa de Depreciação
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.807,97	10%
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	50.145,15	20%
VENTILADOR E REFRIGERADOR DE AR	3.068,25	20%
Total Móveis e Utensílios	58.021,37	

6.4 - Intangível

➤ Exames Realizados

Examinamos a movimentação dos custos de implantação do novo software e o critério de amortização.

Descrição	Contábil	Taxa de Amortização
SOFTWARE – CUSTOS	221.051,44	20%
(-)SOFTWARE – AMORTIZAÇÃO	(148.875,86)	
Total Intangível	72.175,58	

Descrição	Data da Compra	Valor do Bem	Taxa a.a.	Depreciação Mensal	Depreciação Acumulada	Relatório por Bem	Divergência
LENOVO NOTEBOOK BS145	14/12/2020	23.912,00	20%	398,54	4.994,91	4.994,91	
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL VOSTRO 14 3400"	18/06/2021	29.750,00	20%	495,84	3.173,31	3.173,31	-

➤ Resultados dos Exames

Os bens adquiridos possuem nota fiscal e as amortizações foram calculadas com uma taxa anual de amortização de 20%.

6.5 - Contas a Pagar

➤ Exames Realizados

Analisamos a composição dos saldos relativos a salários a pagar, encargos sociais a recolher e provisões trabalhistas.



➤ **Resultados dos Exames**

Os registros contábeis estão de acordo com a folha de pagamento, provisão de férias e encargos sociais a recolher conforme folha de pagamento.

6.6 - Retenções a Recolher

➤ **Exames Realizados**

Cotejamos os saldos de IRRF a recolher com os DARF's arrecadados.

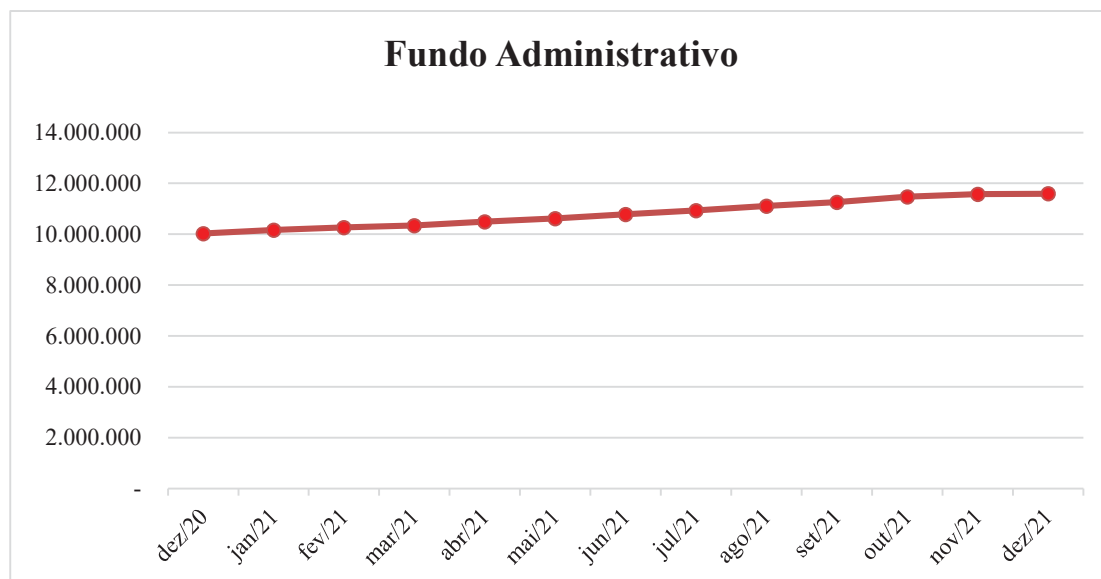
➤ **Resultados dos Exames**

Os registros contábeis estão de acordo com os DARF arrecadados.

6.7 - Fundo Administrativo

➤ **Exames Realizados**

Analisamos a constituição do Fundo Administrativo e sua adequação com relação à legislação vigente.



➤ **Resultados dos Exames**

O Fundo Administrativo, sendo a parcela pertinente ao PLANO SCPREV, registra em seus respectivos demonstrativos contábeis, sob a rubrica “Participação no Fundo Administrativo PGA” o valor de R\$ (11.597.403,87).

Diante do exposto, recomenda-se o acompanhamento periódico do resultado e do



Fundo Administrativo, de forma a assegurar a capacidade da entidade em arcar com suas despesas administrativas no curto prazo.

6.8 - Provisões Matemáticas

➤ **Exames Realizados**

Cotejamos os saldos contábeis das subcontas das Provsões Matemáticas com o Parecer Atuarial do Plano SCPREV.

➤ **Resultados dos Exames**

Os saldos contábeis correspondem ao apresentado no Parecer Atuarial do Plano SCPREV emitido em 24 de fevereiro de 2022.

B- POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1 - ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

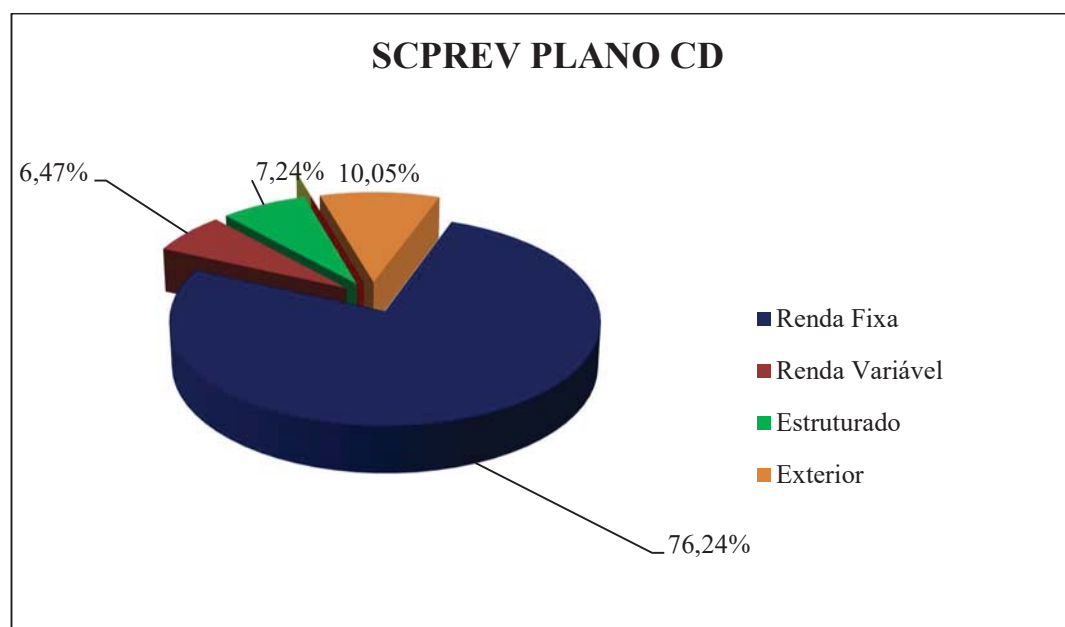
1.1 - Alocação Estratégica de Investimentos

As tabelas a seguir apresentam informações referentes à alocação para os segmentos de investimentos da **SCPREV** e o seu enquadramento em relação aos limites da Resolução nº 4.661/2018 e a Política de Investimentos, Relatório de Compliance – Res. CMN nº 4.661, por plano, em dezembro de 2021, elaborado pela empresa ADITUS Consultoria Financeira:

1.1.1 - Dezembro/2021

1.1.1.1 - SCPREV PLANO CD

Segmentos de Aplicação	Recursos Garantidores	%	Limite Legal	Limites de Alocação 2021 a 2025		Status
				Inferior	Superior	
Renda Fixa	33.279.614,25	76,24%	100,00%	35,00%	100,00%	OK
Renda Variável	2.826.473,73	6,47%	70,00%	0,00%	30,00%	OK
Estruturado	3.160.171,29	7,24%	20,00%	0,00%	15,00%	OK
Exterior	4.386.514,10	10,05%	10,00%	0,00%	10,00%	Desenq.
Total	43.652.773,37	100,00%				



Comentário

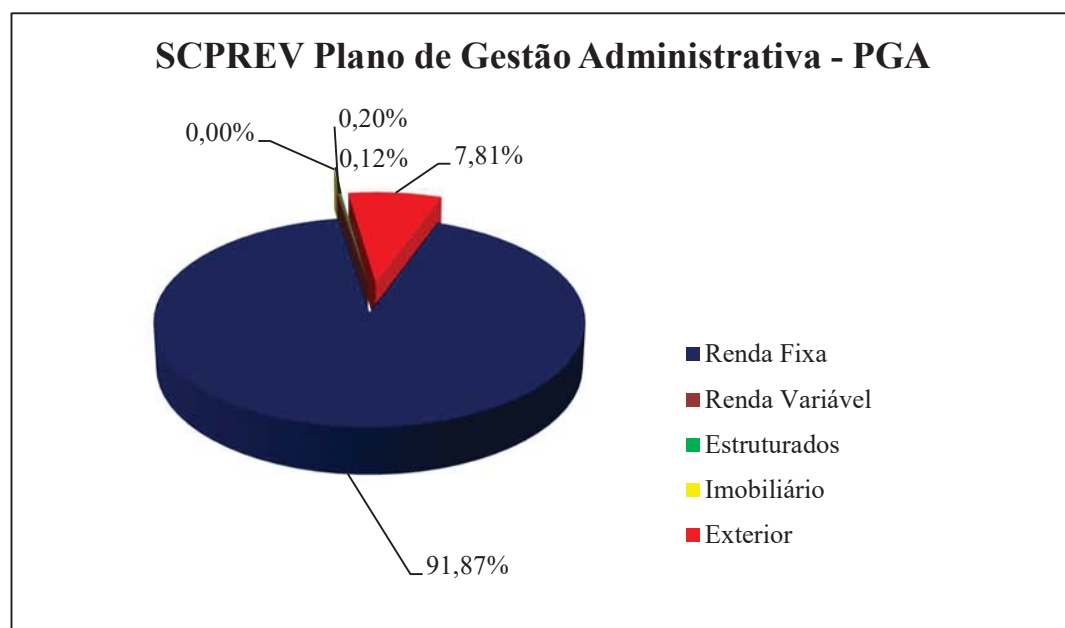
No encerramento do 4º trimestre de 2021, o Investimento no Exterior do Plano CD apresentava-se desenquadrado. Conforme a CMN nº 4661 Art. 35. Não são considerados como inobservância aos limites estabelecidos nesta Resolução os desenquadramentos

passivos decorrentes de: § 1º Os excessos referidos neste artigo devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento.

§ 2º A EFPC fica impedida, até o respectivo enquadramento, de efetuar investimentos que agravem os excessos verificados. Os demais investimentos encontram-se em conformidade em relação aos Artigos 21 ao 26 da Resolução e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos.

1.1.1.2 - Plano de Gestão Administrativa – PGA

Segmentos de Aplicação	Recursos Garantidores	%	Limite Legal	Limites de Alocação 2020 a 2024		Status
				Inferior	Superior	
Renda Fixa	3.622.278,53	91,87%	100,00%	55,00%	100,00%	OK
Renda Variável	7.799,81	0,20%	70,00%	0,00%	10,00%	OK
Estruturados	4.636,04	0,12%	20,00%	0,00%	15,00%	OK
Imobiliário	144,09	0,00%	20,00%	0,00%	10,00%	OK
Exterior	307.870,77	7,81%	10,00%	0,00%	10,00%	OK
Total	3.942.729,24	100,00%				



Comentário:

No encerramento do 4º trimestre de 2021, os investimentos do Plano de Gestão Administrativa – PGA da SCPREV apresentavam-se em conformidade em relação aos Artigos 21 ao 26 da Resolução CMN nº 4.661 e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos.

1.2 - Demais Limites Analisados

Foram apresentados nos relatórios por plano pela empresa ADITUS, os Limites de Alocação por Emissor, os Limites de Concentração por Emissor, Operações com Derivativos e as Vedações estabelecidas na Resolução CMN nº 4.661 e em suas alterações posteriores.

A empresa ADITUS Consultoria Financeira apresentou a seguinte avaliação desses limites no mês de dezembro/2021:

1.2.1 - Dezembro/2021

1.2.1.1 - SCPREV PLANO CD

Limites	Status	Comentários		
Limites de Alocação por Emissor	OK	No encerramento do exercício de 2021, o Plano SCPREV CD da EFPC está em conformidade com os limites de alocação por emissor conforme estabelecidos pelo Art. 27 da Resolução CMN nº 4.661 e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos.		
Limites de Concentração por Emissor	OK	No encerramento do exercício de 2021, o Plano SCPREV CD da EFPC está em conformidade com os limites de alocação por emissor conforme estabelecidos pelo Art. 28 da Resolução CMN nº 4.661 e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos.		
Operações com Derivativos				
Descrição	Total Plano	Limite Legal	Maior Observado	Veículo de Investimentos com Maior limite observado.
Depósitos de margem para operações com derivativos	3,60%	15,00%	0,00%	SCPrev Plano CD
Prêmios de opções pagos	0,01%	5,00%	0,00%	-
* Art. 30, Inciso V refere-se a margem requerida limitada a 15%, tal informação não encontra-se disponível no arquivo XML. Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas ao administrador/ gestor do fundo.				
	OK	Conforme apresentado na tabela acima, os veículos de investimento do Plano SCPREV CD da EFPC estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.661.		
Vedações	OK	No encerramento do 4º trimestre de 2021, o plano CD da EFPC apresentava-se em conformidade em relação aos requisitos dos ativos e vedações da Resolução CMN nº 4.661.		

1.2.1.2 - Plano de Gestão Administrativa – PGA

Limites	Status	Comentários		
Limites de Alocação por Emissor	OK	No encerramento do exercício de 2021, o Plano de Gestão Administrativa - PGA da EFPC está em conformidade com os limites de alocação por emissor conforme estabelecidos pelo Art. 27 da Resolução CMN nº 4.661 e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos.		
Limites de Concentração por Emissor	OK	No encerramento do exercício de 2021, o Plano de Gestão Administrativa - PGA da EFPC está em conformidade com os limites de alocação por emissor conforme estabelecidos pelo Art. 28 da Resolução CMN nº 4.661 e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos.		
Operações com Derivativos				
Descrição	Total Plano	Limite Legal	Maior Observado	Veículo de Investimentos com Maior limite observado.
Depósitos de margem para operações com derivativos	7,23%	15,00%	0,01%	-
Prêmios de opções pagos	0,00%	5,00%	0,00%	-
* Art. 30, Inciso V refere-se a margem requerida limitada a 15%, tal informação não encontra-se disponível no arquivo XML. Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas ao administrador/ gestor do fundo.				
	OK	Conforme apresentado na tabela acima, os veículos de investimento do Plano de Gestão Administrativa - PGA da EFPC estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.661.		
Vedações	OK	No encerramento do 4º trimestre de 2021, o plano de Gestão Administrativa - PGA da EFPC apresentava-se em conformidade em relação aos requisitos dos ativos e vedações da Resolução CMN nº 4.661.		

1.3 - Risco de Crédito

Conforme informado no Relatório de Compliance emitido pela ADITUS Consultoria Financeira, a análise de risco de crédito apresenta, em uma primeira leitura, a classificação de risco de crédito dos ativos pertencentes à carteira de investimentos do plano. Por se tratar de uma primeira análise, a classificação abaixo pode deixar de levar em consideração algumas particularidades de cada ativo, que somente podem ser avaliadas a partir de leitura manual, por analistas especializados. Dessa forma, recomenda-se cautela nas conclusões obtidas a partir dessas tabelas, que não devem ser tratadas como definitivas:

1.3.1 - Dezembro/2021

1.3.1.1 - SCPREV PLANO CD

Categoria de Risco	% Observado	Limite Plano	Status
Grau de Investimento + Grau Especulativo	10,83%	50,00%	OK
Grau Especulativo	0,35%	10,00%	OK

Comentários:

No encerramento do exercício de 2021 o Plano SCPREV CD da EFPC apresenta-se em conformidade em relação aos limites estipulados na política de investimentos.

1.3.1.2 - Plano de Gestão Administrativa - PGA

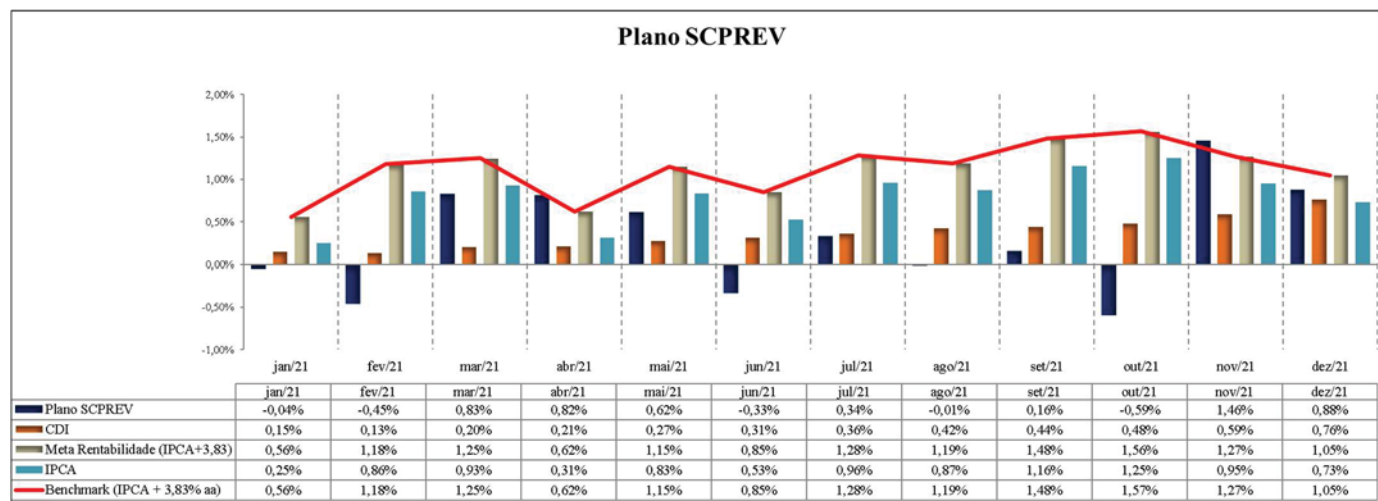
Categoria de Risco	% Observado	Limite Plano	Status
Grau de Investimento + Grau Especulativo	15,92%	50,00%	OK
Grau Especulativo	1,36%	10,00%	OK

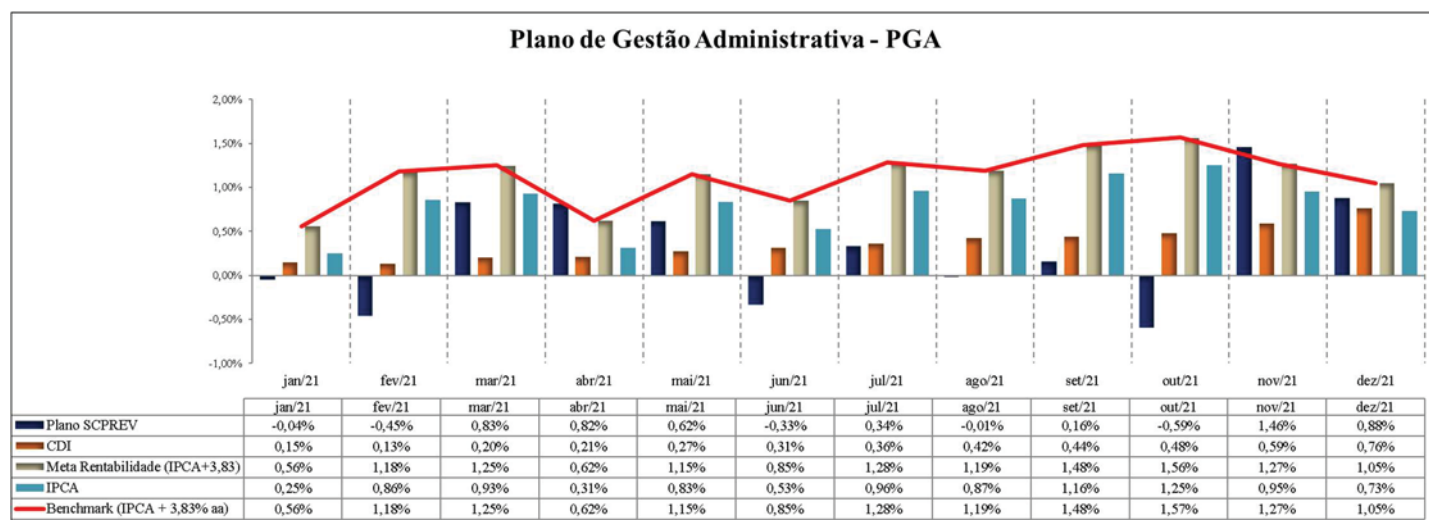
Comentários:

No encerramento do exercício de 2021 o Plano de Gestão Administrativa - PGA da EFPC apresenta-se em conformidade em relação aos limites estipulados na política de investimentos.

2 - RENTABILIDADE

2.1 - Rentabilidade Anual 2021





Comentários:

Cotejando-se a rentabilidade anual do Plano Previdenciário SCPREV e do Plano de Gestão Administrativa – PGA com seus benchmarks e meta atuarial e de rentabilidade, verificamos que o Plano Previdenciário SCPREV ficou abaixo da meta atuarial em 2021 em 10,55 pontos percentuais. O Plano de Gestão Administrativa – PGA ficou abaixo em 9,39 pontos percentuais da meta atuarial.



**ANEXO IV - RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores e Conselheiros da

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV

Rua Emílio Blum, nº131, Torre B, 5º andar, sala 506

88.020-010 Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV**, em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da SCPREV é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, pois que este tem previsão de exigibilidade em data



posterior à emissão do relatório, sendo o relatório de auditoria, inclusive, parte do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da *FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 02 de março de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da *FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV* continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a *FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV*, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da *FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV* são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de março de 2022.

EXACTO AUDITORIA LTDA.
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-030361/O-2
CPF: 224.830.390-49

**ANEXO V - RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO ATUARIAL**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL – EXERCÍCIO 2021

RA: 016/2022

Plano SCPREV
CNPB 2016.0015-18

Fundação de Previdência Complementar do Estado de
Santa Catarina - SCPREV



ÍNDICE

1.	OBJETIVO	1
2.	CARACTERÍSTICAS DO PLANO SCPREV	1
2.1.	<i>DURAÇÃO DO PLANO SCPREV</i>	2
3.	REGIME FINANCEIRO E MÉTODO DE FINANCIAMENTO	2
4.	HIPÓTESES ATUARIAIS.....	3
5.	DADOS CADASTRAIS.....	4
5.1.	<i>Referência dos Dados Cadastrais</i>	4
5.2.	<i>Validação dos Dados Cadastrais</i>	4
5.3.	<i>Estatísticas Populacionais</i>	5
5.3.1.	Participantes Ativos	5
6.	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	5
7.	RENTABILIDADE DO PLANO.....	6
8.	PLANO DE CUSTEIO	7
8.1.	<i>CONTRIBUIÇÕES DOS PATROCINADORES</i>	7
8.2.	<i>CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES</i>	8
8.2.1.	Contribuição normal mensal	8
8.2.2.	Contribuição Adicional	8
8.2.3.	Contribuição Facultativa.....	8
8.2.4.	Contribuição Complementar para Risco.....	8
8.3.	<i>CONTRIBUIÇÕES DE BENEFÍCIO NÃO PROGRAMADO</i>	9
8.4.	<i>CONTRIBUIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA DO ASSISTIDO</i>	9
8.5.	<i>CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS</i>	10
8.6.	<i>CUSTO DO PLANO</i>	11
9.	RISCOS ATUARIAIS.....	11
9.1.	<i>Contribuição Definida</i>	11
9.2.	<i>Benefício Definido</i>	12
10.	PROVISÕES MATEMÁTICAS DO PLANO	12
10.1.	<i>GANHOS E PERDAS ATUARIAIS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS</i>	13
11.	RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	14
12.	FUNDOS PREVIDENCIAIS	15
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
	ANEXO I – PLANO DE CONTAS CONTÁBIL.....	18
	ANEXO II – CARACTERÍSTICAS DA MASSA DE PARTICIPANTES	19

1. OBJETIVO

O presente relatório objetiva apresentar os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano de Benefícios de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina, aqui denominado apenas como PLANO SCPREV, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina – SCPREV.

Conforme dispõe a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, a avaliação atuarial é o estudo técnico desenvolvido por atuário, que deverá ter registro junto ao Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), que terá por base a massa de participantes, de assistidos e de beneficiários do plano de benefícios, admitidas hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, e tem o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como o montante das reservas matemáticas e fundos previdenciais.

Vale destacar também que foram levadas em consideração as regras dispostas no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do PLANO SCPREV, bem como os parâmetros técnicos atuariais e os parâmetros legais estabelecidos na Resolução CNPC nº 30/2018, na Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020, e na Portaria Previc nº 835, de 1º de dezembro de 2020.

Sugere-se que o presente relatório seja objeto de análise por parte do(s) Patrocinador(es) e da SCPREV.

2. CARACTERÍSTICAS DO PLANO SCPREV

A Lei Complementar nº 661/2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina, determina que a modelagem do Plano de Benefícios deva ser de Contribuição Definida.

Desta forma, o Plano SCPREV tem seus benefícios programados estruturados na modalidade de Contribuição Definida, respeitada a legislação estadual e a classificação contida na Resolução CNPC nº 41, de 09 de junho de 2021, a saber: *“Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante,*

inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.”

Com relação aos benefícios não programados, o Benefício por Sobrevivência do Assistido é o único benefício que possui característica de benefício definido, pois corresponde à uma renda mensal vitalícia que é concedida ao assistido que sobreviver ao prazo de pagamento da Aposentadoria Programada, da Aposentadoria por Invalidez ou da Pensão por Morte.

No quadro abaixo são apresentados todos os benefícios oferecidos pelo Plano SCPREV com a respectiva modalidade e tipo de benefício:

Tabela 1 - Tipos de Benefícios e Modalidades

Benefício	Modalidade de Benefício	Tipo de Benefício
Aposentadoria Programada	Contribuição Definida	Programado
Aposentadoria por Invalidez	Contribuição Definida	Não Programado
Pensão por Morte	Contribuição Definida	Não Programado
Benefício por Sobrevivência do Assistido	Benefício Definido	Não Programado
Benefício Suplementar (*)	Contribuição Definida	Programado / Não Programado

(*) Conforme tipo de concessão do benefício principal.

2.1. DURAÇÃO DO PASSIVO DO PLANO SCPREV

A duração do passivo do PLANO SCPREV, apurada pela Lumens Atuarial por meio do sistema disponibilizado pela Previc (Sistema Venturo), é de 58,34 anos.

Destaca-se que essa duração, conforme estabelecido pela Instrução Previc nº 33/2020, refere-se exclusivamente à parcela da obrigação do plano relativa ao Benefício por Sobrevivência do Assistido, que iniciará após os futuros aposentados e seus respectivos pensionistas ultrapassarem a expectativa de vida apurada na data da concessão do benefício.

3. REGIME FINANCEIRO E MÉTODO DE FINANCIAMENTO

Quanto aos regimes financeiros, assim dispõe a Resolução CNPC Nº 30, de 10 de outubro de 2018:

“Art. 6º Serão admitidos os seguintes regimes financeiros:

I - Capitalização: nos seus diversos métodos, sendo obrigatório para o financiamento dos benefícios que sejam programados e continuados, e facultativo para os demais, na forma de renda ou pagamento único; (Original sem grifo)

II - Repartição de capitais de cobertura: para benefícios pagáveis por invalidez, por morte, por doença ou reclusão, cuja concessão seja estruturada na forma de renda; e

III - Repartição simples: para benefícios pagáveis por invalidez, por morte, por doença ou por reclusão, todos na forma de pagamento único.”

Adota-se no Plano SCPREV o Regime Financeiro de Capitalização, onde o financiamento dos compromissos do Plano para com os participantes é constituído ao longo da vida ativa desses, de tal forma que o montante necessário para cobertura dos benefícios esteja totalmente constituído no momento da sua concessão.

No método de Capitalização Individual, o custo normal equivale ao valor estimado das contribuições de participantes e patrocinadores definidas para o exercício seguinte e o passivo atuarial corresponde ao saldo de conta acumulado.

No método Agregado, a percentagem de custo do Benefício de Sobrevivência do Assistido corresponde à razão entre o valor atual dos benefícios futuros agregados e o valor atual das contribuições normais futuras. O custo do benefício de sobrevivência do exercício seguinte será o resultado da aplicação da percentagem de custo pelo valor anual da contribuição normal corrente.

Dessa forma, segue abaixo a estruturação dos benefícios do Plano SCPREV:

Tabela 2 - Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria Programada	Capitalização	Capitalização Individual
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Capitalização Individual
Pensão por Morte	Capitalização	Capitalização Individual
Benefício por Sobrevivência do Assistido	Capitalização	Agregado
Benefício Suplementar	Capitalização	Capitalização Individual

Fonte: Nota Técnica Atuarial

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Inicialmente, esclarecemos que as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e, conforme dispõe a Resolução CNPC nº 30/2018, tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, bem como do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Nesse viés, a Lumens Atuarial realizou os testes estatísticos de adequação/aderência das hipóteses atualmente adotadas pelo PLANO SCPREV e

apresentou os resultados por meio dos relatórios “RELATÓRIO DE ADERÊNCIA DAS HIPÓTESES ATUARIAIS - 2021” e “ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL - 2021”.

Solicitou-se da Entidade manifestação quanto às hipóteses a serem adotadas na presente avaliação, sendo que, conforme ata da 69ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, seguem abaixo as hipóteses a serem adotadas na Avaliação Atuarial de 2021, que passarão a vigor a partir de janeiro de 2022.

Tabela 3 - Hipóteses Atuariais

Hipótese	Avaliação Atuarial - 2019	Avaliação Atuarial - 2020	Avaliação Atuarial - 2021
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSmt-v.2010-f	BR-EMSmt-v.2010-f	BR-EMSsb-v.2015-f
Tábua de Mortalidade de Inválidos	BR-EMSmt-v.2010-f	BR-EMSmt-v.2010-f	BR-EMSmt-v.2010-f
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Juros	4,13%	3,83%	3,83%
Composição Familiar de Pensionistas	1) Benefício a Conceder: Idade do cônjuge feminino ou, na sua ausência, a idade do participante masculino diminuída de 1 ano. Idade do cônjuge masculino ou, na sua ausência, a idade do participante feminino acrescida de 4 anos. 2) Benefícios Concedidos: Família Real.	1) Benefício a Conceder: Idade do cônjuge feminino ou, na sua ausência, a idade do participante masculino diminuída de 1 ano. Idade do cônjuge masculino ou, na sua ausência, a idade do participante feminino acrescida de 4 anos. 2) Benefícios Concedidos: Família Real.	1) Benefício a Conceder: Idade do cônjuge feminino ou, na sua ausência, a idade do participante masculino diminuída de 1 ano. Idade do cônjuge masculino ou, na sua ausência, a idade do participante feminino acrescida de 4 anos. 2) Benefícios Concedidos: Família Real.

5. DADOS CADASTRAIS

5.1. REFERÊNCIA DOS DADOS CADASTRAIS

As informações referentes aos participantes utilizadas na Avaliação Atuarial, foram enviadas à Lumens em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2021, e foram objeto de análise e testes de consistências.

5.2. VALIDAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

Após a recepção dos dados, foram realizados diversos testes de consistência julgados necessários para verificar possíveis divergências ou distorções. As

principais análises foram em relação ao valor da contribuição normal, data de nascimento do participante e de seu dependente vitalício e sexo do participante.

Após trocas de informações a base foi considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2021.

5.3. ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS

As informações apresentadas abaixo foram extraídas da base de dados fornecida pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo segregadas de acordo com o tipo de participante.

Importante ressaltar que devido ao fato do PLANO SCPREV ter iniciado suas atividades em fevereiro de 2017, sua massa de participantes, na data base de 31/12/2021, era composto somente por participantes Ativos.

5.3.1. PARTICIPANTES ATIVOS

Tabela 4 - Estatística populacional – Participantes Ativos

Informações	Participante Patrocinado		Participante Facultativo		BPD		Autopatrocinado		Cancelados (*)	Total
	M	F	M	F	M	F	M	F		
Nº de Participantes	572	338	66	37	8	9	1	0	40	40
Idade média	35,31	35,04	38,34	36,77	33,05	38,11	36,68	-	38,77	38,77
Média do S.P.	R\$ 9.264,59	R\$ 8.287,81	R\$ 9.427,58	R\$ 7.017,50	-	-	-	-	-	-
Média da C.N. (%)	7,85%	7,92%	1,26%	1,11%	-	-	6,00%	-	-	-
Média da C.N. (R\$)	R\$ 764,16	R\$ 699,22	R\$ 150,80	R\$ 123,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 248,25	-	-	-
Média do T.P.	2,27	2,21	1,87	1,65	2,70	2,51	3,98	-	-	-
Média de T.S.P.	3,18	2,77	7,18	4,95	2,25	2,33	10,00	-	-	-

S.P. = Salário de Participação; C.N. = Contribuição Normal; T.P. = Tempo de Plano; T.S.P. = Tempo de Serviço Público

* Participantes com inscrição cancelada, porém ainda não exerceram o direito ao resgate ou a portabilidade.

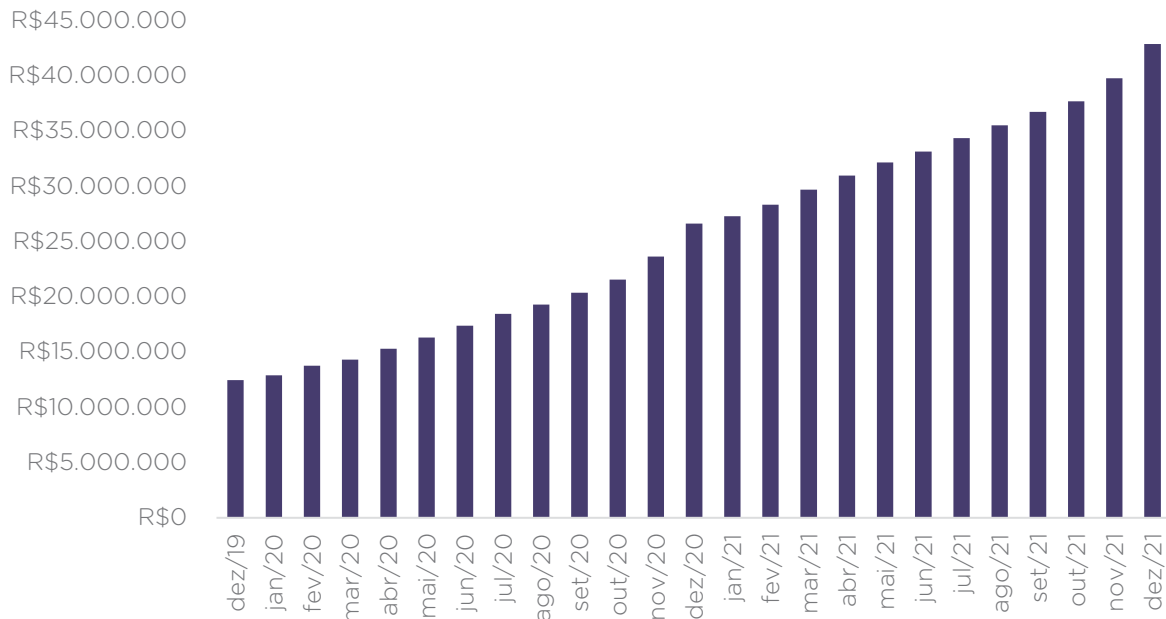
Apresentamos no Anexo II do presente Relatório mais estatísticas relacionadas aos participantes do Plano SCPREV.

6. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Considerando as informações fornecidas pela Entidade, o Patrimônio de Cobertura do PLANO SCPREV, em 31/12/2021, corresponde a R\$ 42.834.054,21, sendo que em 31/12/2020, o valor do Patrimônio de Cobertura montava em R\$ 26.613.882,19, representando assim um crescimento de 60,95% ao longo do exercício de 2021.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do Patrimônio de Cobertura do PLANO SCPREV de 31/12/2020 a 31/12/2021.

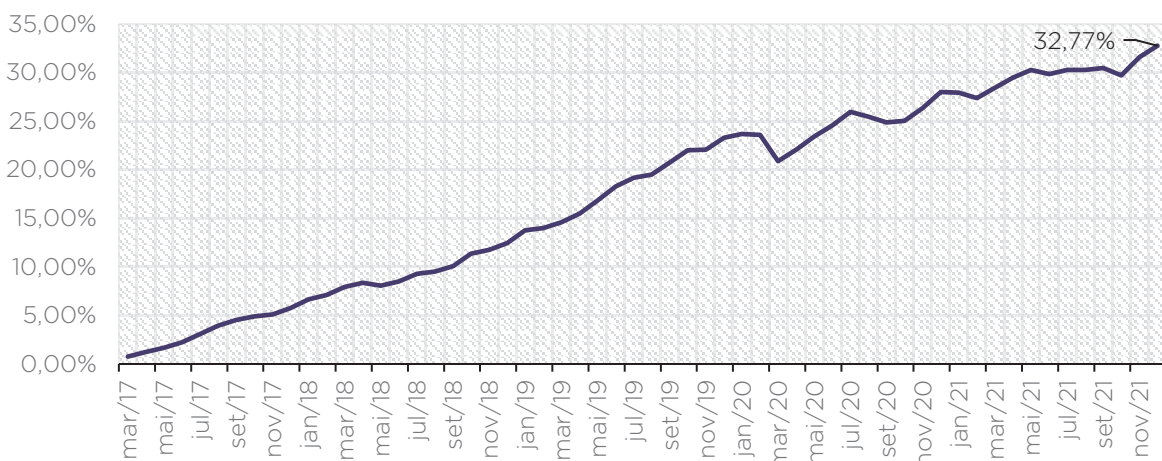
Gráfico 1 - Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano SCPREV



7. RENTABILIDADE DO PLANO SCPREV

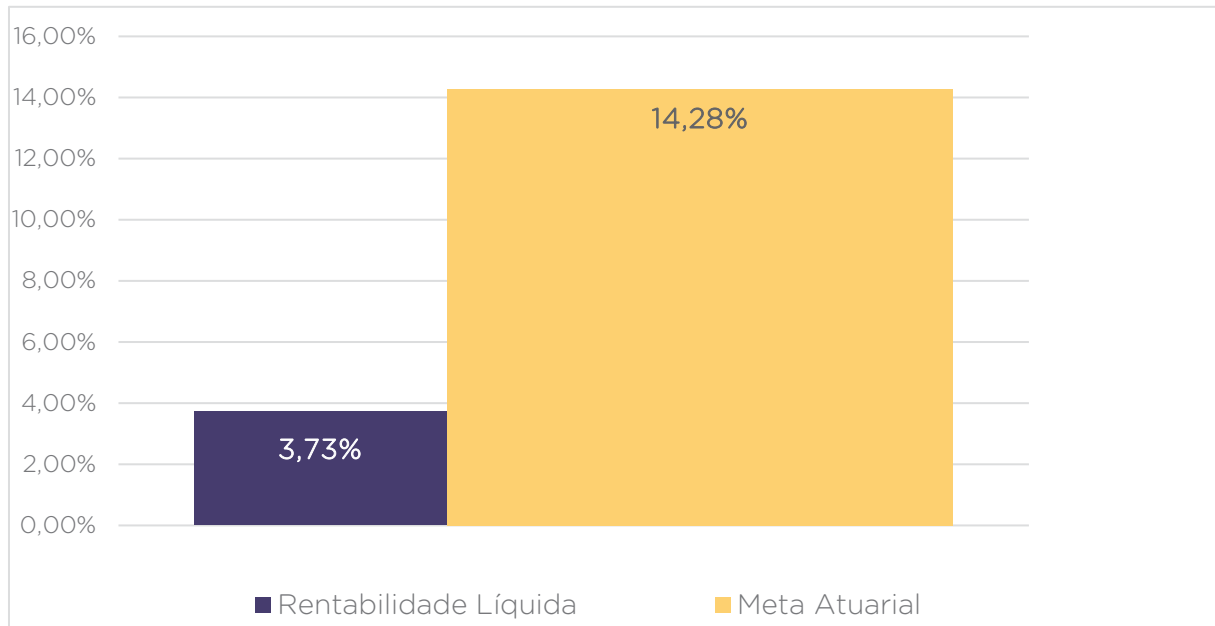
A partir do histórico das rentabilidades líquidas auferidas pelos recursos garantidores do PLANO SCPREV, conforme evolução das cotas, no período que compreende os meses de março/2017 a dezembro/2021, apurou-se uma rentabilidade acumulada de 32,77%.

Gráfico 2 - Rentabilidade acumulada do Plano SCPREV



Analisando apenas os últimos 12 meses, observa-se que os recursos do Plano SCPREV alcançaram uma rentabilidade de 3,73% enquanto a meta atuarial (IPCA do IBGE mais 3,83% a.a.) atingiu uma rentabilidade de 14,28%, o que representa que a rentabilidade obtida pela Entidade foi superada pela referida meta em 10,17%.

Gráfico 3 - Rentabilidade e Meta Atuarial



O atingimento da meta atuarial impacta principalmente o Benefício de Sobrevivência do Assistido que é estruturado na modalidade de benefício definido. Em relação aos saldos individuais, a rentabilidade líquida é integralmente transferida às contas dos participantes.

8. PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios, conforme estabelece a legislação, deverá ser custeado por meio de contribuições de patrocinadores, participantes e assistidos, de forma isolada ou conjunta, segundo critérios definidos no regulamento e nota técnica atuarial do plano.

Dessa forma, considerando o Regulamento vigente em 31/12/2021, bem como a Nota Técnica Atuarial, observa-se abaixo como está constituído o atual plano de custeio em análise.

8.1. CONTRIBUIÇÕES DOS PATROCINADORES

Contribuição obrigatória, realizada mensalmente de forma paritária com a contribuição normal do participante ativo patrocinado, sendo no mínimo igual a 1 (um) VMP (valor mínimo do Plano SCPREV) e respeitando o limite máximo estabelecido na legislação estadual.

Da contribuição normal dos patrocinadores deve ser deduzido o percentual referente à contribuição para custear o benefício não programado (invalidez e

morte), o percentual para custear o Benefício de Sobrevivência do Assistido e o custeio administrativo.

8.2. CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

8.2.1. CONTRIBUIÇÃO NORMAL MENSAL

Contribuição obrigatória, realizada mensalmente pelo participante ativo, sendo um percentual livremente escolhido pelo participante, levando em consideração os percentuais de 6%, 7% ou 8% incidentes sobre o Salário de Participação no caso de participante patrocinado, ou percentual entre 1% e 8% no caso de participante facultativo, observando o valor mínimo de 1 (um) VMP (valor mínimo do Plano SCPREV).

Da contribuição normal dos participantes deve ser deduzido o percentual referente à contribuição para custear o benefício não programado (invalidez e morte), o percentual para custear o Benefício de Sobrevivência do Assistido e o custeio administrativo.

8.2.2. CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL

Contribuição mensal aportada pelo participante ativo, de caráter opcional, sem contrapartida do Patrocinador, que corresponderá a um percentual livremente escolhido pelo participante, incidente sobre o salário de participação.

Da contribuição adicional dos participantes deve ser deduzido o percentual referente ao custeio administrativo.

8.2.3. CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA

Contribuição realizada pelo participante, sem contrapartida do Patrocinador, de forma regular ou esporádica.

8.2.4. CONTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR PARA RISCO

Contribuição realizada pelo participante, sem contrapartida do Patrocinador, de caráter mensal, destinada à contratação individual de Parcela Adicional de Risco (PAR) junto à sociedade seguradora contratada pela Entidade, atualmente a ICATU Seguros, para o fim de complementar o valor de eventual benefício não programado.

8.3. CONTRIBUIÇÕES DE BENEFÍCIO NÃO PROGRAMADO

Contribuição obrigatória, realizada mensalmente pelos participantes e pela patrocinadora de forma paritária com os participantes patrocinados, com valor específico para cada participante, considerando a idade, o capital segurado e o contrato firmado entre a SCPREV e a sociedade seguradora, atualmente a ICATU Seguros.

8.4. CONTRIBUIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA DO ASSISTIDO

Contribuição obrigatória, realizada mensalmente pelos participantes e pela patrocinadora de forma paritária com os participantes patrocinados, destinada a custear o Benefício de Sobrevivência do Assistido.

Para o exercício de 2021, a contribuição de sobrevivência do assistido foi de 10,75%, incidente sobre a contribuição normal do participante e sobre a contribuição do patrocinador, sendo destinado o percentual de 10,40% para constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder e o percentual de 0,35% para constituição do Fundo de Oscilação de Riscos.

Para o encerramento do exercício de 2021 a contribuição de sobrevivência do assistido foi recalculada, tendo em vista o equilíbrio técnico apurado e com base na metodologia de cálculo constante na Nota Técnica Atuarial do Plano SCPREV.

Dessa forma, para o exercício de 2022, a contribuição de sobrevivência do assistido se manterá no percentual de 10,75% incidente sobre a contribuição normal do participante e do patrocinador, sendo objeto de revisão somente a distribuição deste custeio entre o percentual que deve ser destinado para constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder, que passará a ser de 10,22%, e o percentual destinado para a constituição do Fundo de Oscilação de Riscos, que passará a ser de 0,53%.

Vale ressaltar que o custeio do benefício de sobrevivência pode sofrer modificações decorrentes de variações no perfil demográfico e financeiro da massa de participantes, assim como por alterações na longevidade ou na rentabilidade financeira prevista para o PLANO SCPREV, sendo assim revisto anualmente em decorrência da Avaliação Atuarial.

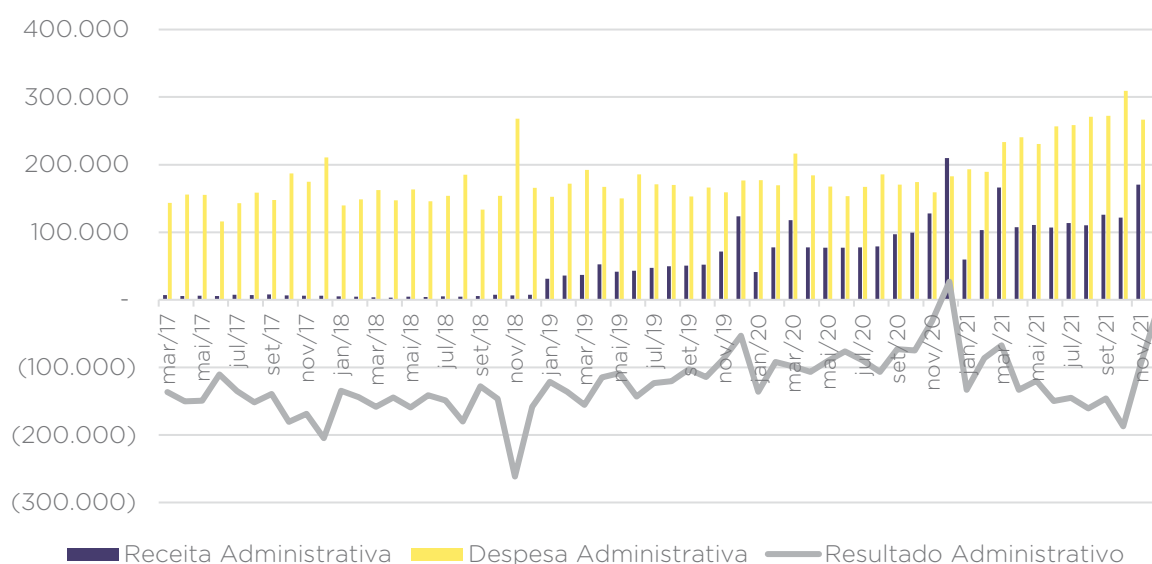
8.5. CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS

Contribuição obrigatória do participante e do patrocinador destinada a custear as despesas administrativas da Entidade.

De acordo com o Plano de Custeio do exercício de 2019, aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 33ª Reunião Ordinária, na data de 04/12/2018, foi definido a cobrança de taxa de carregamento sobre os valores de contribuição normal e adicional com percentual equivalente à 7%, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2019.

Considerando o custeio administrativo vigente desde janeiro de 2019, pode-se verificar no gráfico abaixo a evolução histórica das receitas e despesas administrativas, assim como seu respectivo resultado financeiro.

Gráfico 4 - Receitas e despesas administrativas



Pode-se verificar que as receitas administrativas tiveram um aumento significativo a partir de janeiro de 2019. Tal resultado decorre da implementação da cobrança da taxa de carregamento, gerando assim uma melhora no resultado financeiro do fundo administrativo.

Vale ressaltar que, com o objetivo de propiciar o início das operações da SCPREV, o artigo 29 da Lei 661/2015 autorizou, no ato de criação desta Entidade, o Estado de Santa Catarina a aportar recursos financeiros a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial da SCPREV.

Destaca-se que esse adiantamento de contribuições, que durante o exercício de 2021 montou em um total de R\$ 3.500.000,00, detém caráter de obrigação legal (passivo) para a SCPREV, sendo classificado como empréstimo a pagar ao patrocinador, o que deverá ocorrer somente a partir do momento em que as receitas próprias da SCPREV forem suficientes para cobrir de modo integral suas despesas administrativas, o que ainda não ocorreu tendo em vista o histórico de resultados negativos do fundo administrativo apresentado no gráfico acima.

Diante do exposto, recomenda-se o acompanhamento periódico do resultado e do Fundo Administrativo, de forma a assegurar a capacidade da Entidade em arcar com suas despesas administrativas no curto e longo prazo.

8.6. CUSTO DO PLANO

Na tabela a seguir podemos observar o custo médio do PLANO SCPREV posicionado em 31/12/2021, em comparação com o observado em 2020.

Tabela 5 - Custo do Plano SCPREV

Contribuição	Participante Patrocinado		Participante Facultativo	
	2020	2021	2020	2021
Contribuição Normal do Participante (CtbBP)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contrib. de Benefício não Programado (CtbBNP)	4,8677%	5,0509%	6,9860%	5,3592%
Contrib. de Sobrevivência do Assistido (CtbBS)	10,7500%	10,7500%	10,7500%	10,7500%
Contribuição para Benefícios Programados (CtbBP)	77,3823%	77,1991%	75,2640%	76,8908%
Taxa de Carregamento (TC)	7,0000%	7,0000%	7,0000%	7,0000%

9. RISCOS ATUARIAIS

9.1. CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Não há risco atuarial inerente aos benefícios do PLANO SCPREV que estão estruturados na modalidade de contribuição definida, uma vez que o compromisso do Plano nestes casos, limita-se ao valor constituído no saldo de contas dos participantes, não gerando desta maneira eventuais desequilíbrios atuariais (déficits ou superávits).

Com relação aos benefícios não programados (invalidez e morte), a sociedade seguradora é quem detém os riscos inerentes a esses benefícios, não representando desta forma riscos atuariais para o PLANO SCPREV.

9.2. BENEFÍCIO DEFINIDO

O benefício não programado, por sobrevivência do assistido, está estruturado tecnicamente como um benefício definido, sendo desta forma o único benefício oferecido pelo PLANO SCPREV que possui risco de desequilíbrios atuariais, podendo gerar déficits ou superávits para o Plano, por ser suscetível a variações demográficas e financeiras ao longo do período da constituição das provisões e do pagamento dos benefícios.

Sendo assim, o Benefício de Sobrevivência do Assistido requer o acompanhamento constante, devendo seu custeio ser periodicamente estudado e revisto, se necessário. Cabe ressaltar que a Lumens Atuarial promove o recálculo mensal das provisões matemáticas, mantendo desta forma um acompanhamento periódico acerca do comportamento dos compromissos do PLANO SCPREV, o que possibilita que estratégias sejam traçadas no caso de serem observadas oscilações mais significativas nas provisões.

Além do exposto, foi constituído no PLANO SCPREV o Fundo de Oscilação de Riscos para mitigar eventuais riscos decorrentes de desequilíbrios observados.

10. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas relativas aos benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida representam os saldos totais das contas individuais de todos os participantes, posicionados em 31/12/2021.

No entanto, as provisões matemáticas relativas ao benefício estruturado na modalidade de benefício definido, qual seja, o Benefício de Sobrevivência do Assistido, foram apuradas atuarialmente pela diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) e o Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF), de acordo com a Nota Técnica Atuarial do PLANO SCPREV.

Os saldos de conta são mensalmente rentabilizados pela variação da cota patrimonial, possuindo em 31/12/2021, o montante de R\$ 37.983.195,94.

A provisão matemática relativa ao Benefício de Sobrevivência do Assistido, apurada na data base de 31/12/2021, corresponde ao valor total de R\$ 4.850.858,27.

Sendo assim, o total das provisões matemáticas em 31/12/2021 corresponde a R\$ 42.834.054,21, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 6 - Provisões Matemáticas

Complemento	Valor (R\$) 31/12/2020	Valor (R\$) 31/12/2021
Provisões Matemáticas	26.613.882,19	42.834.054,21
Benefícios Concedidos	0,00	0,00
Benefícios a Conceder	26.613.882,19	42.834.054,21
Contribuição Definida	23.677.713,55	37.983.195,94
Saldo de Contas – Patrocinador(es)	10.565.442,05	17.422.978,76
Saldo de Contas – Participantes + Portabilidades	13.112.271,50	18.837.506,24
Benefício Definido Capitalização não Programado	2.936.168,64	4.850.858,27
VABF para o Benefício Sobrevivência	34.387.054,89	35.389.912,86
VACF do Patrocinadores (Benefício Sobrevivência)	-15.643.146,10	- 15.091.647,84
VACF do Participantes (Benefício Sobrevivência)	-15.807.740,15	- 15.447.406,75

10.1. GANHOS E PERDAS ATUARIAIS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Na tabela abaixo, apresentamos as variações observadas nas provisões de benefícios a conceder do PLANO SCPREV, estruturadas na modalidade de benefício definido, demonstrando se essas variações geraram ganho (valor negativo) ou perda (valor positivo) atuarial ao Plano:

Tabela 7 - Ganhos e perdas atuariais

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, estruturadas em Benefício Definido, em 31/12/2020	R\$ 2.936.168,64
Ganho ou Perda	Valor
Evolução da base cadastral	R\$ 1.997.092,92
Alteração da premissa de tábua de mortalidade geral	- R\$ 645.458,07
Revisão do custeio do Benefício de Sobrevivência do Assistido	R\$ 563.054,77
Total de ganho e perda	R\$ 1.914.689,63
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, estruturadas em Benefício Definido, em 31/12/2021	R\$ 4.850.858,27

O item “evolução da base cadastral” representa o impacto na provisão matemática em decorrência das movimentações ocorridas na base de participantes, como novas adesões, atualização das idades, participantes cancelados, etc.

O item “alteração da premissa de tábua de mortalidade geral”, representa o impacto em decorrência da troca da tábua utilizada para se estimar a sobrevivência

dos participantes válidos, que passou da “BR-EMSmt-v.2010-f” para a “BR-EMSsb-v.2015-f”, sendo que esta troca foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

O item “revisão do custeio do benefício de sobrevivência do assistido”, representa o impacto decorrente da redução do percentual de contribuição para o benefício de sobrevivência que é destinado para constituição das provisões matemáticas, de 10,40% para 10,22%.

11. RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar e considerando a Instrução Previc nº 31/2020, a Lumens Atuarial elaborou um quadro que contém a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas, dos Fundos, assim como do Equilíbrio Técnico do PLANO SCPREV em 31/12/2021, conforme Anexo I deste Relatório.

O Patrimônio de Cobertura do PLANO SCPREV resultou, em 31/12/2021, no montante de R\$ 42.834.054,21, apresentando assim um crescimento de 60,95% em relação ao Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2020.

Tabela 8 - Patrimônio de Cobertura do Plano SCPREV

Conta	Valor (31/12/2020)	Valor (31/12/2021)	Variação
Patrimônio Social	R\$ 25.835.614,30	R\$ 31.641.566,64	22,47%
(-) Fundos Previdenciais	R\$ 291.662,80	R\$ 404.916,30	38,83%
(-) Fundos Administrativos	- R\$ 1.069.930,69	- R\$ 11.597.403,87	983,94%
Patrimônio de Cobertura do PLANO SCPREV	R\$ 26.613.882,19	R\$ 42.834.054,21	60,95%

Para fins contábeis e registro na Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, conforme dispõe a Instrução Previc nº 31/2020, apurou-se o Equilíbrio Técnico do Plano, demonstrado na tabela a seguir, confrontando-se o Patrimônio de Cobertura do PLANO SCPREV e o passivo atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas totais, correspondente a R\$ 42.834.054,21.

Assim, o PLANO SCPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento e hipóteses atuariais descritos nesse Relatório, apresentou, em 31/12/2021, um valor de equilíbrio técnico de R\$ 0,00.

Tabela 9 - Equilíbrio Técnico do Plano SCPREV

Conta	Valor (31/12/2020)	Valor (31/12/2021)
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 26.613.882,19	R\$ 42.834.054,21
(-) Provisões Matemáticas	R\$ 26.613.882,19	R\$ 42.834.054,21
Superávit/Déficit Técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Considerando que o PLANO SCPREV apresentou equilíbrio técnico em 31/12/2021, não há tratativas a serem realizadas no exercício de 2022 relacionadas à equacionamento de déficits.

De qualquer forma, para efeito informativo, o limite para equacionamento de déficit, apurado em 31/12/2021 para o Plano, seria de R\$ 2.636.388,11, de acordo com a fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, sendo a duração do passivo de 58,3489 anos apurada pela Lumens Atuarial, por meio do sistema disponibilizado pela Previc (Sistema Venturo) e o total de Provisão Matemática correspondente ao benefício estruturado na modalidade de benefício definido (R\$ 4.850.858,27).

Desta maneira, ressaltamos que não há déficit para ser equacionado, considerando o resultado de equilíbrio técnico do PLANO SCPREV.

Tabela 10 - Solvência do Plano SCPREV

Análise da Solvência do Plano SCPREV	
<i>Duration</i> - sistema Venturo Previc	58,3489
Provisão Matemática - Benefício de Sobrevivência	R\$ 4.850.858,27
Limite do déficit para fins de equacionamento	2.636.388,11
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
Déficit a ser Equacionado (de forma obrigatória)	R\$ 0,00

12. FUNDOS PREVIDENCIAIS

A SCPREV constituiu ao longo de 2021 três fundos previdenciais, o Fundo de Oscilação da Inscrição Automática (FIA), o Fundo de Recursos não Resgatados (FRnR) e o Fundo de Oscilação de Riscos (FOR).

O Fundo de Oscilação da Inscrição Automática (FIA) possui a finalidade de cobrir os eventos associados à devolução das contribuições aos participantes inscritos automaticamente no Plano SCPREV e que optaram pelo cancelamento, nos termos do Decreto nº 1.552, de 27 de março de 2018, do Estado de Santa Catarina, bem como eventuais insuficiências em quaisquer outros fundos, desde que

recomendada e justificada por parecer atuarial e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

No mês de 11/2021, após análises e esclarecimentos realizados pelos contadores responsáveis pelo PLANO SCPREV, juntamente com a Entidade e a Lumens Atuarial, o FIA deixou de ser constituído pela Entidade uma vez que a constituição mensal deste Fundo, que representa a diferença entre a rentabilidade auferida pela Entidade às contribuições devolvidas aos participantes e patrocinadores e a atualização pelo IPCA/IBGE das referidas contribuições, afeta diretamente a conta de resultado financeiro da Entidade e desta forma, tem seu efeito refletido no cálculo da cota patrimonial do PLANO SCPREV, seja ele positivo ou negativo.

Sendo assim, concluiu-se que, não havia necessidade de manutenção de Fundo Previdencial para este tipo de movimentação financeira, sendo seu controle necessário apenas para o acompanhamento e gestão da Entidade sobre as devoluções que devem ser realizadas mensalmente.

O Fundo de Recursos não Resgatados (FRnR), possui a finalidade de cobertura de eventuais insuficiências em quaisquer outros fundos do Plano, desde que recomendada e justificada por parecer atuarial e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

O FRnR é constituído pelos saldos remanescentes verificados em contas individuais dos participantes que se desvincularam do PLANO SCPREV, quando da opção pelo resgate, ou ainda, por saldo remanescente de Assistidos cujos benefícios vierem a se extinguir pela inexistência de Beneficiários e que não sejam reivindicados por eventuais herdeiros legais.

Na tabela a seguir pode-se observar o demonstrativo da variação do Fundo de Recursos não Resgatados (FRnR) em 2021.

Tabela 11 - Fundo Previdencial - FRnR

Fundo de Recursos não Resgatados (FRnR)	Valor
(+) Saldo inicial em 31.12.2020	R\$ 11.047,44
(+) Constituição	R\$ 42.077,79
(-) Utilização	-
(=) Saldo em 31.12.2021	R\$ 53.125,23

Com relação ao Fundo de Oscilação de Riscos (FOR), este possui a finalidade de dar cobertura a possíveis impactos decorrentes de desequilíbrios atuariais do Benefício de Sobrevivência do Assistido, estruturado na modalidade de benefício

definido. Desta forma, será destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas nas avaliações atuariais, bem como minimizar os impactos decorrentes da mudança de taxa de custeio desse benefício motivada pela alteração da massa de participantes.

O Fundo de Oscilação de Riscos (FOR) é constituído por uma parcela do valor da Contribuição Normal fixada no Plano de Custeio devida pelos participantes e patrocinadores.

Na tabela a seguir pode-se observar o demonstrativo da variação do FOR em 2021.

Tabela 12 - Fundo Previdencial - FOR

Fundo de Oscilação de Riscos - FOR	Valor
(+) Saldo inicial em 31.12.2020	R\$ 280.539,21
(+) Constituição	R\$ 71.251,86
(-) Utilização	-
(=) Saldo em 31.12.2021	R\$ 351.791,07

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Avaliação Atuarial demonstrou que o resultado financeiro-atuarial do PLANO SCPREV em 31/12/2021 é de equilíbrio técnico acumulado.

Assim, considerando o que dispõe a Resolução CNPC nº 30/2018, a Instrução Previc nº 33/2020 e a Portaria Previc nº 835/2020, não há necessidade de equacionamento de déficit no exercício de 2022, porém faz-se necessário redistribuir o percentual de custeio do Benefício de Sobrevivência do Assistido, conforme disposto no item 8.4 deste Relatório.

Vale ressaltar que o PLANO SCPREV poderá ter o seu resultado modificado por ocorrências de eventos divergentes do esperado, assim como pela rentabilidade auferida em níveis diferentes daqueles previstos atuarialmente, tendo em vista a modalidade do Benefício de Sobrevivência do Assistido ser de benefício definido.

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2022.



Karen Tressino
Atuária MIBA nº 1.123
Lumens Consultoria Atuarial



Marco A. Rasoppi
Atuário MIBA nº 1176
Lumens Consultoria Atuarial

ANEXO I – PLANO DE CONTAS CONTÁBIL

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR em 31/12/2021
2.03.01.00.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 42.834.054,21
2.03.01.01.00.00.00	Provisões Matemáticas	R\$ 42.834.054,21
2.03.01.01.01.00.00	Benefícios Concedidos	-
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos - Constituído	-
2.03.01.01.01.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos - Constituído - Aposentados	-
2.03.01.01.01.01.01.02	Saldo de Contas dos Assistidos - Constituído - Pensionistas	-
2.03.01.01.02.00.00	Benefícios a Conceder	R\$ 42.834.054,21
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	R\$ 37.983.195,94
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$ 17.422.978,76
2.03.01.01.02.01.01.01	Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es) - Empregadores	R\$ 17.422.978,76
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas – Parcela constituída pelos Participantes	R\$ 18.837.506,24
2.03.01.01.02.01.02.01	Saldo de Contas – Parcela Participantes - Subconta Individual	R\$ 18.837.506,24
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas – Parcela Participantes Portada de EFPC	R\$ 1.684.785,79
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas – Parcela Participantes Portada de EAPC	R\$ 37.925,15
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	R\$ 4.850.858,27
2.03.01.01.02.03.01	VABF para o Benefício Sobrevida	R\$ 35.389.912,86
2.03.01.01.02.03.01.01	Cobertura da Longevidade	R\$ 35.389.912,86
2.03.01.01.02.03.02	VACF dos Patrocinadores (para o Benefício Sobrevida)	R\$ (15.091.647,84)
2.03.01.01.02.03.03	VACF dos Participantes (para o Benefício Sobrevida)	R\$ (15.447.406,75)
2.03.01.02.00.00.00	Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial	-
2.03.01.02.01.02.00	Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.02.01.00.00.00	Fundos Previdenciais	R\$ 404.916,30
2.03.02.01.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	R\$ 53.125,23
2.03.02.01.01.01.00	Fundo de Recursos não Resgatados - FRnR	R\$ 53.125,23
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	R\$ 351.791,07
2.03.02.01.03.01.00	Fundo de Oscilação da Inscrição Automática - FIA	-
2.03.02.01.03.02.00	Fundo de Oscilação de Riscos - FOR	R\$ 351.791,07

ANEXO II – CARACTERÍSTICAS DA MASSA DE PARTICIPANTES

Com base nos dados cadastrais dos participantes do PLANO SCPREV, seguem abaixo estatísticas visando auxiliar as decisões estratégicas da Entidade.

1. ADESÕES

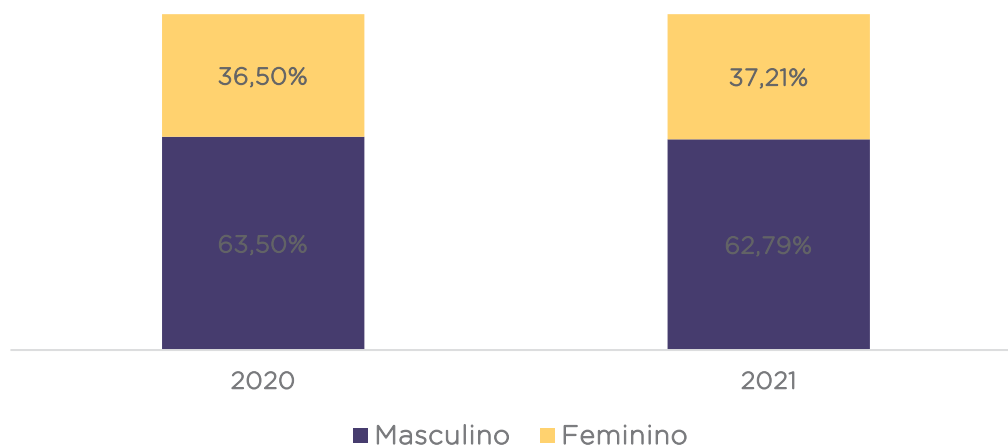
Na tabela abaixo pode-se observar a quantidade de participantes considerando a data de ingresso no Plano e que ainda permanecem na condição de ativos.

Ano	Adesões ao Plano	% de evolução
2017	75	-
2018	186	148%
2019	306	64,52%
2020	306	0,00%
2021	159	-48,04%
Total	1032	-

2. CARACTERÍSTICAS BIOMÉTRICAS

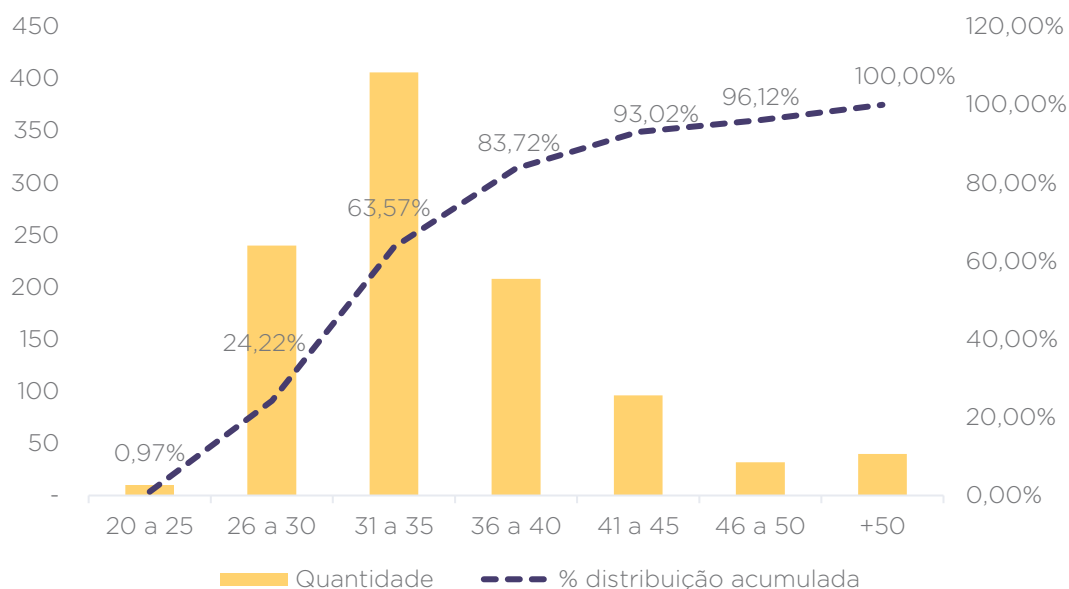
2.1. Distribuição dos Participantes Ativos por sexo

Pode-se observar no gráfico abaixo uma predominância do sexo masculino na massa de participantes do Plano SCPREV, com percentuais de distribuição muito próximos entre os dois anos analisados.



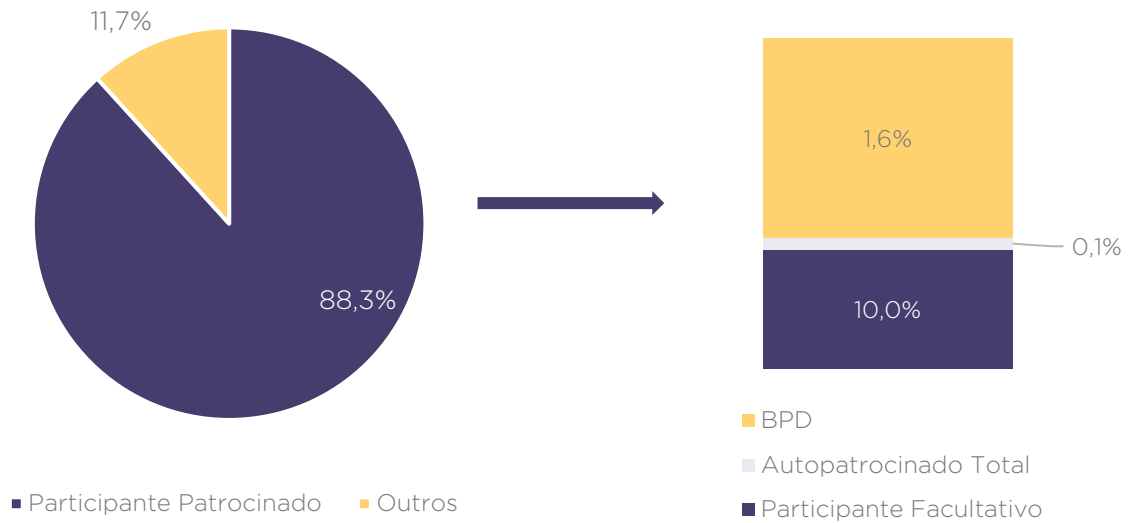
2.2. Distribuição dos Participantes Ativos por faixa etária

Com relação a distribuição dos participantes por faixa etária, pode-se observar que aproximadamente 84% dos participantes possuem até 40 anos de idade, o que demonstra um perfil jovem da massa de participantes ativos e consequentemente com um longo período futuro de acumulação de recursos no plano.



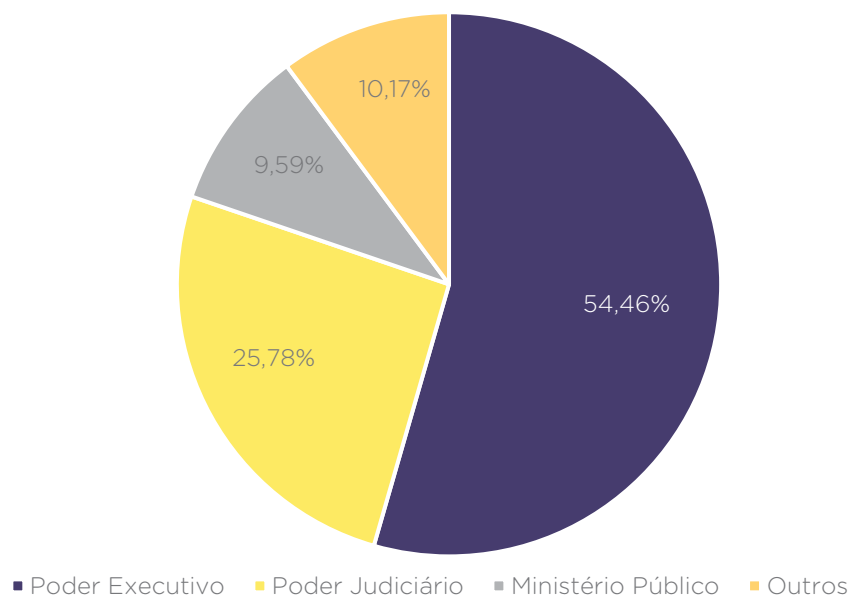
3. DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE PARTICIPANTE

Conforme pode-se observar no gráfico abaixo, a maioria dos participantes do PLANO SCPREV são “Participantes Patrocinados”, o que era esperado tendo em vista que os novos servidores públicos, ao terem sua primeira posse no serviço público, já ingressam no regime de previdência complementar. Destaca-se ainda o advento da inscrição automática onde os servidores são inscritos automaticamente no PLANO SCPREV podendo optar por cancelar sua inscrição em até 90 dias.



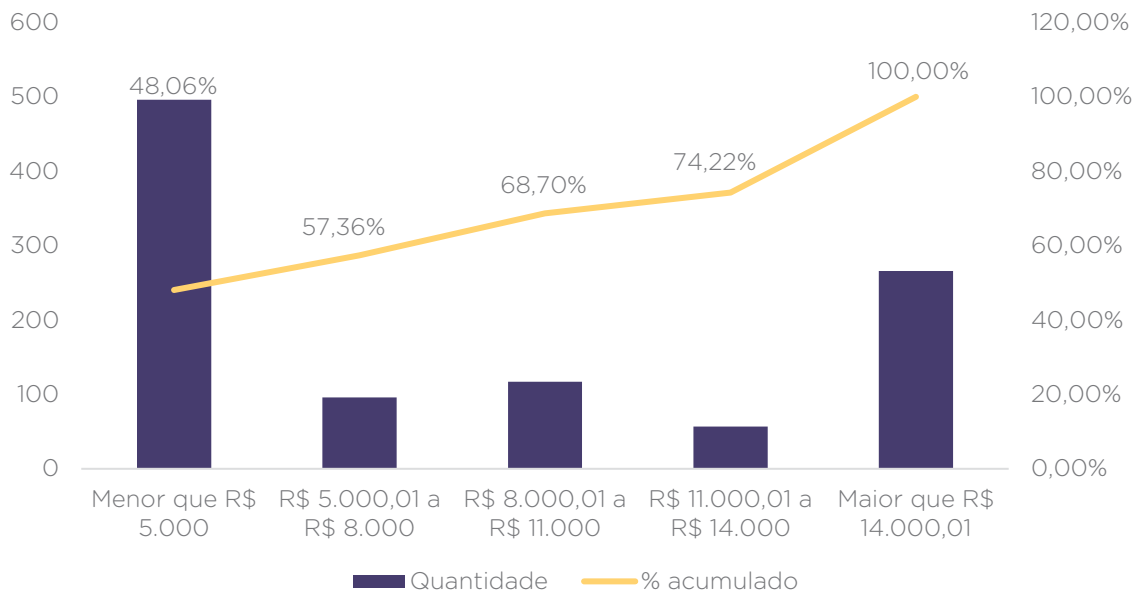
4. DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR PATROCINADOR

Quanto a distribuição de participantes dentre os Patrocinadores do Plano SCPREV, observa-se uma concentração maior entre dois Patrocinadores Poder Executivo e Poder Judiciário, representando cerca de 79% do total dos participantes.



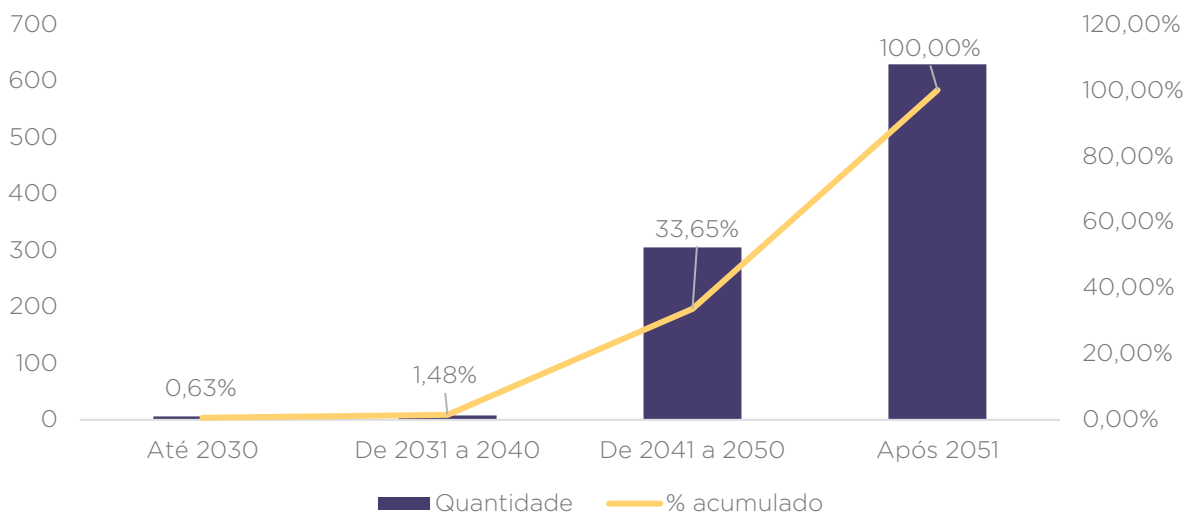
5. DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR FAIXA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO

Com relação a distribuição do salário de participação, que é base de incidência do percentual de contribuição do Plano, é possível observar a concentração dos participantes em 2 faixas de salário, abaixo de R\$ 5.000 e acima de R\$ 14.000,01.

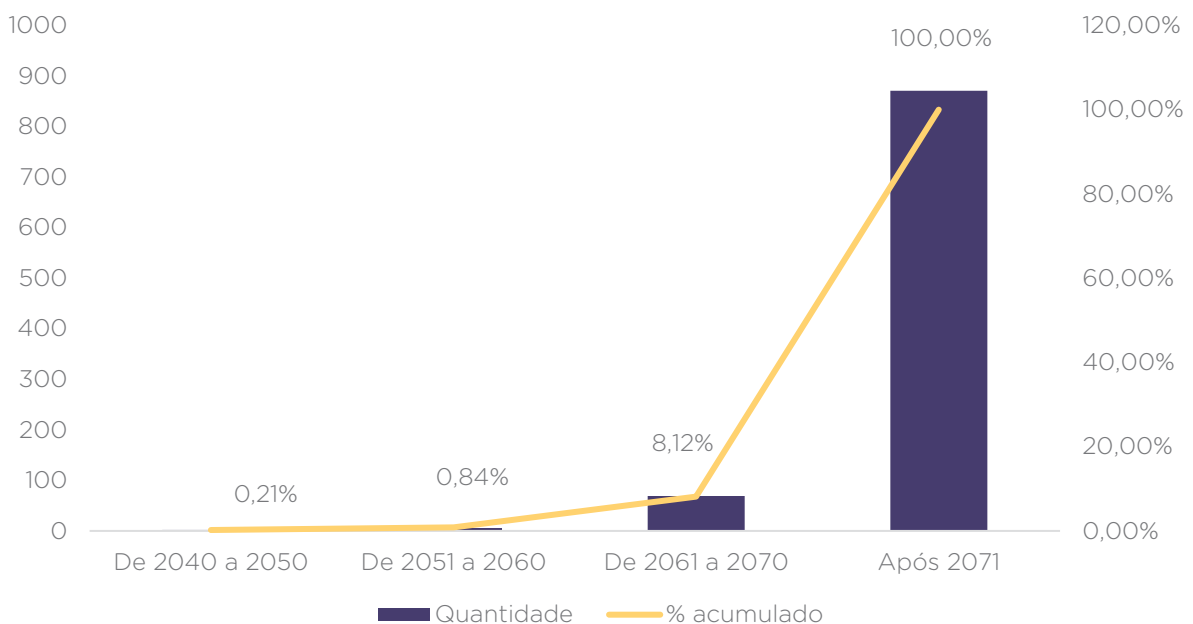


6. CARACTERÍSTICAS DE APOSENTADORIA E LONGEVIDADE

Utilizando como parâmetros a data de ingresso no serviço público e as regras de concessão dos benefícios pelo RPPS/SC, foi estimada a data de entrada em aposentadoria programada estruturada na modalidade de Contribuição Definida dos participantes ativos em 31/12/2021. Podemos assim observar no gráfico abaixo, que mais de 98% dos participantes devem se aposentar após o ano de 2040, o que reflete o perfil jovem dos participantes ativos que possuem uma idade média atual de 34 anos.



Com relação ao Benefício de Sobrevivência do Assistido, estruturado na modalidade de benefício definido, concedido para aqueles participantes que estiverem recebendo benefício de renda programada proveniente de seu saldo de contas e sobreviverem à expectativa de vida esperada, pode-se observar no gráfico abaixo que embora as primeiras concessões iniciem entre 2040 e 2050, estima-se que a maior parte dos participantes começarão a ter direito ao benefício após o ano de 2061, situação essa que permite a Entidade promover ajustes na estruturação técnica do PLANO da SCPREV, caso necessário.



**ANEXO VI – PARECER
ATUARIAL**

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2021

PA: 005/2022

PLANO SCPREV
CNPB 2016.0015-18

Fundação de Previdência Complementar do
Estado de Santa Catarina - SCPREV



LUMENS
ATUARIAL

1. OBJETIVO

Este Parecer Atuarial tem como finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2021 do Plano de Benefícios de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina, aqui denominado apenas como PLANO SCPREV, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina – SCPREV.

Os resultados apresentados neste parecer basearam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas, bem como, em hipóteses financeiras e atuariais e na legislação pertinente.

2. DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

2.1. REFERÊNCIA DOS DADOS CADASTRAIS

As informações referentes aos participantes utilizadas na avaliação atuarial, foram enviadas à Lumens Atuarial em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2021, e foram objeto de análise e testes de consistências.

Foram utilizadas informações contábeis do exercício de 2021.

2.2. ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS

As informações abaixo apresentadas foram extraídas da base de dados fornecida à Lumens Atuarial pela Entidade, sendo segregadas de acordo com o sexo e tipo de participante.

Na data base o PLANO SCPREV não apresentava participantes em gozo de benefício.

2.2.1. PARTICIPANTES ATIVOS

Tabela 1 - Informações gerais

Informações	Participante Patrocinado		Participante Facultativo		BPD		Autopatrocinado		Cancelados (*)	Total
	M	F	M	F	M	F	M	F		
Nº de Participantes	572	338	66	37	8	9	1	0	40	40
Idade média	35,31	35,04	38,34	36,77	33,05	38,11	36,68	-	38,77	38,77
Média do S.P.	R\$ 9.264,59	R\$ 8.287,81	R\$ 9.427,58	R\$ 7.017,50	-	-	-	-	-	-
Média da C.N. (%)	7,85%	7,92%	1,26%	1,11%	-	-	6,00%	-	-	-
Média da C.N. (R\$)	R\$ 764,16	R\$ 699,22	R\$ 150,80	R\$ 123,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 248,25	-	-	-
Média do T.P.	2,27	2,21	1,87	1,65	2,70	2,51	3,98	-	-	-
Média de T.S.P.	3,18	2,77	7,18	4,95	2,25	2,33	10,00	-	-	-

S.P. = Salário de Participação; C.N. = Contribuição Normal; T.P. = Tempo de Plano; T.S.P. = Tempo de Serviço Público
 * Participantes com inscrição cancelada, porém ainda não exerceram o direito ao resgate ou a portabilidade.

3. HIPÓTESES ATUARIAIS

Inicialmente, esclarecemos que as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e, conforme dispõe a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, bem como do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Nesse viés, a Lumens Atuarial realizou os testes estatísticos de adequação/aderência das hipóteses atualmente adotadas pelo PLANO SCPREV e apresentou os resultados por meio dos relatórios “*RELATÓRIO DE ADERÊNCIA DAS HIPÓTESES ATUARIAIS - 2021*” e “*ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL - 2021*”.

Solicitou-se da Entidade manifestação quanto às hipóteses a serem adotadas na presente avaliação, sendo que, conforme ata da 69ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, seguem abaixo as hipóteses a serem adotadas na Avaliação Atuarial de 2021, que passarão a vigor a partir de janeiro de 2022.

Tabela 2 - Hipóteses atuariais

Hipótese	Avaliação Atuarial - 2020	Avaliação Atuarial - 2021
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSmt-v.2010-f	BR-EMSsb-v.2015-f
Tábua de Mortalidade de Inválidos	BR-EMSmt-v.2010-f	BR-EMSmt-v.2010-f
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Juros	3,83%	3,83%
Composição Familiar de Pensionistas	1) Benefício a Conceder: Idade do cônjuge feminino ou, na sua ausência, a idade do participante masculino diminuída de 1 ano. Idade do cônjuge masculino ou, na sua ausência, a idade do participante feminino acrescida de 4 anos. 2) Benefícios Concedidos: Família Real.	1) Benefício a Conceder: Idade do cônjuge feminino ou, na sua ausência, a idade do participante masculino diminuída de 1 ano. Idade do cônjuge masculino ou, na sua ausência, a idade do participante feminino acrescida de 4 anos. 2) Benefícios Concedidos: Família Real

4. REGIME FINANCEIRO E MÉTODO DE FINANCIAMENTO

A modalidade do PLANO SCPREV, conforme dispõe a Resolução CNPC nº 41, de 09 de junho de 2021, é contribuição definida, ou seja, os benefícios programados são concedidos com base no saldo de contas acumulado em favor do participante, sendo seu valor ajustado periodicamente ao montante do saldo de contas.

Adota-se no PLANO SCPREV o Regime Financeiro de Capitalização, onde o financiamento dos compromissos do Plano para com os participantes é constituído ao longo da vida ativa desses, de tal forma que o montante necessário para cobertura dos benefícios esteja totalmente constituído no momento da sua concessão.

Apresentamos abaixo o detalhamento dos benefícios, suas modalidades, o regime financeiro adotado e seu método de financiamento.

Tabela 3 - Modalidade, Regime Financeiro e Método de Financiamento dos Benefícios

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria Programada	Capitalização	Capitalização Individual
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Capitalização Individual
Pensão por Morte	Capitalização	Capitalização Individual
Benefício por Sobrevivência do Assistido	Capitalização	Agregado
Benefício Suplementar	Capitalização	Capitalização Individual

4.1. ADEQUAÇÃO DO MÉTODO DE FINANCIAMENTO

Conforme apresentado, observa-se que os regimes financeiros e métodos de financiamento estão adequados ao PLANO SCPREV, bem como à legislação previdenciária vigente.

5. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2021, corresponde a R\$ 42.834.054,21. Este montante refere-se à provisão matemática de benefícios a conceder, pois o Plano ainda não possui provisão matemática de benefícios concedidos.

Analisando as informações encaminhadas pela Entidade, identificamos que, nos 12 últimos meses, os recursos do PLANO SCPREV alcançaram uma rentabilidade de 3,73% enquanto a meta atuarial (IPCA do IBGE mais 3,83% a.a.) atingiu uma rentabilidade de 14,28%, o que significa que a rentabilidade obtida pela Entidade foi superada pela referida meta em 10,17%.

Ressalta-se que não foi objeto deste trabalho a avaliação dos ativos de investimentos do Plano.

6. DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS PREVIDENCIAIS

Abaixo, apresentamos um resumo das provisões e fundos do PLANO SCPREV, em 31/12/2021:

Tabela 4 - Resumo Provisões Matemáticas e Fundos do Plano

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Provisões Matemáticas	42.834.054,21
Benefícios Concedidos	0,00
Benefícios a Conceder	42.834.054,21
Contribuição Definida	37.983.195,94
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	17.422.978,76
Saldo de Contas – Parcela constituída pelos Participantes	18.837.506,24
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	4.850.858,27
VABF para o Benefício Sobrevivência	35.389.912,86
VACF dos Patrocinadores (para o Benefício Sobrevivência)	- 15.091.647,84
VACF dos Participantes (para o Benefício Sobrevivência)	- 15.447.406,75
Equilíbrio Técnico	-
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado	-
Fundos Previdenciais	404.916,30
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	53.125,23
Fundo de Recursos não Resgatados - FRnR	53.125,23
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	351.791,07
Fundo de Oscilação da Inscrição Automática - FIA	-
Fundo de Oscilação de Riscos - FOR	351.791,07

6.1. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando as provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder do PLANO SCPREV, estruturadas na modalidade de benefício definido,

posicionadas no fechamento do exercício de 2021, tem se um aumento de 65,21% em relação aos valores de 2020, equivalente a R\$ 1.914.689,63, justificado em especial pelos seguintes motivos, cumulativamente:

- Evolução da base cadastral;
- Alteração da premissa de Tábua de Mortalidade Geral; e
- Revisão do custeio do Benefício de Sobrevivência do Assistido.

Considerando as provisões matemáticas estruturadas na modalidade de contribuição definida, essas tiveram um aumento de 60,42%, de 2020 para 2021, correspondente a R\$ 14.305.482,39, decorrentes da movimentação natural da base de dados de participantes num Plano em fase de acumulação.

6.2. REGRA DE REVERSÃO E CONSTITUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIAL

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021, o PLANO SCPREV apresentou dois fundos previdenciais, o Fundo de Recursos não Resgatados (FRnR) e o Fundo de Oscilação de Riscos (FOR), conforme previsto em Regulamento e na Nota Técnica do PLANO SCPREV.

O Fundo de Recursos não Resgatados (FRnR) é constituído pelos saldos remanescentes verificados em contas individuais dos participantes que se desvincularam do Plano, quando da opção pelo resgate, ou ainda, por saldos remanescentes de Assistidos cujos benefícios vierem a se extinguir pela inexistência de Beneficiários e que não sejam reivindicados por eventuais herdeiros legais.

O Fundo de Oscilação de Riscos (FOR) é constituído por uma parcela do valor da Contribuição Normal fixada no Plano de Custeio, devida pelos participantes e patrocinadores, e possui como finalidade dar cobertura a possíveis impactos decorrentes de desequilíbrios atuariais do Benefício de Sobrevivência do Assistido, estruturado na modalidade de benefício definido.

7. PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios, conforme estabelece a legislação, deverá ser custeado por meio de contribuições de patrocinadores, participantes e assistidos, de forma isolada ou conjunta, segundo critérios definidos no regulamento e nota técnica atuarial do plano.

Dessa forma, considerando o Regulamento vigente em 31/12/2021, bem como a Nota Técnica Atuarial, observa-se abaixo como está constituído o atual plano de custeio em análise.

7.1. CONTRIBUIÇÕES DOS PATROCINADORES

Contribuição obrigatória, realizada mensalmente de forma paritária com a contribuição normal do Participante Patrocinado, sendo no mínimo igual a 1 (um) VMP (valor mínimo do plano) e respeitando o limite máximo estabelecido na legislação estadual.

Da contribuição normal dos patrocinadores deve ser deduzido o percentual referente à contribuição para custear o benefício não programado (invalidez e morte), o percentual para custear o Benefício por Sobrevivência do Assistido e o custeio administrativo.

7.2. CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

7.2.1. CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Contribuição obrigatória, realizada mensalmente pelo participante, sendo um percentual livremente escolhido pelo mesmo, levando em consideração os percentuais de 6%, 7% ou 8% incidentes sobre o Salário de Participação no caso de Participante Patrocinado, ou percentual entre 1% e 8% no caso de Participante Facultativo, observando o valor mínimo de 1 (um) VMP (valor mínimo do plano).

Da contribuição normal dos participantes deve ser deduzido o percentual referente à contribuição para custear o benefício não programado (invalidez e morte), o percentual para custear o Benefício por Sobrevivência do Assistido e o custeio administrativo.

7.2.2. CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL

Contribuição mensal aportada pelo participante, de caráter opcional, que corresponderá a um percentual livremente escolhido pelo mesmo, incidente sobre o salário de participação, sem contrapartida do Patrocinador.

Da contribuição adicional dos participantes deve ser deduzido o percentual referente ao custeio administrativo.

7.2.3. CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA

Contribuição realizada pelo participante, sem contrapartida do Patrocinador, de forma regular ou esporádica.

7.2.4. CONTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR PARA RISCO

Contribuição realizada pelo participante, sem contrapartida do Patrocinador, de caráter mensal, destinada à contratação individual de Parcela Adicional de Risco (PAR) junto à sociedade seguradora contratada pela Entidade, atualmente a ICATU Seguros, para o fim de complementar o valor de eventual benefício não programado.

7.3. CONTRIBUIÇÕES DE BENEFÍCIO NÃO PROGRAMADO

Contribuição obrigatória, realizada mensalmente pelos participantes e pela patrocinadora de forma paritária com os participantes patrocinados, com valor específico para cada participante, considerando a idade, o capital segurado e o contrato firmado entre a SCPREV e a sociedade seguradora, atualmente a ICATU Seguros.

7.4. CONTRIBUIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA DO ASSISTIDO

Contribuição obrigatória, realizada mensalmente pelos participantes e pela Patrocinadora, de forma paritária com os Participantes Patrocinados, destinada a custear o Benefício de Sobrevivência do Assistido.

Para o exercício de 2021, a contribuição de sobrevivência do assistido foi de 10,75%, incidente sobre a contribuição normal do participante e sobre a contribuição do Patrocinador, sendo destinado o percentual de 10,40% para constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder e o percentual de 0,35% para constituição do Fundo de Oscilação de Riscos.

Para o encerramento do exercício de 2021, tendo em vista o déficit técnico apurado e com base na metodologia de cálculo constante na Nota Técnica Atuarial do PLANO SCPREV, a contribuição de sobrevivência do assistido foi revista.

Dessa forma, para o exercício de 2022, a alíquota total de contribuição de sobrevivência do assistido se manterá no percentual de 10,75%, incidente sobre a contribuição normal do participante e do Patrocinador, sendo objeto de revisão

somente a distribuição deste custeio entre o percentual que deve ser destinado para constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder, que passará a ser de 10,22%, e o percentual destinado para a constituição do Fundo de Oscilação de Riscos (FOR), que passará a ser de 0,53%.

Vale ressaltar que o custeio do Benefício de Sobrevivência do Assistido pode sofrer modificações decorrentes de variações no perfil demográfico e financeiro da massa de participantes, assim como por alterações na longevidade ou na rentabilidade financeira prevista para o PLANO SCPREV, sendo assim revisto anualmente em decorrência da Avaliação Atuarial.

7.5. CUSTO DO PLANO

Considerando a atual estrutura do PLANO SCPREV, as regras estabelecidas no Regulamento e os resultados da presente Avaliação Atuarial, tem-se a seguinte estrutura de custeio do Plano:

Tabela 5 - Custo do Plano por tipo de contribuição

Contribuição	Participante Patrocinado	Participante Facultativo
Contribuição Normal do Participante (CtbBP)*	100,00%	100,00%
Contrib. de Benefício não Programado (CtbBNP)	5,0509%	5,3592%
Contrib. de Sobrevivência do Assistido (CtbBS)	10,7500%	10,7500%
Contribuição para Benefícios Programados (CtbBP)	77,1991%	76,8908%
Taxa de Carregamento (TC)	7,0000%	7,0000%

* Considera a alíquota de Contribuição Normal Mensal escolhida pelo participante.

Considerando a contribuição realizada pelos participantes na data base dos dados, a respectiva contrapartida da Patrocinadora para os Participantes Patrocinados, a folha de Salário de Participação total de R\$ 116.772.392,10, sendo tanto a contribuição quanto a folha o produto do valor de dezembro multiplicado por 13, tem-se os seguintes montantes:

Tabela 6 - Custo do Plano total - 31/12/2021

Tipo	Valor	% do Salário de Participação
Participantes	R\$ 8.948.116,71	7,66%
Patrocinadores	R\$ 8.716.410,04	7,46%
Total	R\$ 17.664.526,75	15,13%

7.5.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

As contribuições dos benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida possuem percentual livremente escolhido pelo participante, levando em consideração os percentuais de 6%, 7% ou 8% incidentes sobre o Salário de Participação, com exceção àquela advinda de Participante Facultativo, que considera percentuais de 1% a 8%.

No que tange a Contribuição de Benefício não Programado (Invalidez e Pensão por Morte), o custeio possui valor específico para cada participante, considerando a idade, o capital segurado e o contrato firmado entre a SCPREV e a respectiva seguradora, atualmente a ICATU Seguros.

A contribuição do Patrocinador deve sempre observar o limite conforme estabelece a Lei Complementar 661, de 2 de dezembro de 2015.

Quanto a Contribuição de Sobrevivência do Assistido, para o próximo exercício, esta permanecerá em 10,75%, incidente sobre a Contribuição Normal do Participante e da Contribuição do Patrocinador, no entanto, será destinado o percentual de 10,22% para constituição das provisões matemáticas a conceder e o percentual de 0,53% para constituição do Fundo de Oscilação de Riscos (FOR).

Abaixo demonstra-se o custo médio observado no exercício de 2020 e 2021.

Tabela 7 - Custo do Plano por tipo de contribuição e avaliação atuarial

Contribuição	Participante Patrocinado		Participante Facultativo	
	2020	2021	2020	2021
Contribuição Normal do Participante (CtbBP)*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contrib. de Benefício não Programado (CtbBNP)	4,8677%	5,0509%	6,9860%	5,3592%
Contrib. de Sobrevivência do Assistido (CtbBS)	10,7500%	10,7500%	10,7500%	10,7500%
Contribuição para Benefícios Programados (CtbBP)	77,3823%	77,1991%	75,2640%	76,8908%
Taxa de Carregamento (TC)	7,0000%	7,0000%	7,0000%	7,0000%

* Considera a alíquota de Contribuição Normal Mensal escolhida pelo participante.

8. RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

8.1. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO

O PLANO SCPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento e hipóteses atuariais descritos neste parecer, apresentou, em 31/12/2021, Equilíbrio Técnico.

Tabela 8 - Equilíbrio Técnico

Descrição	Valores
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 42.834.054,21
(-) Provisões Matemáticas	R\$ 42.834.054,21
Equilíbrio Técnico	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00

8.2. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Para fins de análise de solvência do Plano de Benefícios (equacionamento de déficit ou destinação e utilização do superávit), a Resolução CNPC nº 30/2018 possibilita a utilização do ajuste de precificação na apuração do **Equilíbrio Técnico Ajustado**. Não obstante, o PLANO SCPPREV não possui, na sua carteira de investimentos, títulos públicos federais, não gerando assim o respectivo ajuste.

Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado equivale ao Equilíbrio Técnico.

8.3. VARIAÇÃO DO RESULTADO

O PLANO SCPREV apresentou, em 31/12/2021, um valor de equilíbrio técnico de 0,00.

Pode-se observar na tabela a seguir a variação do resultado entre os exercícios de 2020 e 2021.

Tabela 9 - Equilíbrio Técnico do Plano

Conta	Valor (31/12/2020)	Valor (31/12/2021)
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 26.613.882,19	R\$ 42.834.054,21
(-) Provisões Matemáticas	R\$ 26.613.882,19	R\$ 42.834.054,21
Superávit/Déficit Técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Na tabela abaixo, apresentamos as variações observadas nas provisões de benefícios a conceder do PLANO SCPREV, estruturadas na modalidade de benefício definido, demonstrando se essas variações geraram ganho (valor negativo) ou perda (valor positivo) atuarial ao Plano:

Tabela 10 - Ganhos e perdas atuariais

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, estruturadas em Benefício Definido, em 31/12/2020	R\$ 2.936.168,64
Ganho ou Perda	Valor
Evolução da base cadastral	R\$ 1.997.092,92
Alteração da premissa de tábua de mortalidade geral	- R\$ 645.458,07
Revisão do custeio do Benefício de Sobrevivência do Assistido	R\$ 563.054,77
Total de ganho e perda	R\$ 1.914.689,63
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, estruturadas em Benefício Definido, em 31/12/2021	R\$ 4.850.858,27

O item “evolução da base cadastral” representa o impacto na provisão matemática em decorrência das movimentações ocorridas na base de participantes, como novas adesões, atualização das idades, participantes cancelados, etc.

O item “alteração da premissa de tábua de mortalidade geral”, representa o impacto em decorrência da troca da tábua utilizada para se estimar a sobrevivência dos participantes válidos, que passou da “BR-EMSmt-v.2010-f” para a “BR-EMSsb-v.2015-f”, sendo que esta troca foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

O item “revisão do custeio do benefício de sobrevivência do assistido”, representa o impacto decorrente da redução do percentual de contribuição para o benefício de sobrevivência que é destinado para constituição das provisões matemáticas, de 10,40% para 10,22%.

8.4. NATUREZA DO RESULTADO

De acordo com a abertura da variação do resultado do Plano, no que se refere a parcela de benefício definido, e avaliando os resultados de anos anteriores, observa-se que estes são fortemente influenciados pelo crescimento do número de participantes e a conseqüente mudança nas características da massa de participantes, que influencia diretamente no resultado, dado que o Plano está em sua fase inicial, bem como a mudança da premissa de tábua de mortalidade geral.

8.5. SOLUÇÃO PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA E EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

Tendo em vista que o Plano apresentou Equilíbrio Técnico equivalente a zero, não há solução para insuficiência de cobertura e equacionamento de déficit.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1. PRINCIPAIS RISCOS

O gerenciamento de risco atuarial tem como base três pilares primordiais: adequabilidade da ferramenta de cálculo atuarial às regras regulamentares e à metodologia atuarial; consistência cadastral; e aderência das hipóteses atuariais.

Com relação à ferramenta de cálculo atuarial, essa foi desenvolvida pela Lumens Atuarial considerando as melhores práticas atuariais, refletindo a modelagem do Plano, sendo que essa estará em constante acompanhamento e revisão, se necessário.

No âmbito cadastral, é realizada a análise mensal, pela Entidade e pela Lumens Atuarial, da base de dados atuariais, aplicando constante crítica, acompanhamento e validação.

Quanto às hipóteses atuariais, são desenvolvidos estudos de aderência para todas aquelas utilizadas no Plano.

Em relação aos riscos do PLANO SCPREV, mais especificamente em relação aos benefícios oferecidos, o Plano possui benefícios na modalidade de contribuição definida e benefício definido.

- Benefícios na modalidade de contribuição definida:

Não há riscos atuariais inerentes ao benefício programado, estando este integralmente protegido de eventuais desequilíbrios atuariais (déficits e superávits).

Ainda, os benefícios não-programados por Invalidez e Morte, tiveram seu risco transferido para Sociedade Seguradora, não representando risco para a solvência do PLANO SCPREV.

- Benefícios na modalidade de Benefício Definido:

O benefício não-programado por sobrevivência do assistido, contabilizado no âmbito das Provisões Matemáticas, é o único que possui risco de desequilíbrios atuariais, ou seja, a constituição de déficits ou superávits, uma vez que este é suscetível a variações biométricas, demográficas, financeiras e econômicas, tanto na fase de constituição das reservas quando no pagamento dos benefícios.

9.2. OUTRO FATO RELEVANTE

Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2021, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundos dos investimentos e administrativo, e exigíveis do Plano foram os informados pela SCPREV, por meio do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos.

A alteração da premissa de Tábua de Mortalidade Geral foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo com base nos estudos atuariais elaborados pela Lumens Atuarial.

Vale ressaltar que o PLANO SCPREV poderá ter o seu resultado modificado por ocorrências de eventos divergentes do esperado, assim como pela rentabilidade auferida em níveis diferentes daqueles previstos atuarialmente, tendo em vista que o Benefício de Sobrevivência do Assistido está estruturado na modalidade de benefício definido.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2022.



Karen Tressino
Atuária MIBA nº 1.123
Lumens Consultoria Atuarial



Marco A. Rasoppi
Atuário MIBA nº 1.776
Lumens Consultoria Atuarial

**ANEXO VII - PARECER
CONSELHO FISCAL**

Processo SCPREV 0000023/2022

Relatório de Auditoria realizada nas demonstrações contábeis da SCPREV – Exercício 2021

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina – SCPREV, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e estatutárias, depois de ter examinado os seguintes documentos, apresentados pela Diretoria Executiva da entidade em 9 de março de 2022 por meio da tramitação eletrônica do Processo SCPREV 0000023/2022:

1 – O Balanço Patrimonial – BP, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALP, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, todos referentes aos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 (fls.2/27);

2 – Parecer Atuarial emitido pela Lumens Atuarial exercício 2021 – Plano SCPREV (fls. 29/42) e Relatório de Avaliação Atuarial exercício 2021 (fls. 43/67) LUMEN; e

3 – O Relatório Circunstanciado de Auditoria, páginas (fls.71-94), datado em 8 de març o de 2022, apresentado pela empresa Exacto Auditoria S/A e o correspondente Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrac es Contábeis (fls.95-97), datado em 8 de març o de 2022;

E considerando que:

a) o Parecer do Auditor Independente opinando que “as demonstrac es contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV, em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC” (fl. 95);

b) as conclusões da Avaliação Atuarial realizado pela empresa Lumens Atuarial do Exercício de 2021; e

c) que nas análises mensais, relativas ao exercício 2021, realizadas pelo Conselho Fiscal, consubstanciadas nos Processos n. 044/2021 (janeiro), 067/2021 (fevereiro), 080/2021 (março), 092/2021 (abril), 101/2021 (maio), 120/2021 (junho), 126/2021 (julho), 131/2021 (agosto), 146/2021 (setembro), 157/2021 (outubro), 008/2022 (novembro) e 026/2022 (dezembro) os apontamentos eventualmente identificados acabaram justificados e sanados, restando apenas dois tópicos em acompanhamento no relatório do mês de dezembro/2021;

Opina pela aprovação das Demonstrações Contábeis, Financeiras e Atuariais, relativas ao exercício de 2021, razão pela qual encaminha o presente Parecer favorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo da SCPREV.

Florianópolis, 21 de março de 2022.

[assinado digitalmente]
Thais Carrier Mendonça
Conselheira Fiscal Titular
Vice-Presidente do Conselho Fiscal
CPF: 006.041.589-47

[assinado digitalmente]
Carlos Alberto de Lima Souza
Conselheiro Fiscal Titular
CPF: 591.726.229-20

[assinado digitalmente]
Charles Goudinho Vieira
Conselheiro Fiscal Titular
CPF: 004.592.299-31

[assinado digitalmente]
Romano José Enzweiler
Conselheiro Fiscal Titular
CPF: 386.109.730-34



Assinaturas do documento



Código para verificação: **N8A0B8J2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **THAÍS CARRIER MENDONÇA** (CPF: 006.XXX.589-XX) em 24/03/2022 às 12:13:41
Emitido por: "SGP-e", emitido em 29/04/2020 - 19:21:19 e válido até 29/04/2120 - 19:21:19.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **CHARLES GOUDINHO VIEIRA** (CPF: 004.XXX.299-XX) em 24/03/2022 às 12:21:44
Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/05/2021 - 12:47:54 e válido até 05/05/2121 - 12:47:54.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **ROMANO JOSÉ ENZWEILER** (CPF: 386.XXX.730-XX) em 24/03/2022 às 14:08:45
Emitido por: "SGP-e", emitido em 29/04/2020 - 19:17:24 e válido até 29/04/2120 - 19:17:24.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA** (CPF: 591.XXX.229-XX) em 24/03/2022 às 14:59:58
Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/04/2020 - 10:56:37 e válido até 01/04/2120 - 10:56:37.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQkVWXzE0NTkzXzAwMDAwMDIzXzUwXzlwMjJhBMEI4Sjl=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV 0000023/2022** e o código **N8A0B8J2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**ANEXO VIII - MANIFESTAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO**

PROCESSO SCPREV N. 00000023/2022
OBJETO: Demonstrações Contábeis, Financeiras e Atuariais relativas ao exercício de 2021

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina – SCPREV, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e estatutárias, na 72ª Reunião Ordinária, realizada em 24/03/2022, depois de ter examinado os documentos integrantes do Processo SCPREV 00000023/2022, notadamente: **1)** Balanço Patrimonial – BP, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALP, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, todos apresentados pela Diretoria Executiva (fls. 2 a 28); **2)** Parecer Atuarial do Plano SCPREV relativo ao exercício de 2021, emitido pela empresa Lumens Atuarial (fls. 29-42); **3)** Relatório de Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2021, emitido pela empresa Lumens Atuarial (fls. 43-67); **4)** Relatório Circunstanciado de Auditoria e Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, ambos favoráveis e emitidos pela empresa Exacto Auditoria S/S (fls. 71-97); e **5)** Parecer favorável do Conselho Fiscal (fls. 101-102), DECIDIU, por unanimidade, aprovar as Demonstrações Contábeis, Financeiras e Atuariais relativas ao exercício de 2021.

Florianópolis, 24 de març o de 2022.

(assinado digitalmente)
DIJALMA ANT NIO DA SILVA

Presidente

CPF 033.298.509-14

(assinado digitalmente)
ABEL ANTUNES DE MELLO

Conselheiro Titular

CPF 385.122.119-20

(assinado digitalmente)
JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI

Conselheiro Titular

CPF 613.420.419-68

(assinado digitalmente)
DÉCIO A. B. DE VARGAS

Vice-Presidente

CPF 434.012.790-68

(assinado digitalmente)
LUIZ ANT NIO DACOL

Conselheiro Titular

CPF 534.693.809-53

(assinado digitalmente)
VITOR SENNA DE FARIA

Conselheiro Titular

CPF 082.405.849-69



Assinaturas do documento



Código para verificação: **167CM8SI**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **DIJALMA ANTÔNIO DA SILVA** (CPF: 033.XXX.509-XX) em 25/03/2022 às 15:54:29
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/08/2019 - 19:39:24 e válido até 02/08/2119 - 19:39:24.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **LUIZ ANTONIO DACOL** (CPF: 534.XXX.809-XX) em 25/03/2022 às 15:57:41
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:48:04 e válido até 30/03/2118 - 12:48:04.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **DÉCIO AUGUSTO BACEDO DE VARGAS** (CPF: 434.XXX.790-XX) em 25/03/2022 às 16:00:31
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/11/2020 - 19:28:53 e válido até 18/11/2120 - 19:28:53.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **VITOR SENNA DE FARIA** (CPF: 082.XXX.849-XX) em 25/03/2022 às 16:09:13
Emitido por: "SGP-e", emitido em 29/04/2020 - 19:10:54 e válido até 29/04/2120 - 19:10:54.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ABEL ANTUNES DE MELLO** (CPF: 385.XXX.119-XX) em 25/03/2022 às 17:42:58
Emitido por: "AC SOLUTI Multipla", emitido em 11/03/2020 - 11:50:17 e válido até 10/03/2023 - 10:12:00.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI** (CPF: 613.XXX.419-XX) em 25/03/2022 às 19:10:54
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/03/2020 - 16:05:29 e válido até 23/03/2120 - 16:05:29.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQUKVWXzE0NTkzXzAwMDAwMDIzXzUwXzlwMjJfMTY3Q004U0k=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV 0000023/2022** e o código **167CM8SI** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

**ANEXO IX - INDICADORES DE
GESTÃO**

INDICADORES DE GESTÃO – PGA

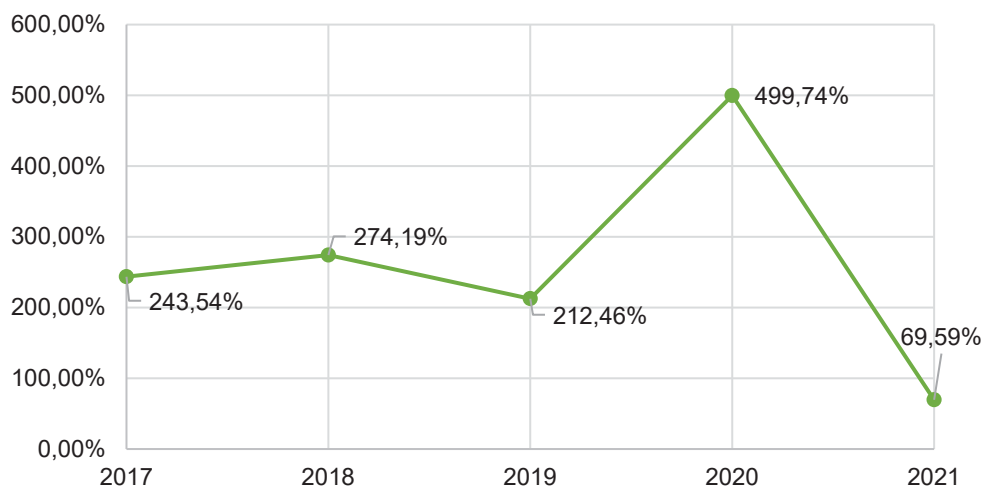
Em cumprimento à Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021, que dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo, os critérios e os controles relativos às despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar, a SCPREV apresenta os seguintes indicadores de gestão:

Despesas / nº participantes



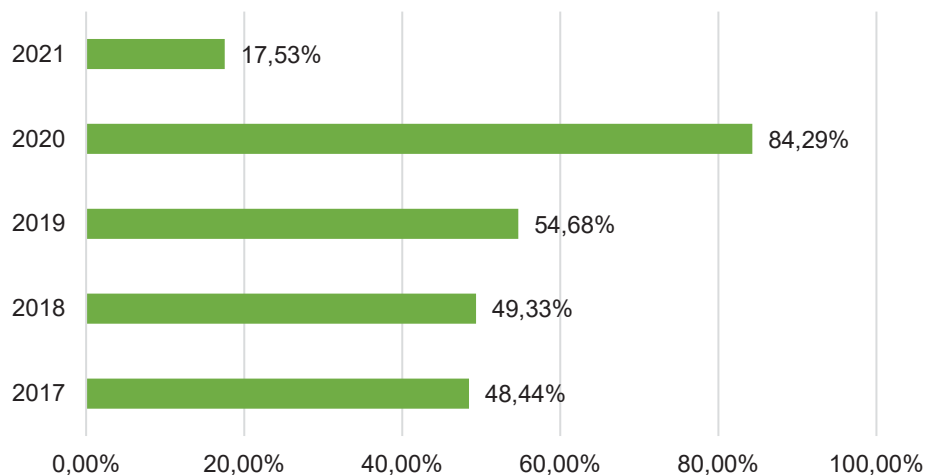
Despesas administrativas em relação ao total de participantes ativos na SCPREV, posicionado no mês de dezembro dos anos de 2017 a 2021.

Despesas / Ativo total



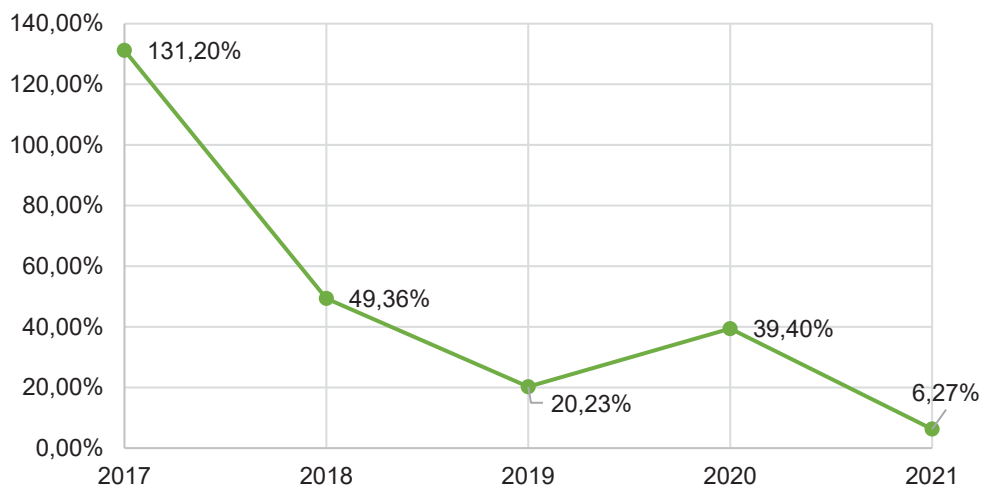
Despesas administrativas em relação ao ativo do PGA, demonstrando o percentual de ativo que é utilizado para a cobertura das despesas para os anos de 2017 a 2021.

Despesas / Receitas Administrativas

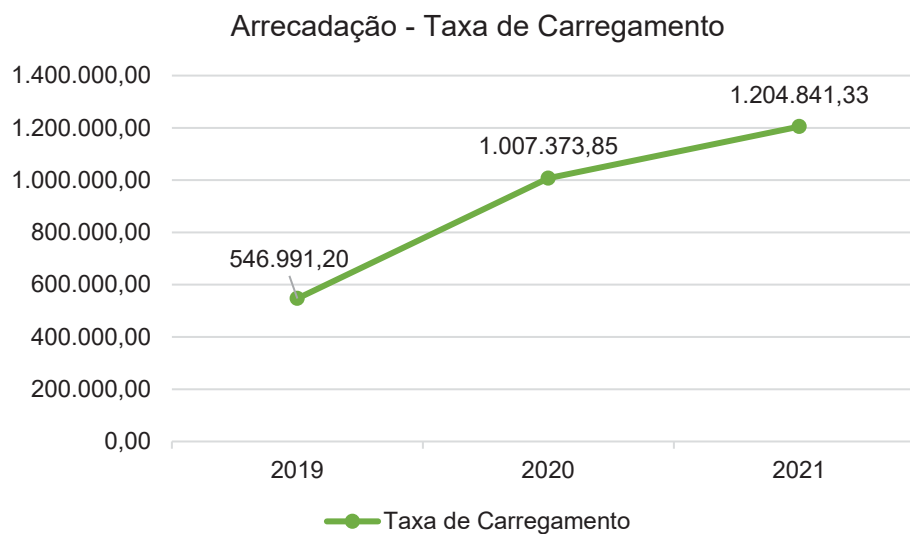


Despesas administrativas em relação às receitas da Entidade para os anos de 2017 a 2021. Neste indicador são consideradas as receitas próprias mais as receitas provenientes do adiantamento de contribuição, conforme art. 29 da Lei Complementar nº 661, de 2 de dezembro de 2015.

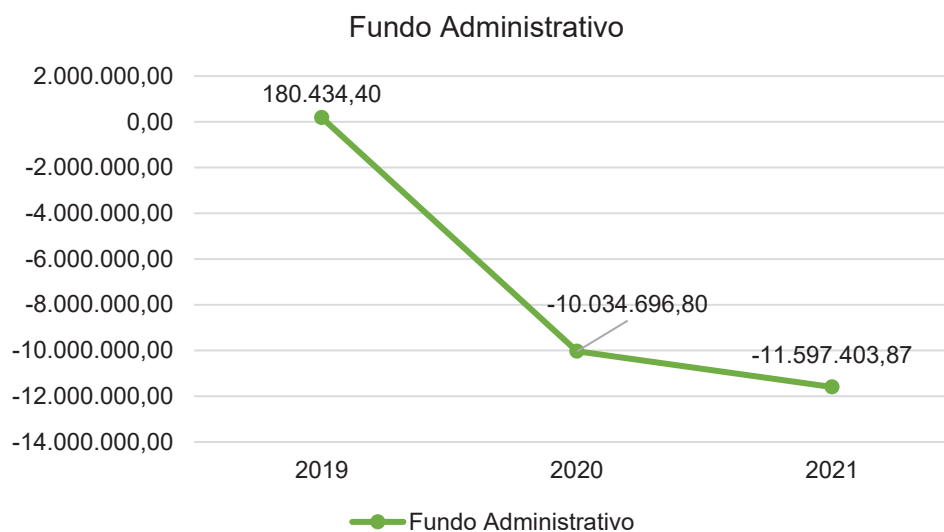
Despesas / Recursos garantidores



Despesas administrativas em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados. Apresenta o percentual dos investimentos líquidos que estão sendo utilizados para a cobertura das despesas administrativas para os anos de 2017 a 2021.



Evolução do montante arrecadado com a taxa de carregamento constante em 7% entre os anos de 2019 e 2021.



Evolução do fundo constituído pela diferença apurada entre as receitas e as despesas da gestão administrativa entre os anos de 2019 e 2021.